



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 386 - Ano 2012 - 19/03/2012 - ISSN 1981-8469



Dilma. O primeiro ano

Luiz Werneck Vianna

“O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”

Pedro Ribeiro de Oliveira

Um governo refém de autoridades religiosas

Marco Aurélio Nogueira

A arte política de incorporar o atraso sem prejudicar o progresso

E MAIS

Joe Marçal:

Cinema de Martin Scorsese e Terrence Malick como outra forma de perceber o mundo

Castor Bartolomé Ruiz:

Genealogia da biopolítica

Alfredo Jerusalinsky:

Melancolia como “neurose de destino”

Dilma. O primeiro ano

O primeiro ano do governo de Dilma Rousseff é analisado, criticamente, por diferentes olhares e perspectivas na primeira edição da revista **IHU On-Line** deste ano.

Contribuem nesta edição **Luiz Werneck Vianna**, sociólogo e professor-pesquisador da PUC-Rio, **José Vicente Tavares dos Santos**, professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, **Marco Aurélio Nogueira**, cientista político, professor na UNESP, Ivo Lesbaupin, sociólogo e professor na UFRJ, **Pedro Ribeiro de Oliveira**, sociólogo e professor do PPG em Ciências da Religião da PUC-Minas, **Marcos Costa Lima**, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, e **Marianne Wiesebron**, professora na Universidade de Leiden, da Holanda. **Francisco de Oliveira**, sociólogo, num breve texto, descreve o 18 Brumário de Luiz Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, **José Osório de Azevedo Júnior**, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de Direito Civil, analisa, sob o aspecto jurídi-



co, o dramático despejo ocorrido no interior do estado de São Paulo, conhecido como Pinheirinho.

A edição é completada com as entrevistas sobre a obra de T. Adorno e Franz Rosenzweig, respectivamente por **Bruno Pucci**, UNIMEP, **Ricardo Timm de Souza** e **Luiz Carlos Susin**, ambos da PUC-RS. Por sua vez, **Castor Bartolomé Ruiz**, da Unisinos, escreve o artigo "Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica".

Os filmes de T. Malick e M. Scorsese são discutidos por **Joe Marçal Gonçalves dos Santos**, da PUC-RS enquanto **Alfredo Jerusalinsky**, psicanalista, reflete sobre o filme *Melancholia* de Lars Von Trier.

Enfim, **Valério da Cruz Brittos**, professor e pesquisador do PPG em Comunicação da Unisinos descreve os problemas e a agenda da comunicação no Brasil.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura!



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

Instituto Humanitas
Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000
Telefone: 51

3591 1122 - ramal 4128. E-mail:
humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU
ON-LINE

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Luana Taís Nyland e Nathália Scholz.

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 05 Luiz Werneck Vianna:** “O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”
- 08 Pedro Ribeiro de Oliveira:** Um governo refém de autoridades religiosas
- 10 José Vicente Tavares dos Santos:** A questão da terra é central para a democracia brasileira
- 12 Marco Aurélio Nogueira:** A arte política de incorporar o atraso sem prejudicar o progresso
- 15 Ivo Lesbaupin:** “Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”
- 18 Francisco de Oliveira:** “18 de brumário” de Luis Inácio Lula da Silva
- 19 Marcos Costa Lima e Marianne Wiesebron:** Um ano de Dilma. “Temos motivos hoje para sermos otimistas”

DESTAQUES DA SEMANA

- 24 ENTREVISTA DA SEMANA: José Osório de Azevedo Júnior:** Caso Pinheirinho: “o episódio afrontou a legislação em bloco”
- 28 COLUNA DO CEPOS: Valério Cruz Brittos:** Problemas e agenda da comunicação no Brasil
- 30 DESTAQUES ON-LINE**

IHU EM REVISTA

- 40 Castor Bartolomé Ruiz:** Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica
- 46 Joe Marçal Gonçalves dos Santos:** Cinema de Martin Scorsese e Terrence Malick como outra forma de perceber o mundo
- 49 Alfredo Jerusalinsky:** Um grave mal entendido contemporâneo: a inversão do tempo e do saber
- 52 Bruno Pucci:** “Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias”
- 55 Ricardo Timm:** Rosenzweig e uma nova compreensão da ideia de sujeito
- 58 Luiz Carlos Susin:** Franz Rosenzweig. Um pensador para ajudar o Ocidente a se curar de sua esquizofrenia
- 62 IHU REPÓRTER:** Antonio Brasil Medeiros Silva



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

“O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”

Na visão do sociólogo Luiz Werneck Vianna, Dilma Rousseff é uma grande racionalizadora, uma grande administradora. “A política não é o ramo dela”, constata

POR GRAZIELA WOLFART

Ao avaliar o primeiro ano do governo Dilma Rousseff, o sociólogo brasileiro Luiz Werneck Vianna defende que as questões que importam para a presidente são as de estado e de economia, de gestão, de racionalização. “Ela é muito desatenta em relação a esses problemas de tornar o governo mais poroso, mais próximo dos movimentos sociais, atraindo-os para o Estado e daí exercendo sobre eles uma tutela. A ênfase do governo Dilma é economia de gestão, racionalização”. Werneck não concebe a ideia de que Dilma traia o mandato de Lula. “Ela procura ser fiel. O problema é que não é fácil ser fiel, pois ela é diferente dele”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone para a **IHU On-Line**, o professor-

pesquisador da PUC-Rio aposta no ressurgimento da política nos próximos anos com muita força. “Não há mais possibilidade de segurar a sociedade com esse jogo de manter os contrários em permanente equilíbrio”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor percebe a marca do chamado “coronelismo” na coalizão de governo com ministros oriundos de oligarquias?

Werneck Vianna – Essa não seria uma designação adequada. O que ocorre é que os remanescentes desse sistema de controle político, que teve vigência durante décadas, estão

ressurretos entre nós através da coalizão que o governo faz com os setores vinculados a práticas retardatárias e a formas de propriedade, especialmente o latifúndio, que predominaram e ainda predominam em boa parte do país, principalmente no Nordeste.

IHU On-Line – Por que o Bra-

sil não consegue romper com as forças conservadoras e atrasadas? O senhor percebe a necessidade delas?

Werneck Vianna – Não vejo como necessidade para a boa governança do país, mas isso é resultado de um cálculo. Para se dar um passo é preciso recuar dois, especialmente se olharmos para a agenda comportamental. E hoje é um dia especial (dia 8 de março, dia internacional da mulher),¹ para pensar nas questões referentes a comportamento, a mulher mesmo e a questão do aborto. Nisso não se avança, não se discute. Não é a questão de ser ou não a favor do aborto. Pelo contrário, trata-se

¹ Data da gravação da entrevista. (Nota da IHU On-Line)

de uma prática de saúde pública que está levando à morte milhares de mulheres que são mal atendidas.

IHU On-Line – Como conciliar a cobrança de Dilma de postura republicana dos seus ministros num governo com figuras que se formaram politicamente em ambientes onde se pratica o patrimonialismo e o clientelismo como regras do jogo?

Werneck Vianna – Essa é uma contradição. É difícil, porque são atitudes, comportamentos, expectativas republicanas que não são compatíveis com as formas como esses homens foram treinados, socializados e chegaram à política. E eles fazem política da forma mais tradicional. Não obstante, estão sendo mobilizados para realizar agendas modernas. Dil-

ma escolhe apenas por cálculo político, para ter maioria governamental.

IHU On-Line – Há limites para a coalizão de governo?

Werneck Vianna – Devem existir. As coalizões devem ser programáticas e não de oportunidade e instrumentais como são essas nossas. Na verdade, o governo acha que representa o moderno e os interesses gerais da nação e qualquer acordo que ele faça com a tradição, com o atraso, com o patrimonialismo, com o clientelismo não importa.

IHU On-Line – O PT guarda ainda alguma inovação para a política nacional ou rendeu-se ao pragmatismo?

Werneck Vianna – Ele se rendeu. Mas há coisas importantes ainda no PT, que trouxe inovações, arejou e aproximou os movimentos sociais do governo, da administração, além de ter uma política muito atualizada e amável com a vida sindical. Os sindicatos têm uma participação importante ainda, não tanto no governo Dilma como tiveram no governo Lula, mas ainda têm alguns elementos característicos disso. Isso tudo

são registros a serem feitos na agenda que o PT tem cumprido até aqui. O que ele perdeu foi o elã, a inspiração, o vínculo com as suas origens, com as suas grandes expectativas de produzir uma transformação no país. Na verdade, o PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil.

IHU On-Line – Em outras entrevistas o senhor sempre reiterou que o governo Lula havia cooptado os movimentos sociais, trazendo-os para dentro do Estado. Como está a situação levada por Dilma neste primeiro ano de governo?

Werneck Vianna – Isso persiste, mas com uma atenuação, visto que com Lula esse processo avançou muito. As questões que importam para Dilma são as de estado e de economia, de gestão, de racionalização. Ela é muito desatenta em relação a esses problemas de tornar o governo mais poroso, mais próximo dos movimentos sociais, atraindo-os

“Para se dar um passo é preciso recuar dois”

para o Estado e daí exercendo sobre eles uma tutela. É uma questão que existe, que continua, mas não é a ênfase do governo Dilma. A ênfase do governo Dilma é economia de gestão, racionalização.

IHU On-Line – Em que sentido podemos ver a marca da racionalização no governo Dilma?

Werneck Vianna – Nesse sentido, ela vem merecendo o qualificativo de “gerentona”, a gerente do Brasil como empresa, como negócio e não como sociedade. O que traduz de forma mais incisiva é a natureza desse governo tendo como seu sistema fundamental de orientação o aprofundamento e a expansão da ordem burguesa no país. Daí os movimentos sociais estão articulados com o Estado, cooptados, os sindicatos não deixam de estar também jurisdicionados pelas políticas governamentais. A sociedade se deixa levar na medida em que a taxa de emprego está bastante razoável e os negócios prosperam. No entanto, a sociedade está órfã politicamente.

IHU On-Line – Em que medida Dilma difere de Lula em relação aos direitos humanos e aos sindicatos?

Werneck Vianna – Em relação aos direitos humanos, a posição dela difere positivamente. De qualquer forma, o mundo que ela pegou é diferente do mundo de Lula. Esse era anterior à Primavera Árabe e a todos os acontecimentos depois deste grande acontecimento que ainda persiste. Dilma se aproximou de uma agenda de direitos humanos bem mais moderna e atualizada do que a de Lula. O que não quer dizer que ela tenha rompido, mas ponderou algumas ênfases do governo Lula. Em relação aos sindicatos, não é o estilo dela. Ela não veio desse mundo. Ela veio aí do Rio Grande do Sul, da administração

pública. A carreira de Dilma é de gestora. Lula fez uma carreira na sociedade civil, de líder sindicalista, que sabe falar e sabe qual é a linguagem própria a ser usada. De qualquer forma, ele tinha uma proximidade forte com os pleitos sindicais e se reunia com eles quase que entre iguais. Já a Dilma delega isso. Não concebo a ideia de que Dilma trai o mandato de Lula. Ela procura ser fiel. O problema é que não é fácil ser fiel, pois ela é diferente dele.

IHU On-Line – Mas por que o senhor afirma que Dilma cada vez mais é constrangida à infidelidade?

Werneck Vianna – Independentemente do sistema de valores dela, as circunstâncias atuais a obrigam a inflexões e mudanças, mesmo que elas não sejam lá muito compatíveis com o espírito e o sentido do que preponderou no governo Lula.

IHU On-Line – Como o senhor define a “cara própria” do governo Dilma?

Werneck Vianna – Dilma é uma grande racionalizadora, uma grande administradora. A política não é o ramo dela.

IHU On-Line – O que marca a guinada introduzida por Dilma no presidencialismo de coalizão brasileiro? Como seria uma coalizão mais programática?

Werneck Vianna – Essa guinada ela não fez e nem ameaça fazer. As marcas visíveis, evidentes até então, são de que ela persiste no modelo anterior. Não é fácil erradicar, é preciso ter coragem política para erradicar. Importaria ter um programa de reformas real. Mas o que vemos é um governo dividido em todas as questões. Por exemplo, a reforma trabalhista: os empresários a querem, os sindicatos não. Tanto empresários como sindicatos estão dentro do governo. Outro exemplo é a reforma do Código Florestal: a oposição entre o agronegócio e os ambientalistas é mortal. Os dois lados estão dentro do governo, assim como está também a estrutura da propriedade familiar. Como resolver isso? É um ministério para um, um

ministério para outro, e assim vão se criando essas composições. Vejo que a reforma previdenciária, que parece que Dilma vai fazer, é algo que vai repercutir, por ser uma questão sensível e pelo fato de o PT ser um partido mais “funcionário público” do que qualquer outra coisa. A questão promete ser dolorosa. Não sei o quanto de dor, mas alguma dor isso acarretará.

IHU On-Line – A situação de Dilma também é delicada em relação à bancada evangélica no Congresso...

Werneck Vianna – Isso. De um lado ela é libertária e de outro está comprometida com o que há de mais recessivo em matéria comportamental na sociedade brasileira. Para onde ela vai? Quer aprofundar o moderno ou quer fazer com que o moderno só passe? Imagino daqui para frente um quadro de muita exasperação da política. Na questão dos funcionários públicos, na questão do meio ambiente, na questão militar já há indícios disso, bem como na questão agrária e na questão sindical. A política tende a ressurgir nos próximos anos com

muita força. Não há mais possibilidade de segurar a sociedade com esse jogo de manter os contrários em permanente equilíbrio. Uma hora dessas, assim como no número das varetas no circo, isso vai cair, o equilibrista perde o controle. Não estou anunciando agonias. Estou dizendo apenas que a sociedade não vai ficar com essa ausência de movimentação que hoje a tem caracterizado. Isso vai se energizar. Há indicações fortes na vida associativa de robustecimento dela, o que tende a se generalizar de forma autônoma, sem vínculos com o Estado.

IHU On-Line – O senhor aposta em iniciativas como o movimento dos indignados, ou o Ocupe Wall Street, por exemplo?

Werneck Vianna – Cada forma de protesto tem a sociedade que merece. Não sei se vamos chegar a ações desse gênero. Estou falando de coisas mais tópicas, mais localizadas. Por exemplo, está muito difícil manter a força sindical dentro do governo do jeito que as coisas se encontram.

Leia mais...

>> Luiz Werneck Vianna já concedeu tras entrevistas à IHU On-Line. Confira:

- Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-07-2008 e disponível em <http://bit.ly/wEoW8F>;
- “Só há um político no Brasil: o presidente da República”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-08-2008 e disponível em <http://bit.ly/ybsZgJ>;
- “Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-05-2009 e disponível em <http://bit.ly/xKTIVA>;
- Da fábrica para a selva. “A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-08-2009 e disponível em <http://bit.ly/AsCjgT>;
- “A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 21-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/xjeQ63>.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR



Um governo refém de autoridades religiosas

Para o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, o governo Dilma está enredado por chantagens de autoridades religiosas, e “dança conforme a música”

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

“N ão é de teses que o governo tornou-se refém, mas sim de autoridades religiosas que buscam imobilizá-lo por meio de chantagens. Em vez de resistir, o governo deixou-se enredar. Ora, contra a chantagem só há uma saída: resistir ao chantagista trazendo-o para a luz do dia, isto é, obrigando-o ao debate público sobre suas propostas”. E questiona: “Se a maioria da população rejeita a política e aceita a religião, por que o governo seria diferente?” Em seu ponto de vista, Dilma possui como meta a integração total do Brasil com o sistema capitalista mundial. “Quem paga o custo desse crescimento é o sistema de vida do Planeta – mas ele não tem voz para protestar”. Exceto

oportunidades bastante raras, não existe mais um debate das políticas do governo e do Estado. “A política foi reduzida à disputa por cargos no governo e ao processo eleitoral”, sentencia, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Pedro Ribeiro de Oliveira é doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica. Atualmente é professor do PPG em Ciências da Religião da PUC-Minas. Dentre suas obras, destacamos *Fé e Política: fundamentos* (Aparecida: Ideias & Letras, 2004), *Reforçando a rede de uma Igreja missionária* (São Paulo: Paulinas, 1997) e *Religião e dominação de classe* (Petrópolis: Vozes, 1985). Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da conjuntura política nacional atual, como o senhor percebe a autonomia do Estado em relação à religião?

Pedro Ribeiro de Oliveira

– Vamos começar pela apreciação do rumo político dos governos Lula e Dilma, porque isso ajuda a esclarecer a relevância que a religião adquiriu no cenário político brasileiro. Tal como Lula, Dilma tem como meta a plena integração do Brasil no sistema capitalista mundial, não mais pelo alinhamento aos interesses dos EUA – como foi até Fernando Henrique Cardoso – e sim pela abertura à China e aos países do “grande Sul”. Numa conjuntura econômica favorável, essa política resultou no crescimento do PIB e na distribuição da renda (não da riqueza!). Assim, o atual governo pode satisfazer praticamente todas as classes sociais: trabalhadores, aposentados e pensionistas galgam um patamar mais elevado de consumo, banqueiros

têm lucros nunca vistos, empresários do agronegócio e da mineração são favorecidos, servidores públicos recuperam o poder aquisitivo. Enfim, praticamente todos têm a sensação de serem beneficiados pela atual política macroeconômica. Quem paga o custo desse crescimento é o sistema de vida do Planeta – mas ele não tem voz para protestar.

Diante desse amplo apoio na sociedade, só quebrado pelas manifestações contrárias de quem se preocupa com a vida do Planeta, o governo Dilma aprofundou o processo de despolitização iniciado por Lula. Salvo raros momentos, não se debatem mais as políticas do governo e do Estado. A política foi reduzida à disputa por cargos no governo e ao processo eleitoral. Esse é pano de fundo para minhas respostas à entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, qual a importância da religião no cenário político nacional

atual? Como a presidente Dilma está lidando com este aspecto?

Pedro Ribeiro de Oliveira

– Quando os partidos políticos abdicam de sua função própria de criticar e de apresentar propostas de políticas públicas e se contentam em disputar cargos e benesses, outras entidades passam a ocupar aquela função. É o caso das igrejas que, no vazio deixado pelos partidos, ganham força política. E a presidente Dilma está mostrando ter pouca habilidade para lidar com Igrejas que fazem política, especialmente se fazem uma política mesquinha. Talvez isso se deva a seu passado militante em autênticos partidos políticos, somado à pouca participação em alguma igreja. Difícilmente caberia em sua teoria esta realidade de igrejas em disputa por benesses políticas.

IHU On-Line – Como percebe que uma linguagem com fundo religioso sobe cada vez mais ao palco de um Estado que se

quer laico? Não vê uma contradição aqui?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Não é bem uma contradição, mas uma concessão ao ambiente socio-cultural brasileiro: o governo dança conforme a música. Se a maioria da população rejeita a política e aceita a religião, por que o governo seria diferente? Ele deixa nos bastidores sua meta política de plena inserção no sistema capitalista mundial e traz para o palco midiático as propostas ao gosto das massas, sejam elas de fundo religioso ou tratem de futebol, segurança, habitação, ensino e outras.

IHU On-Line – O governo Dilma estaria sendo refém de teses conservadoras capitaneadas por setores das igrejas pentecostais, neopentecostais e católica? Religião interferindo demais na política não força um conservadorismo perigoso?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Não é de teses que o governo tornou-se refém, mas sim de autoridades religiosas que buscam imobilizá-lo por meio de chantagens. Em vez de resistir, o governo deixou-se enredar. Ora, contra a chantagem só há uma saída: resistir ao chantagista trazendo-o para a luz do dia, isto é, obrigando-o ao debate público sobre suas propostas. Se o governo abrisse um amplo debate com a sociedade – penso no Parlamento, nos Conselhos de Cidadania, em universidades e em parcerias com ONGs – e lhes desse divulgação midiática, constataria que não há tanto consenso nas igrejas como elas deixam transparecer. Refiro-me aqui a oposição das igrejas (ou, mais precisamente, de algumas igrejas) à descriminalização do aborto e da eutanásia, à distribuição de preservativos, à educação sexual nas escolas, ao combate à homofobia, e sua insistência no ensino confessional nas escolas públicas. Na ausência de um debate, contudo, a posição da autoridade eclesiástica – pastores, padres e bispos – emerge como a única.

IHU On-Line – Como o senhor analisa a nomeação do se-

“O governo dança conforme a música”

nador Marcello Crivella¹ (PRB-RJ) para o Ministério da Pesca?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Crivella sempre defendeu no Senado os interesses corporativos de igrejas neopentecostais, como a regulamentação da profissão de teólogo. Alçado agora à posição de ministro, ele terá acesso mais direto à presidente para fazer suas reivindicações e assim atender a suas bases. Mas é preciso ter presente que seu ministério não é sem importância, porque a pesca é um dos principais fatores de extinção de espécies aquáticas e falta uma política pública bem equacionada para o setor. Se ele tiver um comportamento realmente republicano e olhar em primeiro lugar os interesses nacionais e do sistema de vida do Planeta, poderá trazer uma grande contribuição, mas muito me surpreenderia se isso acontecer.

IHU On-Line – Como o senhor interpreta a posição da presidente Dilma em recuar e suspender a distribuição do kit anti-homofobia nas escolas? O que esse gesto sinaliza sob a condução da questão da homossexualidade no governo?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Há no caso uma questão eleitoral: a candidatura de F. Haddad em São Paulo, que não pode desperdiçar nenhum voto sob pena de perder a eleição. Nessa caça aos votos dos evangélicos a concorrência é feroz,

¹ **Marcello Bezerra Crivella** (1957): político, cantor gospel, escritor e líder religioso brasileiro. Exerce mandato de senador da República pelo Partido Republicano Brasileiro, representando o estado do Rio de Janeiro. Eleito em 2002, ocupou uma cadeira no Senado no período 2003-2010. Em 2010 foi o primeiro senador reeleito no estado do Rio de Janeiro em 32 anos para o período 2011-2019. É o atual ministro da Pesca e Aquicultura do governo de Dilma Rousseff. (Nota da IHU On-Line)

e, sendo em geral um eleitorado pouco politizado, a argumentação política tem menos força do que uma argumentação religiosa ou moralista. Lamento ver o governo Dilma abrir mão de propostas políticas inovadoras por medo de perder uma eleição municipal.

IHU On-Line – O senhor percebe um enfraquecimento da influência dos setores progressistas da Igreja Católica no governo? Os fundamentos da Teologia da Libertação se perderam no governo Dilma?

Pedro Ribeiro de Oliveira – Não há enfraquecimento porque o único momento em que eles tiveram alguma influência na presidência da República foi nos dois primeiros anos do governo Lula. Na medida em que o PT conduzido por Lula se transformou em partido do governo e consolidou sua aliança com o PMDB e outros grupos para eleger Dilma, foi-se acabando o espaço para um projeto de libertação. É só lembrar o abandono da reforma agrária e dos Direitos dos Povos Indígenas, o desrespeito à ecologia e à biodiversidade, o assistencialismo das políticas sociais e a despolitização geral. Hoje, a ideia-força da libertação está fora do governo – e também da igreja. Seu espaço é apenas a sociedade, e, ainda assim, somente ali onde o povo se organiza com autonomia.

Leia mais...

>> Pedro Ribeiro de Oliveira já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira:

* Estão empurrando para a Amazônia os problemas do resto do Brasil. Entrevista especial com Pedro Ribeiro de Oliveira, disponível em <http://bit.ly/wAeDKN>.

A questão da terra é central para a democracia brasileira

José Vicente Tavares dos Santos considera que, do ponto de vista da distribuição de renda, estamos vivendo um momento de inclusão social no Brasil

POR GRAZIELA WOLFART

Especialista em segurança pública e na questão da violência, o professor José Vicente Tavares dos Santos concedeu, por telefone, a entrevista a seguir para a IHU On-Line, onde defende que “se for acelerada a reforma agrária e se for feita uma reforma dos serviços policiais, tendo como resultado a redução da criminalidade violenta, principalmente a desarticulação do crime organizado, envolvido com drogas e armas, podemos ser bastante otimistas em relação ao futuro do Brasil”. Para ele, Dilma está dando uma ênfase menor na distribuição de terras e maior no crédito rural e no atendimento a necessidades educacionais. “É uma questão que precisa ser retomada com maior destaque já que se mantém a concentração da propriedade da terra no

Brasil. Está havendo uma dificuldade em encarar a questão da terra como central para a democracia brasileira. O ritmo de Dilma em relação a Lula é bem menor nesse sentido”.

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP e doutor em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre, José Vicente Tavares dos Santos é professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. É autor de, entre outros, *Violências e conflitualidades* (Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009); e *Matuchos: exclusão e luta* (Petrópolis: Vozes, 1993).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como avalia o primeiro ano do governo Dilma em relação à questão da segurança pública?

José Vicente Tavares – O governo Dilma dá continuidade a alguns projetos importantes que vieram do governo Lula, principalmente o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Nesse particular, houve uma grande ênfase nas Unidades de Polícia Pacificadora – UPPS, porque se percebeu no Rio de Janeiro que ali era um território em que o crime organizado tinha um poder territorial e que, portanto, era preciso, num primeiro momento, uma desarticulação desse poder armado. Em seguida, os projetos de UPPs sociais possibilitaram a volta, ou pelo menos a chegada, dos serviços públicos a territórios, principalmente nas grandes metrópoles, em que muitas vezes não se tinha acesso a esses serviços e que dão margem a uma série de outras medidas. No setor de investimento, malgrado o reflexo da

crise econômica, hoje o Brasil tem cerca de um bilhão e 300 milhões de reais oferecidos de investimento aos estados pelo governo federal. Chegou-se a um patamar seis vezes superior ao do início da década, o que mostra que há uma prioridade no setor de investimento. Está sendo dada uma atenção interessante às fronteiras, na integração entre polícias e forças armadas. E percebo que os territórios da paz, que é um projeto que vem do governo anterior, estão em processo, mais desenvolvidos em alguns lugares do que em outros.

IHU On-Line – Na sua visão, como Dilma tem lidado com a questão da terra e da demanda pela reforma agrária?

José Vicente Tavares – Ela está dando uma menor ênfase na distribuição de terras e uma maior ênfase no crédito rural e no atendimento a necessidades educacionais. É uma questão que precisa ser retomada com maior destaque já que se mantém a

concentração da propriedade da terra no Brasil. Está havendo uma dificuldade em encarar a questão da terra como central para a democracia brasileira. O ritmo de Dilma em relação a Lula é bem menor nesse sentido.

IHU On-Line – Quais os principais desafios no Brasil de hoje em relação à questão da violência no campo, principalmente no que remete aos casos de ameaças de morte envolvendo a disputa por terras?

José Vicente Tavares – É preciso federalizar as violações de direitos humanos nas áreas rurais. O que percebemos é que a grande propriedade rural tem conexões com poderes locais, muitas vezes até com o judiciário e com setores policiais e é fundamental que se federalizem as violações de direitos humanos. Com isso conseguiremos reduzir a violência no campo. Houve uma redução no número de assassinatos, mas continua uma enorme criminaliza-

ção dos movimentos sociais.

IHU On-Line – Como o senhor vê o caso da comunidade de Pinheirinho¹?

José Vicente Tavares – Esse é um caso mais estadual, que mostra uma total desconsideração pelo judiciário, em primeiro lugar, e do estado de São Paulo em relação aos direitos sociais. Do ponto de vista de resolver conflitos sociais, foi um absurdo o que aconteceu. Por outro lado, a polícia também se prestou a uma tarefa de repressão que não lhe cabe. A postura conservadora do judiciário com relação à propriedade da terra como um bem absoluto é algo que precisa ser bem discutido pela sociedade brasileira.

IHU On-Line – E como o senhor avalia a política habitacional no governo Dilma, pensando no programa “Minha Casa, Minha Vida”, por exemplo?

José Vicente Tavares – É um dos programas que tem funcionado. O programa Bolsa Família continua e está num momento agora de ganhar alter-

1 A desocupação do Pinheirinho foi uma operação de reintegração de posse realizada na comunidade de Pinheirinho em janeiro de 2012. Trata-se de uma ocupação irregular localizada no município de São José dos Campos. O número de habitantes era estimado entre 6 e 9 mil moradores, que ocupavam a área abandonada desde 2004. O bairro contava com associações de moradores, igrejas e espaços de lazer. O terreno pertence a uma massa falida da Selecta SA, que tem como proprietário Naji Nahas. Iniciada no dia 22 de janeiro de 2012, a desocupação contou com conflitos entre moradores e autoridades, além de denúncias que tiveram repercussão nacional e internacional. A decisão de reintegração de posse foi tomada em meio a um imbróglio jurídico, tendo a justiça federal suspenso a ação no dia 20 e a justiça estadual ignorado tal suspensão. A legitimidade e a validade jurídica da determinação estadual foram questionadas pela OAB, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e pelo Conselho Federal de Psicologia. No entanto, o STJ validou a desocupação através de uma liminar emergencial que só foi anunciada horas após o começo da operação. Mais tarde, foi requisitado que o STF julgasse a competência da justiça federal no caso, mas o presidente do tribunal, Cezar Peluso, negou-se a acatar esse pedido por motivos técnicos. A operação de retirada das famílias, que contou com disparo de armas de fogo contra um morador e um espancamento gratuito, foi acompanhada de protestos e denúncias de violações aos direitos humanos. (Nota da IHU On-Line)

“A postura conservadora do judiciário com relação à propriedade da terra como um bem absoluto é algo que precisa ser bem discutido pela sociedade brasileira”

nativas de emprego e de renda para as famílias atendidas, mas tem um importante papel de reduzir a miséria no Brasil. Do ponto de vista da distribuição de renda, estamos vivendo um momento de inclusão social. Se for acelerada a reforma agrária e se for feita uma reforma dos serviços policiais, tendo como resultado a redução da criminalidade violenta, principalmente a desarticulação do crime organizado, envolvido com drogas e armas, podemos ser bastante otimistas em relação ao futuro do Brasil.

IHU On-Line – Como caracteriza o cenário social brasileiro atual em relação ao recente episódio da greve dos policiais?

José Vicente Tavares – Isso mostra que é uma categoria com dificuldade de diálogo e de ter aceitadas as suas reivindicações pelos governos estaduais e também pelo governo federal. A greve é o último recurso de um movimento reivindicatório. Muitas vezes essas greves são chamadas de motins, principalmente aquelas feitas por policiais militares. É fundamental que se reconheça que as greves são ações coletivas legítimas e o que precisamos é uma resolução de conflitos trabalhistas, percebendo que essas greves apontam não apenas para rei-

vindicações salariais, mas também para devidas condições de trabalho, para a democratização dos regimentos disciplinares, inclusive para o respeito às especificidades. O que vemos é que, no caso dos policiais, há um mal estar profissional que muitas vezes nem os próprios sindicatos querem discutir. É preciso mudar ainda o ensino policial, que aqui no Brasil ainda é muito marcado por uma visão militarista, jurídica, dogmática, que pouco tem a haver com as questões necessárias para o ofício de policial.

IHU On-Line – O que isso indica sobre um possível novo fenômeno social que se constitui em nosso país? E como o governo Dilma pode e deve agir diante dele?

José Vicente Tavares – É um fenômeno social, considerando os movimentos coletivos em todos os estados brasileiros. Ambas as esferas (estadual e federal) demonstram dificuldade em reconhecer tais movimentos como manifestações sociais coletivas, legítimas, que têm que ser negociadas, e não apenas reprimidas. Esses movimentos indicam que a reforma dos serviços policiais no Brasil tem que entrar na agenda democrática, em termos de integração de serviços, de maior dignidade para o trabalho das mulheres, da segurança pública, na reforma do ensino policial. Há um processo interessante, e que o governo Dilma continua, que é a relação entre os órgãos de segurança pública e as universidades. E há experiências muito interessantes pelo Brasil afora. Temos que olhar essas práticas e potencializá-las para fazer uma reforma do setor de segurança pública no Brasil. O papel das universidades tem sido muito importante no sentido de oferecer, de um lado, análises do quadro social da violência e da criminalidade e, de outro lado, as universidades têm trabalhado muito na educação de policiais, na ajuda de formulação de políticas públicas. Essa inclusão da segurança pública na discussão de um novo modelo na área de segurança cidadã é uma pauta não só da sociedade, mas também está na agenda científica e educacional brasileira. Trata-se de um grande avanço para a democracia.

A arte política de incorporar o atraso sem prejudicar o progresso

Para Marco Aurélio Nogueira, quanto mais democrático, republicano e sensível o governo for, mais chance teremos de ele ser uma espécie de líder da sociedade para o ataque aos problemas sociais que são os mais dramáticos hoje

POR GRAZIELA WOLFART

Para Marco Aurélio Nogueira, Dilma Rousseff “dedicou 2011 a fazer um estudo de como converter um modo político popular de governo em um modo mais técnico e político. Lula governou de um modo político popular. Ela, por estilo, por opção, por personalidade, quer fazer um governo que tenha uma natureza mais técnico-política, que se preocupe mais com gestão, com controle e com o caráter de políticas, coisas que aconteciam no governo Lula, apesar dele”. Em entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line** ele afirma que “deveriam existir limites programáticos, éticos, políticos, mas o sistema em que se vive no Brasil torna muito difícil a obediência a esses limites, de modo que a coalizão acaba sendo tão

necessária para os governos que acabam aceitando como parceiros tudo aquilo que está disponível, e não aquilo que é selecionado em função de critérios políticos, programáticos. Daí fica-se até em dúvida para saber quem é oposição e quem é situação”.

Marco Aurélio Nogueira é doutor em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo – USP. Obteve o título de pós-doutor na Università degli Studi La Sapienza, em Roma. Atualmente é professor da Unesp. Também é autor de *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo: Cortez Editora, 2005) e *Em defesa da política* (São Paulo: Editora Senac, 2005), entre outras obras. Confira a entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, como avalia o primeiro ano do governo Dilma?

Marco Aurélio Nogueira – O primeiro ano foi de transição e de tentativas de ajuste do governo às características políticas de Dilma. Ela procurou usar o primeiro ano do mandato para fazer com que o governo tivesse a “cara” dela. Dilma recebeu uma espécie de legado dos oito anos do governo Lula. E isso acabou, por um lado, facilitando a sua vida, já que ganhou a eleição, de certa maneira, beneficiada também por esse fator, e, por outro lado, acabou por comprometer um pouco da sua movimentação, já que o “legado Lula” é pesado, não é só de coisas boas. Não que tenham sido transferidos para ela muitos problemas, mas foi transferido para ela o carisma de Lula. Esperava-se que ela fosse o “Lula de saias”, como muitas vezes se fala. Ela não teve condições de governar segundo um “modo Dilma

de ser”. Está tentando isso ainda. O primeiro ano foi um período que ela usou para testar um pouco os espaços que tem para esse tipo de movimento. Ela dedicou 2011 a fazer um estudo de como converter um modo político popular de governo em um modo mais técnico e político. Lula governou de um modo político popular. Ela, por estilo, por opção, por personalidade, quer fazer um governo que tenha uma natureza mais técnico-política, que se preocupe mais com gestão, com controle e com o caráter de políticas, coisas que aconteciam no governo Lula, apesar dele.

IHU On-Line – **O “coronelismo”, tal qual interpretado na transição dos séculos XIX e XX, já não existe, mas continua presente até os dias de hoje como se vê na coalizão de governo em que ministros são oriundos de oligarquias. Por que o Brasil não consegue romper com as**

forças conservadoras e atrasadas? Elas são necessárias para se governar o país?

Marco Aurélio Nogueira

– São necessárias e importantes na vida do país. O que nós chamamos de atraso tem que ser incorporado às práticas de governo para que a democracia não corra o risco de ver crescer, em uma de suas margens, qualquer obstáculo para o prosseguimento do processo democrático. É preciso incorporar tudo, falando de forma mais abstrata. A política de estado tem que ser um movimento de incorporação. O próprio sistema democrático tem regras para fazer isso. Entendo o processo político como um movimento de inclusão. A questão é saber como se incorporam forças atrasadas e conservadoras sem prejudicar as forças progressistas. Esse é um jogo difícil de ser resolvido teoricamente. É operação política do dia a dia e que passa pela habilidade do governante. Essa é uma questão que

está posta no Brasil desde sempre. Nossa forma de progredir tem uma marca particular, que é justamente a de ter sido feita sem o esmagamento ou a neutralização radical das forças conservadoras. Sempre incorporamos as forças conservadoras mediante a atenuação das reformas. Mesmo assim nós progredimos, ou seja, não foram as concessões que impediram o progresso; elas apenas o condicionaram.

Coronelismo

Acho que nós não temos mais uma situação coronelista no Brasil. O coronelismo é um arranjo entre o poder público e o poder privado de certos latifundiários; e um pacto desse tipo acabou por facilitar uma série de coisas no Brasil. Mas esse processo acabou. Os políticos conservadores, que têm força no Estado brasileiro, não são coronéis. Eles são outra coisa. Podemos dizer que eles, de certa maneira, privatizam o espaço público, a política estatal e o governo, ocupando espaços indevidos. E fazem isso por conta da força econômica e eleitoral que têm. Mas aí temos muita gente que faz o mesmo tipo de operação. Temos ministros que não são oriundos de oligarquia e que são tão nefastos para a vida governamental e democrática quanto os que são. Essa ocupação indevida e essa presença de forças que não são propriamente republicanas na vida do governo é algo que vai além do conservadorismo. E o conservadorismo que está presente nessas posições oligárquicas não tem sido capaz de impedir o progresso do Brasil.

IHU On-Line – Há limites para a coalizão de governo?

Marco Aurélio Nogueira – Deveriam existir limites, e eles até existem, mas são tênues, fracos, sem uma linha demarcatória clara. Tudo está sendo possível. E isso vem lá de trás. Tem a ver com o governo Dilma, com o governo Lula, com o governo Fernando Henrique. Todos eles tiveram muitas dificuldades e, até certo ponto, perderam essa briga no que diz respeito a fixar limites para a coalizão. Não conseguiram. Penso que deveriam existir limites programáticos, éticos, políticos, mas o sistema

“No caso do PT, na medida em que ele se entregou a esse jogo de coalizão, perdeu muito em termos do que pretendia ser quando surgiu”

em que se vive no Brasil torna muito difícil a obediência a esses limites, de modo que a coalizão acaba sendo tão necessária para os governos que acabam aceitando como parceiros tudo aquilo que está disponível, e não aquilo que é selecionado em função de critérios políticos, programáticos. Daí fica-se até em dúvida para saber quem é oposição e quem é situação.

IHU On-Line – Isso não acaba enfraquecendo os partidos?

Marco Aurélio Nogueira – Lógico que acaba! É uma coisa muito louca isso. Enfraquece, mas, ao mesmo tempo, é o oxigênio que os partidos precisam para continuar vivos. Uma dimensão é a lógica do governo, que precisa dos partidos para ganhar maioria, ter condições de aprovar projetos, ganhar a chamada governabilidade. Por outro lado, os partidos também precisam das alianças, da coalizão, porque, no Brasil, eles se tornaram muitos estatalizados, muito pouco societários, ficando muito dependentes do controle de determinados recursos que são dados pelas posições de governo. Um partido que não tem controle de certos recursos políticos perde competitividade na sociedade, e nem precisa ser necessariamente na escala federal. Por exemplo, o PSDB está fora do governo federal há dez, 12 anos, no entanto, ele controla alguns governos estaduais e acaba detendo controles políticos importantes. No caso de

partidos que se preocupam de modo particularmente forte com valores, programa, identidade, esse modo de fazer coalizão é uma tragédia. No caso do PT, na medida em que ele se entregou a esse jogo de coalizão, perdeu muito em termos do que pretendia ser quando surgiu.

IHU On-Line – Nesse sentido, o PT perdeu a capacidade de inovação?

Marco Aurélio Nogueira

– Perdeu a capacidade de inovação tanto para a política do governo como para ele enquanto partido. O PT não se renovou, pelo contrário, estagnou. E se tornou um partido igualzinho aos outros, que não coloca mais como ponto de honra ser diferente. Mas tudo bem. Nunca achei que os partidos têm que ser diferentes. O ideal seria que todos os partidos fossem igualmente criteriosos, com programas, mesmo que uns fossem de direita e outros de esquerda. O ruim é quando todos se transformam nessa pasmaceira que estamos vendo. As diferenças não aparecem de maneira interessante e rica no debate público. O PSDB também se prejudicou com isso. Mas ele tem a característica histórica de ser um partido socialmente fraco, sem muitas pretensões. Já o PT tinha a pretensão de ser um partido social, com militância, bases, capilaridade, com gente que não tem cargo, mas que faz política. Enquanto que o PSDB sempre quis ser um partido com algumas pessoas especiais, qualificadas.

IHU On-Line – Quais seriam as possíveis soluções democráticas consistentes para os problemas que estão emergindo no Brasil atual? O que podemos esperar do governo Dilma nesse sentido?

Marco Aurélio Nogueira

– Podemos esperar muita coisa do governo Dilma, sobretudo porque ela está se propondo (pode ser que ela não consiga) a dar um maior valor à dimensão técnica, gerencial no seu governo. Isso pode ajudar o governo Dilma a ganhar um posicionamento bom no país, levando em conta o fato de ser a Dilma quem é e do PT ser quem é. No entanto, não será um go-

verno tecnocrático. Será um governo com maior preocupação técnica, o que pode ser um recurso importante para se ter uma política democrática. O grande problema que temos é o social, no sentido da desigualdade de renda. Isso exige uma solução que seja maior do que as políticas assistencialistas que têm sido feitas nos últimos anos, e aqui estou me referindo basicamente ao Bolsa Família, que foi o grande fator do qual se obteve ganho em termos de inclusão social no Brasil recentíssimo. O outro lado foi da política de crédito, que aumentou o poder de consumo das pessoas. Tanto uma (o Bolsa Família) como a outra (o crédito popular) não podem ser políticas de voo longo. A política de crédito tem um risco muito grande de ser suicida, porque ela pode, dependendo de como o resto vai andar, levar o tomador de empréstimo à inadimplência. Dessa forma, torna-se a pior solução de todas, porque não só o cidadão não terá mais crédito como também ficará com uma dívida que não conseguirá pagar.

IHU On-Line – Principalmente por causa dos prazos longos...

Marco Aurélio Nogueira

– Exatamente. Para se obter um bom financiamento, prolonga-se o prazo: 60 meses, dez, 20 anos. Hoje em dia não se pode dizer que daqui a um ano vai dar para continuar pagando um empréstimo feito. Isso falando de uma pessoa que não tem muita “bala no revólver” para se jogar no mercado financeiro (estou “me lixando” para os que têm). Para quem ganha pouco, trabalhar com empréstimo e financiamento é complicado, visto que o emprego é instável e, de repente, numa virada econômica qualquer, pode perder o emprego. Esse é um critério do mundo em que vivemos. Todo mundo passou a ter empregos flutuantes. Pode ter hoje, não ter amanhã; não se tem muita margem de segurança. E a política assistencial também é assim, porque até quando o governo vai continuar transferindo X milhões de reais para os necessitados? Uma hora isso vai bater no teto também. E será preciso financiar o Bolsa Família. O melhor que os governos podem fazer é se comportar democraticamente. As

soluções democráticas que podem vir do governo têm a ver com a conduta democrática dele. Quanto mais democrático, republicano, sensível o governo for, mais chance teremos de ele ser uma espécie de líder da sociedade para o ataque aos problemas sociais que são os mais dramáticos hoje.

IHU On-Line – Como a tensão entre representação e participação aparece no governo Dilma?

Marco Aurélio Nogueira

– Acho que não aparece, para ser franco. No entanto, ela existe na sociedade. Porque, por um lado, há uma crise de representação, o que significa dizer que as pessoas não confiam muito nos seus representantes, e, por outro lado, há um certo desejo de participação, que é uma espécie de efeito colateral do modo como se vive atualmente. Esse modo exacerbava a movimentação das pessoas. Nós todos somos pessoas inquietas. Não gostamos muito de ordens, ainda que acabamos por comprá-las. Não gostamos muito de receber um pacote de decisões e gostamos de nos movimentar fisicamente, quando possível, e nos movimentamos freneticamente no plano virtual. Isso tudo funciona como uma espécie de êmulo de participação, ainda que não seja necessariamente participação política.

IHU On-Line – Pensando na relação com os movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil, como o senhor avalia que Dilma tem reagido diante das capacidades coletivas de reação e emancipação no Brasil?

Marco Aurélio Nogueira

– Em primeiro lugar, precisaríamos chegar a um acordo sobre quais são as capacidades coletivas de reação e emancipação no Brasil. Essas capacidades, que evidentemente existem, não estão sendo muito bem utilizadas no Brasil e estão meio adormecidas. Não estamos vivendo uma fase de ativação dos movimentos sociais. Eles existem, estão aí, mas teríamos que gastar um tempo para nomeá-los. Os governos têm que ser flexíveis em relação aos movimentos sociais,

pois a sociedade está fragmentada, há muita insatisfação em várias áreas no que diz respeito à representação política, há um clima potencial de exacerbação de insatisfação. No momento, o que o governo Dilma está fazendo com relação aos movimentos sociais é conversar com eles quando aparecem.

IHU On-Line – Mas o senhor percebe uma abertura por parte do governo Dilma em relação aos movimentos sociais?

Marco Aurélio Nogueira

– Depende de qual é o parâmetro que temos. Se for em relação aos primeiros meses do governo Dilma, a resposta é que parece que ela está sendo mais sensível. Se for em relação ao governo Lula, eu diria que não, já que o governo Lula era bastante aberto para os movimentos sociais, talvez mais do que a Dilma. O que não significa que o governo dele tenha sido melhor que o dela. Não é só porque você é mais flexível com os movimentos sociais que vai governar melhor. Mas é claro que se for repressor dos movimentos sociais já fica excluído do bom governo. Nós não temos notícia de que os governos brasileiros têm sido particularmente duros com os movimentos sociais. Posso dizer isso porque os movimentos no Brasil não têm sido particularmente ameaçadores. Estão contidos, ou pela sua dificuldade de organização ou pelas dificuldades estruturais de agir no mundo capitalista em que vivemos.

Leia mais...

>> Marco Aurélio Nogueira já concedeu outras entrevistas para a IHU On-Line. Confira:

- * • Ritos acadêmicos e a universidade hoje. Entrevista publicada no sítio do IHU em 17-04-2008, disponível em <http://bit.ly/yWikkd>;
- Gramsci, 70 anos depois. “A esquerda precisa resolver, de uma vez por todas, sua questão com a democracia”. Entrevista publicada no sítio do IHU em 12-08-2007, disponível em <http://bit.ly/y4p87A>.

“Não há mudanças nas estruturas geradoras da desigualdade”

Há uma abertura por parte do governo Dilma para as vozes vindas de baixo, mas “isso não quer dizer que as reivindicações tenham sido aceitas”, pondera Ivo Lesbaupin, visto que “a reforma agrária continua parecendo um sonho distante, muito distante”

POR GRAZIELA WOLFART

No que se refere à questão ambiental, o sociólogo e professor na UFRJ Ivo Lesbaupin considera que o governo Dilma não pode ser bem avaliado. “Estão projetadas 29 usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia nos próximos dez anos. Um governo que se comporta dessa maneira não pode pretender ser defensor do meio ambiente”. Em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line** ele afirma que “se é verdade que o governo tem maioria no Congresso, o novo Código Florestal é um acinte, no ano em que o governo brasileiro vai sediar a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Dizer que o texto da lei ficou assim por causa da bancada ruralista é desconhecer a força que o governo tem quando quer”.

Lesbaupin acrescenta que o orçamento brasileiro mostra que 45% do dinheiro vai para o pagamento dos juros da dívida pública (externa e interna), sua amortização e a rolagem. “Menos de 5% vai para

a saúde, menos de 3% para a educação, menos de 1% para o saneamento básico. Traduzindo em reais: 708 bilhões de reais para a dívida, 64 bilhões para a saúde, 47 bilhões para a educação, menos de 1 bilhão para o saneamento. O que significa que, para o governo brasileiro, em primeiro lugar vêm os credores da dívida: países ricos, bancos internacionais e, dentro do Brasil, bancos nacionais e investidores financeiros”.

Ivo Lesbaupin é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Graduado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É autor e organizador de diversos livros, entre os quais *Igreja: comunidade e massa* (São Paulo: Paulinas, 1996); e *O desmonte da nação: balanço do governo FHC* (Petrópolis: Vozes, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Passado o primeiro ano, qual sua avaliação do governo Dilma de forma geral e, especificamente, em relação à política ambiental?

Ivo Lesbaupin – De modo geral, pode-se dizer que o governo Dilma dá continuidade ao governo Lula: refiro-me à política econômica – ajuste fiscal, prioridade ao controle da inflação, pagamento da dívida pública e de seus juros. Também percebemos a continuidade no lugar dado ao combate à pobreza, à miséria. No que se refere à corrupção, houve novidade na atitude: o afastamento de vários ministros acusados. E há um ponto particularmente positivo, a aprovação da Comissão da Verdade, mesmo considerando as restrições de sua atuação.

No que se refere à questão ambiental, o governo Dilma não pode ser bem avaliado. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, projeto contestado desde a ditadura militar, interrompido nos anos 1980, ressuscitado pelo governo Lula, é a “joia” do PAC para o atual governo. Não importam os protestos dos povos indígenas e dos ribeirinhos, não importam as críticas de movimentos sociais, a oposição de técnicos, de especialistas. Técnicos do Ibama foram pressionados e tiveram de se afastar para que o projeto fosse aprovado. Sequer importa saber que existem outras fontes de energia que não destroem o habitat de populações nem as florestas.

Estão projetadas 29 usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia nos pró-

ximos dez anos. Um governo que se comporta dessa maneira não pode pretender ser defensor do meio ambiente. Para confirmar tal afirmação, basta citar a reforma do Código Florestal. Se é verdade que o governo tem maioria no Congresso, o novo Código Florestal é um acinte, no ano em que o governo brasileiro vai sediar a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Dizer que o texto da lei ficou assim por causa da bancada ruralista é desconhecer a força que o governo tem quando quer. Por exemplo, o aumento do salário-mínimo no primeiro ano de governo foi aquele que ele queria, sob protestos das centrais sindicais, dos movimentos sociais, de setores da chamada “base” do governo.

IHU On-Line – Como seriam uma “outra economia” ou um “outro desenvolvimento” ideais para o Brasil? Dilma está caminhando em busca de soluções alternativas nesse sentido? A partir das megaobras encabeçadas pelo governo Dilma (e herdadas do governo Lula), qual a possibilidade de vislumbrarmos uma guinada no modelo de desenvolvimento centrado na produção e no consumo?

Ivo Lesbaupin – A grave crise ecológica que estamos vivendo é caracterizada pelo aquecimento global, produzido principalmente pela utilização de combustíveis fósseis, pelo desmatamento e pelas queimadas. O modelo econômico dominante precisa produzir sempre mais, fazer consumir sempre mais, para obter cada vez mais lucro. Por esta razão, avança sobre as florestas, explora os bens naturais até seu esgotamento, utiliza os bens renováveis para além de sua capacidade de reposição. A água doce é um desses bens: alguns rios importantes do mundo não chegam mais até o mar em algumas épocas do ano e, no Brasil, inúmeros pequenos riachos desapareceram. Ora, o programa principal deste governo é o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento econômico. Crescimento significa exatamente isso, produtividade e consumismo. No entanto, a Terra é finita: não é possível garantir a reprodução e o equilíbrio da natureza mantendo o modelo econômico atual. É absolutamente fundamental mudar de modelo. Nós precisamos produzir aquilo de que temos necessidade, cuidando para não deprecar os bens naturais, para não utilizar os bens renováveis além de sua capacidade de regeneração. Precisamos urgentemente mudar de matriz energética, passando da energia proveniente dos combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão) para aquela proveniente de fontes renováveis: energia eólica, solar, geotérmica, etc. Não precisamos mais de grandes usinas hidrelétricas: a simples repotencialização das usinas existentes produziria muito mais do que Belo Monte. Os ventos que nós temos são suficientes para produzir a energia de 10 Itaipus. Os raios solares que o Brasil recebe durante o ano poderiam gerar uma energia que, associada à eólica, seria mais do que

“No que se refere à questão ambiental, o governo Dilma não pode ser bem avaliado”

suficiente para aquilo de que necessitamos. Não precisamos barrar o rio Xingu, nem o Tapajós, tampouco o Madeira.

Energia solar

Um exemplo. Por que o governo não convoca todas as empresas fabricantes de chuveiros elétricos e as convida a se converterem em fabricantes de aquecedores solares, oferecendo empréstimos do BNDES e crédito facilitado para os consumidores? Haveria uma redução do gasto de energia elétrica impressionante. Um aquecedor solar é caro? E se se produzissem um milhão de aquecedores solares? E se se utilizassem aquecedores mais baratos (dos quais já existem projetos no Brasil)? A energia solar ainda é cara? Por que o governo não oferece recursos, via CNPq, Finep, para se multiplicarem os núcleos de pesquisa nas universidades federais visando desenvolver a tecnologia da energia solar? Afinal, o governo concede tantos recursos para grandes empresas, não poderia ajudar a ciência e a tecnologia? O Brasil teria condições de ser o primeiro em energia solar no mundo. E o sol é uma fonte permanente e gratuita.

Transportes

Um setor em que a população trabalhadora sofre muito é o dos transportes. O governo poderia investir pesadamente nos transportes coletivos, especialmente sobre trilhos (trens, metrô e outros), para que o deslocamento fosse fácil, barato e agradável. Se houvesse transportes coletivos suficientes e de qualidade para todas as áreas às quais as pessoas se deslocam, os proprietários de automóveis não teriam necessidade de usá-los para ir ao trabalho. E seria possível promover a redução de sua utilização nas áreas centrais. Isso

ajudaria os moradores e trabalhadores, reduziria a emissão de dióxido de carbono, diminuiria a poluição e as doenças respiratórias, contribuiria para a redução do aquecimento global. Nós precisamos passar da civilização centrada no automóvel, no transporte rodoviário e no lucro para uma civilização centrada no ser humano, no seu bem-estar, na vida.

Isso é utópico? Há cidades em que todo o deslocamento pode ser feito por metrô, trem, bonde (tramway) e ônibus. Torna o carro desnecessário – pelo menos nos dias úteis. As pessoas podem também se deslocar frequentemente de bicicleta, sem risco de atropelamento. Há países em que o deslocamento interurbano e o transporte de cargas são feitos fundamentalmente por trem. Não polui, é mais seguro, oferece mais capacidade de transporte. O Brasil não tem recursos para isso? Ou não quer?

IHU On-Line – Observando o primeiro ano do governo Dilma, quem é o foco de suas políticas? Os cidadãos brasileiros?

Ivo Lesbaupin – Há um autor que afirma que, se você quer saber para quem um governo está trabalhando, examine o orçamento, veja onde ele aplicou o dinheiro público. Pois bem, o nosso orçamento (orçamento realizado, não o projetado) mostra que 45% vai para o pagamento dos juros da dívida pública (externa e interna), sua amortização e a rolagem. Menos de 5% vai para a saúde, menos de 3% para a educação, menos de 1% para o saneamento básico. Traduzindo em reais: 708 bilhões de reais para a dívida, 64 bilhões para a saúde, 47 bilhões para a educação, menos de 1 bilhão para o saneamento. O que significa que, para o governo brasileiro, em primeiro lugar vêm os credores da dívida: países ricos, bancos internacionais e, dentro do Brasil, bancos nacionais e investidores financeiros. O conjunto dos que recebem os juros da dívida aqui dentro não chega a 5% da população, constitui o grupo dos mais ricos.

Saúde x pagamento da dívida

Se observarmos a linha dos gastos com saúde nos últimos dez anos, veremos que ela sobe um pouquinho todo ano, lentamente, mas sem ultrapassar estes 5%. Em compensação, a do pagamento da dívida sobe muito, todos

os anos. A dívida externa chegou, em dezembro de 2011, a 402 bilhões de dólares. E a dívida interna, a 2 trilhões e 500 bilhões de reais. Ela nunca cessou de crescer e nunca deixou de ser religiosamente paga. Se for preciso, o governo corta gastos sociais, para pagar os juros da dívida (que beneficia os ricos, repito), como fez recentemente.

Haveria possibilidade de ser de outro jeito? Sem dúvida: seria preciso fazer o que a Constituição manda, desde 1988: uma auditoria da dívida. A única auditoria que fizemos no Brasil, em 1931, descobriu que 60% da dívida não tinha documentos que a comprovassem, ou seja, que era falsa. A partir daí, o governo daquela época reduziu o pagamento da dívida. A auditoria da dívida que o Equador fez, em 2009, mostrou que boa parte dela era irregular. E conseguiu reduzir em 70% a dívida externa em títulos. A economia fabulosa que conseguiu foi usada na saúde e na educação.

A pequena ONG na qual trabalho tem um orçamento pequeno e nós somos obrigados a fazer todo ano uma auditoria externa de nossas contas (e nós somos a favor desse controle). Por que o governo não faz a auditoria que a Constituição exige?

Essa análise não quer dizer que o governo não faz nada pelos mais pobres: temos aí o Bolsa Família que atinge quase 50 milhões de pessoas, temos o aumento real do salário-mínimo, temos a melhoria do emprego, o crescimento do emprego formal, o “Luz para Todos” e várias outras coisas. E a população reconhece essas melhorias. Mas o governo faz mais pelos mais ricos, muito mais. É só examinar o aumento dos lucros dos bancos nos últimos dez anos. É mais do que eles recebiam no tempo de FHC.

IHU On-Line – Como avalia que tem sido a postura da presidente em relação às ONGs e demais instituições organizadas da sociedade civil? Como Dilma lida com a participação social na política?

Ivo Lesbaupin – Eis aí um campo onde indubitavelmente há avanços no governo Dilma, comparado ao governo Lula. Em apenas um ano, houve enorme progresso na discussão do marco regulatório para as organizações da sociedade civil, desde reuniões com a Secretaria Geral da Presidência até um seminário reunindo ministros de

“Os ventos que nós temos são suficientes para produzir a energia de 10 Itaipus”

Estado e representantes da sociedade civil. Constituiu-se uma comissão nacional para elaborar o conteúdo deste marco regulatório. A presidente Dilma recebeu representantes da sociedade civil por ocasião do Fórum Social Temático em Porto Alegre, em janeiro. Ouviu as reivindicações e os reclamos desses representantes. Há, pois, uma abertura por parte do governo para as vozes vindas de baixo. Isso não quer dizer que as reivindicações tenham sido aceitas; a reforma agrária continua parecendo um sonho distante, muito distante. Entre a pressão dos setores empresariais por privatização e as pressões dos movimentos sociais contra, a primeira tem levado a melhor.

Se, até 2010, a principal diferença nas campanhas eleitorais, entre o PT e o PSDB, era o tema da privatização, parece que essa etapa foi superada. Eu diria que a privatização não foi totalmente interrompida, na passagem do governo FHC ao governo Lula. Um exemplo: depois de quebrar o monopólio da Petrobras, FHC introduziu os leilões das áreas de exploração do petróleo. Isso ocorre todo ano, desde 1997: áreas onde pode haver petróleo são leiloadas, empresas privadas podem comprar estas áreas e, se acharem petróleo, podem explorar à vontade, em seu próprio benefício particular. Em outras palavras, o petróleo que era nosso (patrimônio do povo brasileiro) passa a ser delas (privado). Algumas dessas empresas se tornaram bilionárias depois de achar nosso petróleo. Os movimentos de trabalhadores lutam todos os anos para interromper leilões desse tipo. Mas o governo Lula os manteve e o governo Dilma não fez menção de suspendê-los. Isso significa que a privatização do nosso petróleo continua. Bem antes da privatização dos mais rentáveis aeroportos do país.

IHU On-Line – Em uma entrevista concedida à nossa publicação antes das eleições, o senhor ponderou que a eleição de Dilma (em lugar da eleição de Serra) seria melhor para a sociedade. Como avalia esta perspectiva hoje?

Ivo Lesbaupin – Continuo fazendo esta avaliação hoje: o governo Lula manteve a política econômica de FHC – que privilegia os bancos, o capital financeiro –, mas não fez apenas isso: introduziu também uma série de políticas que melhoraram a sorte do povo brasileiro, especialmente dos mais pobres. Minha avaliação era de que o governo Dilma continuaria, no essencial, a política de Lula. Todas as críticas que faço ao governo Lula e, agora, ao governo Dilma, não significam que eu prefiro o governo anterior, de FHC. Aquele era um governo neoliberal “puro”, digamos assim; este é um governo neoliberal também, porém contém também algumas políticas voltadas para os trabalhadores e os mais pobres. Há diferenças, portanto. Mas nem o governo Lula nem o governo Dilma mudaram as estruturas geradoras da desigualdade. Dizem que a desigualdade social vem diminuindo. Essa não é a verdade inteira. O índice de Gini – que se utiliza geralmente para medir o grau de desigualdade em cada país – vem melhorando. Tal índice se baseia nos dados da PNAD, que capta os rendimentos das famílias (salários, aposentadorias, pensões). Ele não leva em conta toda a renda interna do país. O que os mais ricos ganham com juros, lucros, etc., não é captado pela PNAD (ver a análise feita pelo economista Guilherme Delgado). A camada mais rica do país, o 1% mais rico, por exemplo, ficou muito mais rico nesses últimos anos (graças, em boa parte, aos juros reais mais altos do mundo). Os mais pobres melhoraram, mas os mais ricos melhoraram muito mais: a desigualdade social aumentou. Para citar um dado de fácil verificação, que os jornais gostam de noticiar: os lucros dos bancos aumentam a cada ano, muito acima da inflação. Ora, os salários são aumentados em torno do índice da inflação. Nos últimos oito anos, os ganhos das cinco maiores instituições financeiras do Brasil aumentaram mais de 300%, enquanto a inflação ficou em 55%. Isso comprova que a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

“18 de brumário” de Luis Inácio Lula da Silva

Para Francisco de Oliveira, o governo Dilma é a amostra da impossibilidade de manter-se, no longo prazo, o tipo de conciliação ampla dos dois mandatos do governo Lula

Por Francisco de Oliveira

“A sociedade brasileira é cada vez mais complexa para que seus interesses contraditórios sejam envelopados numa fórmula carismática”. “As chamadas qualidades da presidente (Dilma) têm sido consumidas no ‘apagar fogo’ de uma coalizão que não tem qualquer identidade programática”. Essas são algumas das ideias que o professor Francisco de Oliveira esboçou ao refletir sobre o primeiro ano do governo Dilma a partir de uma série de questões enviadas a ele pela **IHU On-Line**. O professor preferiu respondê-las resumidamente, em um bloco único, e enviou por e-mail o texto que segue.

Francisco de Oliveira formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. É professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP. Confira o comentário.

O governo Dilma é a amostra da impossibilidade de manter-se, no longo prazo, o tipo de conciliação ampla dos dois mandatos do governo Lula. A sociedade brasileira é cada vez mais complexa para que seus interesses contraditórios sejam envelopados numa fórmula carismática. Já as dificuldades da candidatura Haddad estão demonstrando que Lula não é o mago que ele mesmo acredita ser e sua segunda clonagem tem todas as chances de falhar estrondosamente. Daí Dilma ter que demitir, ou aceitar a renúncia de uma quantidade de ministros que, no todo, daria para formar um time de futebol: o time Dilma. E todos não foram por corrupção, como é anunciado. Nelson Jobim não saiu do governo por corrupção, mas porque sua op-

ção de interesses se compatibiliza mais com Serra do que com Lula/Dilma. Daí, Dilma não é propriamente inábil, ou trator, ou faxineira. É que Lula abafou e conciliou numa escala que não dá para manter por muito tempo.

Quanto à política econômica, Dilma mantém o mesmo ritmo, as mesmas opções que, aliás, estão aí desde Fernando Henrique Cardoso. Lula mesmo não mudou nada das orientações neoliberais de FHC; apenas injetou mais dinheiro no BNDES, seguindo assim, as orientações da Economia da Unicamp, da qual Luciano Coutinho é um dos mais representativos: fazer as empresas brasileiras serem internacionais, atuando fortemente para fora, e não para dentro.

Quanto à classe trabalhadora, Lula foi uma espécie de Bonaparte: enquanto exportava a Revolução Francesa na ponta de suas baionetas, Bonaparte arrasou com o ímpeto revolucionário interno da Revolução Francesa, anulando o poder da novel classe trabalhadora francesa. Lula foi um Bonaparte reduzido, ou seu governo foi um “18 de brumário” de Luis Inácio Lula da Silva. A classe trabalhadora, por suas frações organizadas, não apita nada neste governo, como consequência da anulação de seu poder de classe operado por Lula da Silva. Enquanto isso o Bolsa Família representa exatamente essa anulação: estendendo um pequeno subsídio para a subsistência dos mais pobres, ele anulou o poder reivindicatório das frações organizadas da classe. Na verdade, isso é o que se pode dizer do primeiro ano do governo Dilma. As chamadas qualidades da presidente têm sido consumidas no “apagar fogo” de uma coalizão que não tem qualquer identidade programática, e por isso seu governo pode ser chamado de “governo de combate ao fogo amigo”.

Um ano de Dilma. “Temos motivos hoje para sermos otimistas”

“Não há grandes mudanças na atuação do governo atual em relação ao anterior. Há, sim, uma mudança no estilo”, avalia Marcos Costa Lima. Para Marianne Wiesebron, “se antigamente as camadas mais pobres tinham uma atitude um pouco fatalista em relação à política, isso está mudando bastante nesse país em transformação”

POR GRAZIELA WOLFART E CESAR SANSON

Ao ponderar a trajetória política de Dilma em seu primeiro ano de governo, com o olhar um pouco mais voltado para o Nordeste, o professor Marcos Costa Lima afirma que “o Brasil se apresenta hoje em condições de enfrentar uma das maiores crises já havidas no mundo capitalista. E irá enfrentá-la com crescimento econômico. No passado, dado a característica de profunda dependência do capital internacional, em cada crise, mesmo as de menor impacto, o país paralisava. Temos motivos hoje para sermos otimistas. O país já é a sexta economia do mundo, segundo dados internacionais. Ainda há muito a fazer, mas estamos no caminho certo”. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, ao lado da professora na Universidade de Leiden, Marianne Wiesebron, ele considera que Dilma tem mais acentuado o perfil de administradora, de uma técnica que conhece em detalhe as políticas do seu governo. “Trata-se de um governo de coalizão e, mesmo assim, a presidente não tem contemporalizado com omissões ou falhas de seus auxiliares. Em grande medida, a sua alta popularidade se deve a esse perfil

de alguém de grande correção e espírito público. Ademais, ter na presidência da república uma mulher em um país de marcadas posições machistas representa um avanço cultural histórico, a saber, que as mulheres têm competência para gerir uma nação complexa como o Brasil”. Já Marianne Wiesebron avalia que as políticas do governo Dilma “representam uma continuidade com o governo anterior, mas são mais focadas”.

Marcos Costa Lima é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco e leciona política econômica internacional. Possui graduação em Filosofia Política pela Université Montpellier 2 Sciences et Techniques, da França, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

Marianne Wiesebron é responsável pelos estudos brasileiros na Universidade de Leiden, da Holanda, e uma apaixonada pelo Brasil. Ela trabalha com relações internacionais e acompanha de perto a política brasileira. Confira a entrevista.

IHU On-Line – É possível falar em um Nordeste antes e num Nordeste depois de Lula?

Marcos Costa Lima – A questão regional do Nordeste brasileiro é muito antiga. As desigualdades ainda são marcantes, não obstante o trabalho desenvolvido pelo governo Lula nos desníveis regionais. Mesmo o atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, o professor Marcio Pochmann, registra em estudos re-

centes essa assimetria.

Marianne Wiesebron – Como uma cientista estrangeira que escreveu uma tese de doutorado sobre um tema nordestino, no caso o cangaço, e tendo viajado muito pelo Nordeste, desde os anos 1970, impressiona como essa região mudou nos últimos anos. Cito como exemplo as melhorias na infraestrutura e na habitação. De modo mais geral, tem-se a impressão de uma melhoria nas con-

dições de vida.

Marcos Costa Lima – A experiência da Sudene, dirigida por Celso Furtado, gerou um novo alento para a região através das políticas de industrialização que, antes, estavam ausentes do Nordeste. No governo Lula são diversos projetos estruturadores, desde os investimentos da Petrobras até os investimentos na indústria naval e nos portos, a exemplo do Porto do Suape.

Marianne Wiesebron – De fato, o aumento da industrialização é algo bem visível e que muda o caráter do Nordeste.

Marcos Costa Lima – Para além da indústria, foram implementados vários projetos sociais substantivos como o Bolsa Família, a ampliação dos Cefets/escolas técnicas, bem como a criação de universidades federais no interior da região.

Marianne Wiesebron – Tampouco devemos esquecer dentro dos programas sociais desenvolvidos pelo governo Lula os programas para a agricultura familiar e os programas de microcrédito.

IHU On-Line – Os altos índices de popularidade de Lula e Dilma no Nordeste devem-se às políticas sociais ou existem outros fatores?

Marcos Costa Lima – Sem dúvida as políticas sociais foram importantes, mas a popularidade se deu por conta de uma percepção mais geral de bem-estar, a exemplo da manutenção, ao longo de todo o governo Lula, dos salários e aposentadorias reajustados acima da inflação. Sabemos que há nos grotões da região muitos trabalhadores rurais que vivem de suas aposentadorias.

Marianne Wiesebron – De fato, a preocupação com um salário decente já não constava na pauta dos governos há um bom tempo. Pagar um salário mínimo decente é uma prática que começou com Getúlio Vargas e que se manteve nos governos JK e João Goulart, sendo retomada agora nos governos Lula e Dilma. Além do mais, não esqueçamos o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que ajudou a economia a crescer numa parceria público-privada e que gerou muitos empregos.

IHU On-Line – A economia no Nordeste continua em ex-

“Em relação ao gênero, a Europa como um todo é mais conservadora do que o Brasil”

pansão ou apresenta sinais de retração?

Marcos Costa Lima – O Brasil se apresenta hoje em condições de enfrentar uma das maiores crises já havidas no mundo capitalista. E irá enfrentá-la com crescimento econômico. No passado, dado a característica de profunda dependência do capital internacional, em cada crise, mesmo as de menor impacto, o país paralisava. Temos motivos hoje para sermos otimistas. O país já é a sexta economia do mundo, segundo dados internacionais. Ainda há muito a fazer, mas estamos no caminho certo.

Marianne Wiesebron – Atualmente estamos vendo companhias dos países emergentes, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), comprando empresas europeias e americanas. Em nível nacional, como há milhões de brasileiros que saíram da pobreza com os programas sociais dos presidentes Lula e Dilma e que se tornaram consumidores, a economia nacional está se beneficiando com isso. Ademais, o governo Dilma está tomando várias medidas para estimular ainda mais o consumo, como reduzir o imposto de alguns produtos de consumo duráveis, o que mantém o nível da demanda.

IHU On-Line – Quais são as continuidades e descon- tinuidades do governo Dilma em relação ao governo Lula no

Nordeste?

Marcos Costa Lima – A rigor, não há grandes mudanças na atuação do governo atual em relação ao anterior. Há, sim, uma mudança no estilo. A presidente Dilma tem mais acentuado o perfil de administradora, de uma técnica que conhece em detalhe as políticas do seu governo. Um ponto saliente é que no seu primeiro ano de mandato houve a renúncia de sete ministros. Trata-se de um governo de coalizão e, mesmo assim, a presidente não tem contemporizado com omissões ou falhas de seus auxiliares. Em grande medida, a sua alta popularidade se deve a esse perfil de alguém de grande correção e espírito público. Ademais, ter na presidência da república uma mulher em um país de marcadas posições machistas representa um avanço cultural histórico, a saber, que as mulheres têm competência para gerir uma nação complexa como o Brasil.

Marianne Wiesebron – Creio que em relação ao gênero, a Europa como um todo é mais conservadora do que o Brasil. A presidente Dilma conquistou o respeito internacional em pouco tempo. Suas políticas representam uma continuidade com o governo anterior, mas são mais focadas, como os vários programas do *Brasil Sem Miséria no Campo*, por exemplo, um programa de formação técnica para pequenos agricultores visando o aumento da sua produção em cooperação com universidades e a Embrapa.

IHU On-Line – É possível identificar o “mapa” político hegemônico hoje no Nordeste? As forças progressistas estão mais fortes ou dependem das oligarquias para governarem?

Marcos Costa Lima – Há de fato uma hegemonia dos partidos de esquerda no Nordeste. Por exemplo, o Partido Socialista Brasileiro dirige dois estados importantes da região (Ceará e Pernambuco) e

a Bahia é liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Dos nove estados da região, apenas dois deles estão na oposição ao governo. As oligarquias ainda estão presentes na política, não apenas no Nordeste, mas no Brasil como um todo. No entanto, elas não conseguem mais estabelecer o seu predomínio histórico.

Marianne Wiesebron – Entretanto, o mapa político do Brasil está mudando e se tornando mais complexo. A disponibilidade de meios de comunicação leva a um cidadão mais informado e mais exigente.

IHU On-Line – FHC se aliou ao PFL para governar. Lula governou com uma ampla coalizão composta por forças progressistas e atrasadas e Dilma não rompeu com essa coalizão. É impossível governar no Brasil sem aliança com as oligarquias e forças que adotam o clientelismo como método de ação política?

Marcos Costa Lima – A pergunta induz a que se pense que apenas a coalizão em torno de Lula e de Dilma mantiveram alianças com oligarquias, o que não é fato. FHC estabeleceu uma forte aliança com o DEM (ex-PFL), partido que, de fato, expressa o pensamento de direita e conservador no Brasil, que tem sua origem no regime ditatorial e cuja raiz é a Arena. Fala-se muito na aliança de Lula com Sarney e Collor, que são de fato oligarcas, mas que apoiaram um governo mais à esquerda e um partido como o PT, que representava a massa dos trabalhadores organizados. Em um país com uma tradição conservadora como o nosso, esta mudança, a meu ver, ainda vai demorar. Uma democracia pressupõe, ao menos, eleições regulares e voto. No limite, é a população quem decide, mas ela está influenciada ou pela mídia, ou pela pressão política local, que atrela muitos eleitores ao controle

“Há uma hegemonia dos partidos de esquerda no Nordeste”

do poder. Felizmente a população trabalhadora e os setores populares estão percebendo que os governos Lula e Dilma têm compromissos com mudanças e, sobretudo, com alguns ganhos para eles. Isso significa que nenhum governo posterior poderá recuar em relação aos avanços sociais que foram realizados no Brasil. Os chamados “coronéis” agrários ou urbanos só desaparecerão quando a maioria da população votar em políticos identificados com os interesses da maioria.

Marianne Wiesebron – Tanto no Brasil como na Holanda os governos são formados em base de coalizões. Formar uma coalizão ampla dá, em geral, mais possibilidades de agilizar o trabalho necessário entre o Executivo e o Legislativo. Por outro lado, implica em uma maior necessidade de jogo de cintura. Ao mesmo tempo, nota-se que a popularidade da presidente Dilma é devida ao fato, entre outros, de demitir ministros que governam segundo sistemas tradicionais. Assim, as mudanças do sistema político no Brasil estão acontecendo de duas formas: pelos cidadãos e pela presidente, que hesita menos do que seu antecessor em demitir um ministro.

IHU On-Line – Como está a ação do movimento social no Brasil? Há movimentos que influenciam as políticas públicas?

Marcos Costa Lima – Há, sim, movimentos sociais como “os sem terra” ou “os sem teto”, os

movimentos indígenas, ou os movimentos em defesa do meio ambiente. Há muitas organizações ligadas às favelas, às populações ribeirinhas, aos negros, às mulheres, aos homossexuais. Esses movimentos têm pressionado a grande política, os políticos e governos nas três esferas para que atendam aos pleitos do cotidiano e para que não fiquem apenas em torno de questões estruturais. São demandas por escolas, postos de saúde, crédito, policiamento e iluminação. Há uma plethora de novas reivindicações que, antes, não entravam na pauta das políticas públicas e às quais, hoje, todo político tem que responder.

Marianne Wiesebron – Penso que atualmente, não só no Brasil mas no mundo, os governos têm que levar em conta movimentos sociais e outros atores da sociedade civil. O Brasil tem um leque muito amplo e muito ativo de movimentos sociais. Se antigamente as camadas mais pobres tinham uma atitude um pouco fatalista em relação à política, isso está mudando bastante nesse país em transformação. É algo notável no Nordeste.

IHU On-Line – A Igreja sempre teve um importante papel no Nordeste frente à política. Esse papel continua ativo?

Marcos Costa Lima – Esta igreja popular, ligada à Puebla, perdeu muito. No passado recente, figuras como o Pe. Lebre¹, o Pe.

¹ Louis Joseph Lebre (1897-1966); padre Lebre, dominicano francês, é considerado um pioneiro do movimento teórico do desenvolvimento econômico que surgiu depois da segunda guerra mundial. Sua visão humanista da economia segue tendo grande atualidade até os dias de hoje. Foi capelão de pescadores e promotor de uma economia cooperativa na busca de melhorias para o mundo dos marinhaeiros. Em 1941 fundou o movimento Economia e Humanismo, a partir do qual, em companhia de François Perroux, construiu e ilustrou a problemática e a prática da Economia Humana, preocupada, fundamentalmente, em gerar uma nova aproximação dos estudiosos sociais à realidade, abrindo-

Comblin², recém falecido, e D. Hélder Câmara³, com suas teorias da li-

se a uma visão global da dinâmica das sociedades e das culturas. Em 1953 integrou-se a Organização das Nações Unidas para estabelecer os Níveis de Desenvolvimento no Mundo. Em companhia de Josué de Castro, Diretor da FAO, trabalhou para estabelecer uma ação internacional, lutar contra as desigualdades e promover uma nova Ética do Desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

2 **José Comblin** (1923-2011): teólogo belga. Participou do primeiro grupo da Teologia da Libertação. Esteve primeiro na raiz das equipes de formação de seminaristas no campo em Pernambuco e na Paraíba (1969), do seminário rural de Talca (1978) e de outro, na Paraíba, em Serra Redonda (1981). Estas iniciativas deram origem à chamada “teologia da enxada”. Além disso, esteve na origem da criação dos Missionários do Campo (1981), das Missionárias do Meio Popular (1986), dos Missionários formados em Juazeiro da Bahia (1989), na Paraíba (1994) e em Tocantins (1997). É autor de inúmeros livros, dentre eles *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978). Confira na edição número 213 da revista IHU On-Line, intitulada *América Latina em movimento. Algumas notas*, outra entrevista com José Comblin, sob o título *As oligarquias controlam a democracia na América Latina*, disponível em <http://bit.ly/fcu115>. Também é autor dos *Cadernos Teologia Pública* número 36, sob o título *Conferencia Episcopal de Medellín: 40 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/dXPP80>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Dom Hélder Câmara** (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câmara, publicando o artigo Hélder Câmara: cartas do Concílio. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista O Concílio, Dom Helder e a Igreja no Brasil, realizada com Ernane Pinheiro, que pode ser lida em <http://migre.me/KtGO>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário Dom Hélder Câmara - o santo rebelde. O material pode ser acessado em <http://migre.me/Ktlb>. (Nota da IHU On-Line)

“As oligarquias ainda estão presentes na política, não apenas no Nordeste, mas no Brasil como um todo. No entanto, elas não conseguem mais estabelecer o seu predomínio histórico”

bertação e suas práticas libertadoras, acabaram sendo substituídos por uma velha tradição conservadora do Vaticano. A “opção pelos pobres” perdeu e a Igreja Católica caminhou para uma dimensão de reprodução do *status quo* e todo o rico legado desses padres progressistas ficou na sombra. Em Recife, onde D. Hélder deixou uma herança, seus seguidores foram todos deslocados e muitos perderam seus postos por praticarem a “opção pelos pobres”. Mas creio que tais ideias estão vivas. Uma figura como Paulo Freire⁴, ligado a estes movimen-

4 **Paulo Freire** (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). Confira a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, intitulada *Paulo Freire. Pedagogo da esperança*, disponível para download

tos, hoje tem centros de pesquisa em todo mundo que discutem sua pedagogia. Temos vivido um período longo de políticas liberais e neoliberais que pregam uma visão não apenas individualista, mas também egoísta da existência humana. Onde um filósofo como Hobbes⁵ passou a representar o modelo por excelência do “homem lobo do próprio homem”. Ora é quase impossível construir uma sociedade nestes termos, sem cooperação, sem generosidade, sem altruísmo. Os movimentos de revolta em todo o mundo têm sido uma manifestação de insatisfação de homens e mulheres “comuns” contra a opulência e prepotência dos poderosos. Penso que estamos inaugurando algo novo, ainda não acabado, um período civilizatório de questionamentos de um paradigma que tem aprofundado as desigualdades. Temos questões importantes a enfrentar, como a destruição ambiental e a pobreza em escala planetária, e precisamos de outras premissas para construir o futuro melhor. Os jovens que hoje estão sem perspectivas são os primeiros a se manifestar contra o atual estado de coisas. Na América do Sul esse processo já começou e os governos de inclusão social e de combate às desigualdades serão cada vez mais fortes, pois respondem às necessidades do momento.

em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

5 **Thomas Hobbes** (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista O conflito é o motor da vida política, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/bDUApj>. (Nota da IHU On-Line)

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Entrevista da Semana

Caso Pinheirinho: “o episódio afrontou a legislação em bloco”

O desembargador José Osório de Azevedo Júnior analisa o episódio do bairro Pinheirinho sob o viés jurídico e defende que casos como esse não podem ser cumpridos de forma direta, específica. “São ordens inexecutáveis. Elas são juridicamente impossíveis”

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

O desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e professor de Direito Civil, José Osório de Azevedo Júnior, considera que a ação que dizimou o bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos (estado de São Paulo) “foi uma ordem que não podia ser cumprida porque era inexecutável. Era uma ordem insana. E os fatos comprovaram isso”. Na entrevista que aceitou conceder por telefone para a **IHU On-Line**, ele traz dados didáticos e informativos sobre o caso à luz do Direito. Para ele, “o sistema jurídico brasileiro foi afrontado de uma maneira grosseira e em muitos pontos” no caso Pinheirinho.

Para José Osório, a aplicação do princípio da função social da propriedade ainda não foi muito bem absorvida pelo judiciário como um todo. “Nos casos mais chocantes não se pode valorizar uma propriedade, um direito meramente patrimonial, em detrimento dos valores superiores. Isso está muito claro, é só estudar mais um pouco Direito. É elementar na ciência do direito que as normas legais, as leis, não

são da mesma categoria. Essas normas legais se ajustam, se arrumam numa forma piramidal. As leis inferiores estão na base e no alto estão as leis constitucionais, as leis superiores. É evidente que no choque entre as duas, tem-se que preponderar aquelas que estão em cima. Na hora da aplicação da lei o juiz e o governador devem levar isso em conta”, defende.

Sobre o governo Dilma, José Osório considera como um grande instrumento o programa “Minha casa, Minha vida”, que merece elogio em relação à questão da posse. No entanto, ele critica o programa em relação à questão financeira.

José Osório de Azevedo Júnior é mestre em Direito Civil pela PUC-SP, onde é professor de Direito Civil desde 1973. Foi vice-presidente e presidente do 1.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, aposentando-se em fevereiro de 2002. É ex-conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, e ex-membro da sua Comissão de Ética e Disciplina. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que o senhor afirma¹ que uma decisão judicial só deve ser obrigatoriamente cumprida para os casos corriqueiros. Que casos corriqueiros seriam esses no

Brasil?

José Osório de Azevedo Jr. – São casos corriqueiros esses do dia a dia, em que um direito individual foi afrontado e a pretensão do prejudicado foi reconhecida pela justiça. Esses casos diferem dos gravíssimos, que são aqueles com enormes consequências sociais e humanas, como no Pinheirinho, cuja execução afetou a vida de mais de

cinco mil pessoas indefesas, impotentes de qualquer reação. É evidente que um caso desses não pode ter o mesmo tratamento de uma pessoa que teve um objeto furtado, que teve o terreno da sua casa invadido e que quer recuperá-lo.

IHU On-Line – Qual é a dificuldade em se fazer cumprir a justiça para esses casos mais

¹ A afirmação está no artigo “Ainda o Pinheirinho. Decisão judicial não se discute, cumpre-se?”, publicada no site do IHU em 09-02-2012, disponível em <http://bit.ly/wDl-Vi9> (Nota da IHU On-Line)

gravísimos?

José Osório de Azevedo

Jr. – Isso é simples, basta não cumprir. Esses casos não podem ser cumpridos de forma direta, específica, “limpando” o terreno. São ordens inexecutáveis. Elas são juridicamente impossíveis. Nesses casos converte normalmente em perdas e danos. O comum, no Direito, sempre que um ato se torna juridicamente impossível, é ser convertido em perdas e danos. Porque não é possível obrigar uma pessoa a fazer certos atos que ofendem a natureza humana. E não é só o particular que invade terrenos. O poder público, com frequência, também invade terrenos para construir coisas. Acha que o processo de desapropriação vai demorar muito, então constrói um pedaço da estrada ou um edifício público num imóvel particular, sem desapropriar. O que acontece? O particular pode pedir a reintegração de posse? Não pode, pois não vai destruir a estrada para pegar de volta aquele imóvel. Há mais de 60 anos que o direito brasileiro descobriu isso. Então, o governo, o poder público vai indenizar, na chamada desapropriação indireta. Não é comum reintegrações de posse não poderem ser executadas de forma direta. Nesse caso do Pinheirinho, aparece como um dos problemas mais difíceis a questão de quem vai pagar essa indenização. Por enquanto, o que nos interessa, é isto: essa decisão não pode ser cumprida de maneira específica.

IHU On-Line – Então, nesses casos, o recomendado seria uma espécie de flexibilização no cumprimento da lei?

José Osório de Azevedo

Jr. – Muito bem, é isso mesmo.

IHU On-Line – Por que o direito brasileiro não é monolítico?

José Osório de Azevedo

Jr. – Não é monolítico por dois motivos: primeiro porque o direito brasileiro não é só isso que foi exibido nesse lamentabilíssimo episódio. Já existem decisões que mostram que é inviável a recuperação física da posse da favela. E também não é

“O sistema jurídico brasileiro foi afrontado de uma maneira grosseira e em muitos pontos”

monolítico porque, como você disse muito bem, o direito é flexível, principalmente nas regras abertas, mais amplas como, por exemplo, quando se defende a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade e a boa fé. São regras amplas e nelas o processo de criação do direito, o processo legislativo, não se esgota com o ato do legislador. A criação do direito será completada no ato de aplicação do juiz. Daí a importância do judiciário e da força que o juiz tem hoje para contribuir para este sinal de criação do direito.

IHU On-Line – Então podemos dizer que no episódio do Pinheirinho não houve muita flexibilização?

José Osório de Azevedo

Jr. – Não teve nenhuma. Foi uma ordem que não podia ser cumprida porque era inexecutável. Era uma ordem insana. E os fatos comprovaram isso.

IHU On-Line – De que maneira o episódio do Pinheirinho afrontou os princípios da legislação, dos julgados e da ciência do direito?

José Osório de Azevedo

Jr. – O episódio afrontou a legislação em bloco. Não foi só um artigo aqui, outro ali. O sistema jurídico brasileiro foi afrontado de uma maneira grosseira e em muitos pontos. O primeiro deles, a Constituição Federal, a maior de todas as leis, foi afrontada. E dou outros exemplos: foi afrontado também o Código de Processo Civil, que tem um artigo que diz que os atos processuais só podem ser praticados em dias úteis.

No entanto, tudo ocorreu num domingo, às 6 horas da manhã. Esse mesmo artigo remete para a Constituição Federal, em um artigo que diz que a casa é o asilo inviolável do indivíduo e que ninguém pode entrar lá a não ser que o morador aceite ou então se está havendo uma prática de crime e, só nesses atos, é que o juiz pode autorizar a entrada na casa de moradia de uma pessoa, de uma família. Outros dispositivos da Constituição também foram violados, a começar pelo primeiro deles, que é o artigo primeiro, inciso 3, que diz que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República. E mais: a propriedade deve cumprir a sua função social. Depois, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra das pessoas (“Ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante”). Além disso, foram violadas as leis de proteção aos animais. E aqui peço licença para ler um trecho de uma reportagem publicada na Folha de S. Paulo, de 12-02-2012, intitulada “Adeus, Pinheirinho”. A matéria conta a história de uma veterinária que foi até lá com algumas companheiras e estavam horrorizadas tentando salvar centenas de gatos e cachorros famintos, abandonados, estressados. Diz a matéria: “18 dias depois daquela guerra, os gatos e cachorros estão esfomeados, assustados, desidratados, mas ainda esperam por seus donos em cima dos escombros das casas em que viviam. O grupo de voluntárias ainda andou por todo o terreno e encontrou dezenas de animais mortos. Os donos saíram ‘corridos’, muitos deixaram seus animais trancados em casa para evitar que se perdessem. Quando as retroescavadeiras entraram, derrubando tudo, três dias depois, soterraram os bichos. Um dos animais resgatados foi um cãozinho recém-nascido, localizado enquanto tentava mamar na mãe morta. Ele não resistiu”. Quer mais alguma afronta?

A aplicação do princípio da função social da propriedade ainda não foi muito bem absorvida pelo judiciário como um todo. Nos casos mais chocantes não se pode valorizar uma propriedade, um direito

meramente patrimonial, em detrimento dos valores superiores. Isso está muito claro; é só estudar mais um pouco Direito. É elementar nessa ciência que as normas legais, as leis, não são da mesma categoria. Essas normas legais se ajustam, se arrumam numa forma piramidal. As leis inferiores estão na base e no alto estão as leis constitucionais, as leis superiores. É evidente que, no choque entre as duas, precisam preponderar as que estão em cima. Na hora da aplicação da lei o juiz e o governador devem levar isso em conta.

IHU On-Line – No seu entendimento, qual foi o grande erro do Judiciário e do Executivo no caso Pinheirinho?

José Osório de Azevedo Jr. – O grande erro foi não perceber essa enorme alteração da situação de fato. Passaram-se os anos e o que era um imóvel rural passou a ser um bairro. Então, aquilo que podia ter uma motivação jurídica digna, que era a recuperação de posse imediata, deixou de ter. Tanto o tribunal como o governador não perceberam isso, ou seja, que aquela ordem, que poderia ser, em tese, digna de proteção legal naquele momento, já deixou de ser. Faltou sensibilidade para os dois chefes de poder, porque o presidente do Tribunal de São Paulo avalizou o cumprimento dessa ordem e mandou seu assessor, um juiz de direito, acompanhá-la. O governador não teve coragem suficiente para descumprir a ordem, o que ele poderia ter feito, justificando que também está submetido à Constituição.

IHU On-Line – O que o caso do Pinheirinho deixou de lição para a sociedade civil, aos estudantes de direito e profissionais da área?

José Osório de Azevedo Jr. – Ele mostra, em primeiro lugar, a insensibilidade das instituições da maior importância. O cidadão e a sociedade paulista e brasileira ficaram estarecidos com o que aconteceu lá. Então, escancarou essa fragilidade das instituições que não souberam resolver o impasse em nenhum momento: nem antes, com-

“Não é a sentença do juiz e muito menos uma declaração do registro de imóveis que vai dar a propriedade”

pliou ainda mais durante, e evidentemente que não tem arranjo para se resolver no futuro. Mostra também a necessidade de se estudar mais direito, com maior senso de realidade e de distinguir quais são os valores principais que entram em choque. O positivo foi a repercussão do caso, graças em grande parte, à imprensa, que lançou o caso ao conhecimento público.

IHU On-Line – Qual sua avaliação da política habitacional do governo Dilma?

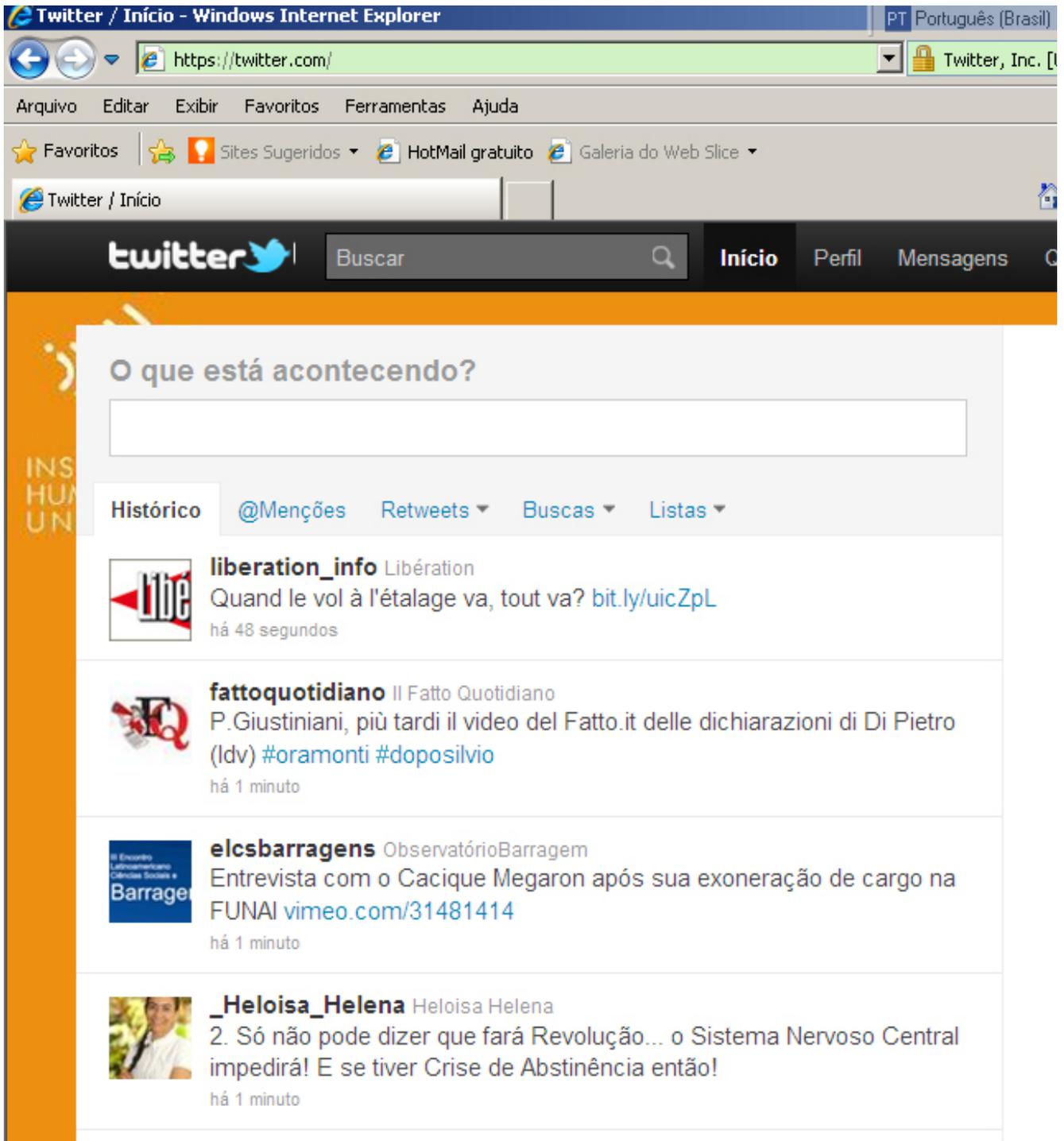
José Osório de Azevedo Jr. – Vi no jornal uma declaração da presidente da República em que ela disse que o episódio do Pinheirinho era uma barbaridade. E foi mesmo. De todos os poderes, o que se saiu menos mal, nesse caso, foi o federal. Os poderes municipal e estadual é que foram, a rigor, os causadores de tudo o que aconteceu. É claro que o normal é a expropriação da área. O ideal seria não deixar acontecer, mas sabemos que esse fenômeno não é só nosso, é mundial, principalmente nos países em desenvolvimento. Então, o governo federal não se saiu mal. Sobrou um pouco para ele, porque um caso desses atinge todo mundo. Se estivesse bem organizado, esse imóvel já estaria desapropriado. Não vejo o governo federal com uma conta direta no caso, mesmo a indireta é difícil atribuir, só uma culpa em sentido muito amplo.

Parece-me que o governo Dilma é uma sequência, nessa linha, do governo anterior. O grande instrumento foi o programa “Minha casa, Minha vida” e a atual presidente está dando sequência a isso. Esse programa tem coisas muito interessantes. E merece elogio na parte que é mais ligada à minha área de estudo, que é a posse. Dá elementos para o poder público municipal entrar no circuito e fazer o projeto de regularização fundiária, de cadastrar os possuidores, os ocupantes dessas habitações. E daí sai um cadastro, o que parece algo de enorme importância, porque o possuidor passa a ter um título administrativo, um título de posse. Com isso ele tem garantia, tem um valor econômico, se ele quiser pode até vender. Começa-se a ficar um pouco mais legalizada a situação da posse.

Entre outras coisas, houve um erro, a meu ver, da lei, que diz que, com o registro da posse no registro de imóveis e com o passar do tempo (mais de cinco anos), o possuidor adquire a propriedade. Isso é um erro, porque a propriedade no usucapião é adquirida só com o passar do tempo. Não é a sentença do juiz e muito menos uma declaração do registro de imóveis que vai dar a propriedade.

O que achei ruim no programa é que o setor financeiro conseguiu enxertar um artigo dizendo que os juros podem ser capitalizados mensalmente. Isso é terrível, é o que transforma as dívidas em uma “bola de neve” e quando vê o devedor está surpreendido porque deve muito mais do que imagina. Aqui se vê a sucção de dinheiro da classe pobre para a classe rica. Nessa parte financeira o programa merece críticas severas. Entendemos que o governo quis seduzir o setor financeiro para investir na moradia. Para a classe média que pode pagar, tudo bem. Mas na linha da camada realmente pobre, isso não tem nenhum sentido.

SIGA O IHU NO TWITTER: _IHU



Twitter / Início - Windows Internet Explorer PT Português (Brasil)

https://twitter.com/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos HotMail gratuito Galeria do Web Slice

Twitter / Início

twitter | Buscar Início Perfil Mensagens

O que está acontecendo?

Histórico @Mencões Retweets Buscas Listas

 **liberation_info** Libération
Quand le vol à l'étalage va, tout va? bit.ly/uicZpL
há 48 segundos

 **fattoquotidiano** Il Fatto Quotidiano
P.Giustiniani, più tardi il video del Fatto.it delle dichiarazioni di Di Pietro (Idv) #oramonti #doposilvio
há 1 minuto

 **elcsbarragens** ObservatórioBarragem
Entrevista com o Cacique Megaron após sua exoneração de cargo na FUNAI vimeo.com/31481414
há 1 minuto

 **_Heloisa_Helena** Heloisa Helena
2. Só não pode dizer que fará Revolução... o Sistema Nervoso Central impedirá! E se tiver Crise de Abstinência então!
há 1 minuto



Problemas e agenda da comunicação no Brasil

Por VALÉRIO CRUZ BRITTO*

O Brasil entra no segundo ano do governo Dilma Rousseff e no décimo ano do governo do PT e as dívidas na área da comunicação continuam. Havia uma expectativa entre aqueles que estudam e militam no plano midiático que, com o Partido dos Trabalhadores no governo federal, haveria uma mudança de postura no setor, atacando seus problemas históricos (envolvendo concentração, na essência, o que passa por propriedade cruzada e suas consequências, como a necessidade de controle público dos atos de midiaticização). No entanto, nada foi feito nesse sentido e o máximo que acontece são promessas vazias.

Justiça seja feita. Como este artigo pretende uma análise objetiva das demandas da sociedade quanto à comunicação, sem objetivos parti-

dários ou de defender ou atacar uma sigla ou grupamento político, deve-se reconhecer também os méritos. Assim, deve ser aplaudida a ousadia do governo Lula de ter institucionalizado num patamar mais elevado a televisão pública no país. Ainda que no cotidiano do brasileiro a TV Brasil não tenha dito a que veio, só sua existência já é um mérito, quando a agenda neoliberal global impõe justamente o desmonte da TV pública.

Convencionou-se dizer que o Brasil só começa a funcionar após o carnaval, o que não é uma verdade integral, já que milhões de trabalhadores, desde os primeiros minutos do novo ano, batalham arduamente para este país funcionar (e muitos descansarem). De toda forma, o importante é que é hora do Brasil ter coragem de enfrentar sua mídia, já

* Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, coordenador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade - Cepos (apoiado pela Ford Foundation), doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pela Faculdade de Comunicação - Facom da Universidade Federal da Bahia - UFBA, vice-presidente da Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura - ULEPICC-Federación, diretor administrativo da Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação - Confibercom e representante da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación - ALAIC no Cone Sul, entidade da qual é também coordenador da rede de pós-graduação. E-mail: <val.bri@terra.com.br>.

que ninguém pode se iludir que um problema dessa magnitude será resolvido sem enfrentamentos. É aqui que reside o problema: se há uma enorme resistência, um governo refém das denúncias da mídia e um Congresso composto de radiodifusores e fisiologistas não vão entrar nessa briga.

Então, o que fazer, se esse macroambiente não deve se alterar no curto prazo? Mais ainda, se as be-nesses do poder seduzem a tantos que no passado já tiveram outro discurso? Lembra-se que as possibilidades de avanço, na primeira década deste século, poderiam materialmente ter ocorrido via legislações que pretendiam criar a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual – Ancine, o Código Nacional dos Jornalistas e a definição do padrão brasileiro de televisão digital. Isso sem falar na própria TV Brasil, que, se tem o mérito de ter sido criada, falta muito para avançar, inclusive em termos democráticos.

A saída, portanto, passa pela pressão popular em torno das demandas da sociedade, independentemente da representação congressional e de quem ocupa o Executivo. É claro que, na democracia representativa, cedo ou tarde tais instâncias são necessárias e mesmo indispensáveis para se promover alguma mudança legislativa. Não obstante, ficar esperando uma iniciativa parlamentar ou do Executivo, no quadro atual, de dependência dos poderes constituídos à mídia, beira a ingenui-

“Um governo refém das denúncias da mídia e um Congresso composto de radiodifusores e fisiologistas não vão entrar nessa briga”

dade. É hora da própria sociedade constituir uma agenda mínima e lutar por ela, pressionando fortemente por sua implementação.

Pode-se argumentar quanto à existência de avanços pontuais, quanto ao fato do modelo de televisão digital incorporar inovações nacionais. Mas, em termos do chamado direito à comunicação, que é a prerrogativa da sociedade de receber todas as perspectivas de informação, em suas múltiplas nuances, assim como participar da arena midiática, levando suas próprias demandas, identidades e posicionamentos sobre o mundo em que está inserida, pouco ou nada mudou. O máximo que se tem de acesso pú-

blico à TV nada tem de público, pois serve aos partidos para fazerem proselitismo, minados que estão de interesses privados.

Outro avanço pontual é a lei n. 12.485, de 12 de setembro de 2011, que acaba com a assimetria regulatória na televisão paga (entre cabo, satélite e micro-ondas) e representará vantagens para o consumidor, que ganha mais opção e preço menor. Com isso o Brasil entra no sistema global de comunicação, posição para a qual já vinha caminhando desde a última década do século XX, mas com uma série de limites legais. A convergência entre produção, distribuição e consumo fica liberada, com a permissão das operadoras de telecomunicações entrarem no mercado audiovisual e a derrubada de limites para o capital estrangeiro.

No entanto, uma nova legislação para a TV paga em nada altera as questões estruturais do país na área. Como um dos setores mais oligopolizados, as comunicações conformam uma das áreas que mais deveria requerer atenção por parte de legisladores, governantes, sociedade civil e mercado. Assim, para não dizerem que a Academia não é propositiva, propõe-se aqui uma medida (inicial) da maior importância. É a criação de uma Agência Nacional de Comunicações – Anacom, que regule e fiscalize a mídia, como todas as áreas, atenuando as distorções do mercado, conforme as boas regras do sistema capitalista.

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 12-03-2012 a 16-03-2012

Fukushima: um alerta ignorado pelo Brasil

Entrevista especial com Heitor Scalabrini Costa
Confira nas Notícias do Dia de 12-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/yAjDZE>

“A cada acidente há uma revisão das normas e padrões de segurança para as usinas nucleares, o que acaba acarretando indubitavelmente mais custos, que refletem no preço final da energia para o consumidor, tornando assim, do ponto de vista econômico, a eletricidade nuclear inviável comparada com outras tecnologias”, constata professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

“Precisamos de energia, mas a forma de implementação destes projetos deve ser alterada”

Entrevista especial com Augusto Santiago e Carolina Bellinger
Confira nas Notícias do Dia de 13-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/FOdaG4>

“O Plano Setorial para Agricultura, componente da Política Nacional de Mudanças Climáticas, destina milhões para o agronegócio e poucos recursos para iniciativas realmente sustentáveis como a agroecologia”, assinala o agrônomo.

“O consumidor deve aprender a avaliar quando há ou não necessidade de usar sacola plástica”

Entrevista especial com Ludmila Frateschi
Confira nas Notícias do Dia de 14-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/znECXP>

“Considero um avanço o fato de que a maioria dos brasileiros seja a favor de utilizar as sacolas reutilizáveis. O próximo passo é fazer com que isso se torne um hábito”, avalia a gerente de comunicação do Instituto Akatu..

Barragens: um dilema social

Entrevista especial com Judite da Rocha
Confira nas Notícias do Dia de 15-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/z6RhEw>

“Considerando esse modelo de desenvolvimento, que não leva em conta as populações atingidas e o meio ambiente, questionamos o discurso do governo de combater a pobreza. Percebemos que nas regiões onde são construídas as barragens aumenta o número de pessoas vivendo em condições precárias”, assinala a integrante da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Lei Geral da Copa: um equívoco político e jurídico

Entrevista especial com Guilherme Varella e Thiago Hoshino
Confira nas Notícias do Dia de 16-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/yxgjvZ>

“A Lei Geral da Copa, ao constituir, entre outras coisas, direitos de patente e de exclusividade comercial à Fifa, viabiliza a reserva, o monopólio de mercados que, juntos, representam parte significativa de seus lucros”, constatam os entrevistados...

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda da Semana

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU programados para a semana de 19-03-2012 a 26-03-2012. A programação completa dos eventos pode ser conferida no site do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 19/03/2012

Exibição do filme: A última tentação de Cristo (Martin Scorsese, EUA, 1988, Drama, 163 min)

Horário: 12h30min às 14h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 19/03/2012

Palestrante: Joe Marçal Santos – PUCRS

Exibição do filme: Cinzas do paraíso (Terrence Malick, EUA, 1978, Drama, 95 min)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 21/03/2012

Exibição do filme: Jesus de Montreal (Denys Arcand, Canadá, 1989, Drama, 118 min)

Horário: 12h30min às 14h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 21/03/2012

Palestrante: Alfredo Jerusalinsky - Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA

Exibição do filme: Melancolia (Lars von Trier, Dinamarca, 2011, Drama, 136 min)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 22/03/2012

“Questões e problemas sobre Educação a Distância (EAD) nos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica”

Palestrante: Bruno Pucci – Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z9ox9o>

Dia 22/03/2012

Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais

Palestrante: Bruno Pucci – Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/zvdgWu>

Dia 24/03/2012

Exibição do filme: Além da Linha Vermelha
Palestrante: Profa. Dra. Christa Berger – PPG em Comunicação da Unisinos
Horário: 8h30min às 12h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 25/03/2012

Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável – módulo I
Tema: O estado atual da crise civilizacional: onde estamos?
Local: EAD – Plataforma Moodle
Maiores informações: <http://bit.ly/x15DXC>

Dia 26/03/2012

Exibição do filme: Jesus Cristo “superstar” (Norman Jewison, EUA, 1973, Drama, 107min)
Horário: 12h30min às 14h30min
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 26/03/2012

Espiritualidade e experiência mística
Palestrante: MS José Maria Fernandes – diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – PUC-Rio
Horário: 14h às 17h
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 26/03/2012

Arte, portal da transcendência
Palestrante: MS José Maria Fernandes – diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – PUC-Rio
Horário: 19h30min às 21h30min
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dias 26/03/2012 a 12/04/2012

Exposição de arte sacra (ícones e xilogravura)
Palestrante: Clarice Jaeger (Porto Alegre)
Horário: 19h30min às 22h30min
Local: Sede da Adunisinos – 1G 124
Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A **C**ampanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de **reduzir** em 10% o **C**onsumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto **10:10 Unisinos**, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de **carbono** na universidade.

A **Agência Experimental de Comunicação** da Unisinos colaborou com essa campanha através da criação do logotipo.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br; a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.

 **agexcom**
UNISINOS

Exibição de Filme

21 de março

Filme: **Melancholia**

(Lars von Trier, Dinamarca, 2011, Drama, 136 min)

Palestrante: Prof. Dr. Alfredo Jerusalinsky – Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA

28 de março

Filme: **Homens e Deuses**

(Xavier Beauvois, França, 2010, Drama, 122 min)

Palestrante: Abade Dom Bernardo Bonowitz, OCSO – Mosteiro Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente – PR

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Horário: 19h30min às 22h

Evento gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br

Ciclo de Filmes Jesus no Cinema

Participe desta reflexão que está inserida na programação de Páscoa do IHU em 2012

12 de março - Filme: O evangelho segundo São Mateus
(Pier Paolo Pasolini, Itália, 1964, Drama, 133 min)

14 de março - Filme: Jesus de Nazaré (Franco Zeffirelli,
Itália / Inglaterra, 1977, Drama, 180 min)

19 de março - Filme: A última tentação de Cristo (Martin
Scorsese, EUA, 1988, Drama, 163 min)

21 de março - Exibição de Filme: Jesus de Montreal
(Denys Arcand, Canadá, 1989, Drama, 118 min)

26 de março - Filme: Jesus Cristo "Super Star" (Norman
Jewison, EUA, 1973, Drama, 107min)

29 de março - Filme: A paixão de Cristo (Mel Gibson, EUA,
2004, Drama, 126 min)

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Horário: 12h30min às 14h30

Evento será gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



Série de filmes do cineasta americano Terrence Malick

Participe deste momento de cinema e debate que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

13 de março - Filme: Terra de Ninguém (Terrence Malick, EUA, 1973, Drama, 93 min)

Debatedor: MS Marcus Mello – Usina do Gasômetro/Porto Alegre

Horário: 19h30min às 22h

19 de março - Filme: Cinzas do Paraíso (Terrence Malick, EUA, 1978, Drama, 95 min)

Debatedor: Prof. Dr. Joe Marçal Santos – PUCRS

Horário: 19h30min às 22h

24 de março - Filme: Além da Linha Vermelha (Terrence Malick, 1998, Drama, 170 min)

Debatedor: Profa. Dra Christa Berger – Unisinos

Horário: 8h30min às 12h

02 de abril - Filme: O Novo Mundo (Terrence Malick, EUA, 2005, Aventura, 135 min)

Debatedor: MS Sonia Montañó – Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

10 de abril - Filme: A árvore da Vida (Terrence Malick, EUA, 2011, Drama, 139min)

Palestrante: Prof. Dr. José Roque Junges – Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Local das exhibições: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento será gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



Espiritualidade, arte e cultura

Participe deste momento cultural que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

26 de março

Espiritualidade e Experiência Estética

Horário: 14h às 17h

Arte, Portal da Transcendência

Horário: 19h30min às 21h30min

Palestras com MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

27 de março

Arte Sacra – Os Ícones

Palestrantes: MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio, e artista plástica Clarice Jaeger

Horário: 9h às 11h30min

Manifestações do Sagrado na Arte

Palestrante: MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

Horário: 14h às 17h

Local das atividades: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

26 de março a 12 de abril

Exposição de arte sacra (ícones e xilogravuras)

Artista: Clarice Jaeger – Porto Alegre

Local: Sede da Adunisinos – 1G 124, na Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br

Audições comentadas de música clássica e brasileira

Participe deste encontro com a música que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

29 de março

IHU ideias: Audição comentada da Cantata Was Gott tut, das ist wohlgetan, BWV 98 e 99, de Johann Sebastian Bach

Horário: 17h30min às 19h

Palestra: Experiência estética e espiritualidade na música brasileira

Horário: 19h30min às 22h

30 de março

IHU ideias: Audição comentada da Via Crucis, S.53, de Franz Liszt

Horário: 9h às 11h30min

Profa. Dra. Yara Caznok – UNESP/SP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Evento gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br

Entrevistas de Eventos

Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica

Termo criado pelo pensador sueco Rudolph Kjellen, a biopolítica desembocou na tanatopolítica. Foucault resgata o conceito e, através dele, realiza uma “arqueologia dos saberes e práticas modernos que fizeram da vida humana um objeto útil de governo”

POR CASTOR BARTOLOMÉ RUIZ

Longe de ser uma categoria com um sentido preciso, a biopolítica “abre-se a múltiplas significações possíveis”, explica o filósofo Castor Bartolomé Ruiz, em artigo escrito especialmente à **IHU On-Line**. “O conceito de biopolítica coloca em jogo a estratégia utilitarista que faz da vida humana um recurso objetivável para fins outros. A biopolítica é uma prática moderna que inverte a lógica de fins e meios, fazendo da vida humana um meio e da eficiência, um fim”, adverte. Castor analisa o paradoxo da biopolítica, que enuncia o cuidado da vida humana como princípio formal da política moderna, “porém cuida-se da vida quando é útil e abandona-se quando resulta inútil”. Ele esclarece que a origem do termo é bastante anterior a Michel Foucault, tendo sido cunhado pelo pensador sueco Rudolph Kjellen. “Para Kjellen, o Estado é semelhante a um organismo vivo que necessita crescer para existir”. Assim, frisa Castor, “já na sua origem, a biopolítica mostrou que seu lado mais obscuro desemboca inevitavelmente numa tanatopolítica”. Jacob von Uexküll é o responsável por incorporar na biopolítica a lógica patológica. Já as pesquisas de Foucault “ressaltam a funcionalidade utilitarista que alimenta a lógica biopolítica das instituições modernas, em especial o Estado e o mercado”.

Castor Bartolomé Ruiz é o coordena-

dor e conferencista do curso Filosofia e Sociedade: A biopolítica, a testemunha e a linguagem. (Des)encontros filosóficos: M. Foucault, H. Arendt, E. Levinas, G. Agamben, que iniciou segunda-feira, 12-03-2012 com o tema Genealogia do conceito biopolítica. Emmanuel Levinas, A filosofia do hitlerismo. Para conferir a programação completa do evento, acesse <http://bit.ly/AqEfw>. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em filosofia da Unisinos, é graduado em curso de Filosofia, pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e doutor em Filosofia, pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: Os paradoxos do imaginário (São Leopoldo: Unisinos, 2003); Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação (Porto Alegre: Escritos, 2004) e As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo A exceção jurídica na biopolítica moderna, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>. Confira o artigo.

O conceito biopolítica, a despeito das múltiplas significações que ele vem adquirindo, tem obtido nos últimos tempos uma relevância cada vez maior nas diversas áreas de conhecimento. Tal valoração deriva das implicações éticas e políticas que o conceito traz consigo. A biopolítica, longe de ser uma categoria que denota um sentido preciso, abre-se a múltiplas significações possíveis. Não há uma única compreensão do que seja a biopolítica. Porém, não é a polissemia do termo que lhe confere validade ou invalidade, mas a demarcação crítica que o conceito faz das práticas discursivas e dos dispositivos de poder que fizeram da objetivação da vida humana o recurso mais eficiente e lucrativo das sociedades modernas. A biopolítica demarca e conjuga o papel que a vida humana vem adquirindo como “recurso” útil na lógica do governo instrumental das populações.

O conceito de biopolítica coloca em jogo a estratégia utilitarista que faz da vida humana um recurso objetivável para fins outros. A biopolítica é uma prática moderna que inverte a lógica de fins e meios, fazendo da vida humana um meio, e da eficiência, um fim. Na biopolítica encontra espaço fecundo a lógica instrumental da técnica moderna que transforma os meios – a eficiência e a lucratividade – em fins, reduzindo o fim, nesse caso a vida humana, a mero meio.

A biopolítica traz à tona o paradoxo moderno por excelência que fez do cuidado da vida humana sua categoria ético-política central. As instituições modernas cuidam da vida humana porque se tornou um recurso útil para a realização de seus fins. O paradoxo da biopolítica enuncia o cuidado da vida humana como princípio formal da política moderna, porém cuida-se da vida quando é útil e abandona-se quando resulta inútil.

O segundo paradoxo da biopolítica decorre do desdobramento não previsto da objetivação da vida humana pelos dispositivos de poder. A objetivação biopolítica da vida humana conferiu-lhe uma potência política que nunca teve nas

sociedades pré-modernas. A vida humana foi investida, de forma impreviável, de uma potência política antes desconhecida. No marco da biopolítica moderna, a vida humana adquiriu a potência de insurgir-se contra os próprios dispositivos que tendem a controlá-la. As novas lutas políticas cada vez são mais biopolíticas, assim como os novos dispositivos de governo tendem a se confundir com técnicas de administração de recursos humanos.

Os direitos humanos sintetizam o contradiscurso moderno que investiu a vida humana de uma potência política insurgente. A despeito das utilizações ideológicas a que está exposto todo discurso, os direitos humanos emergem na modernidade como discurso da vida humana contra os dispositivos de controle. Os debates dos grandes projetos políticos dos séculos passados cada vez mais cedem espaço para uma política sobre a vida, para a vida ou pela vida. O debate sobre a vida humana vai ocupando os espaços vazios das utopias políticas passadas. Por isso a política se torna cada vez mais uma biopolítica, nos dois sentidos do termo: política da vida, política para a vida.

Política da vida, política que objetiva e administra a vida humana como recurso funcional para a eficiência institucional, tornando a vida um meio e a política, entendida com gestão, um fim.

Política para a vida, que faz da vida humana uma alteridade irreduzível em cada sujeito e um critério ético da política. Nessa perspectiva a vida se transforma numa bandeira reivindicativa por excelência, tornando-a um fim em si mesmo, e a política, o meio para conseguir seu pleno desenvolvimento.

Genealogia da biopolítica

É comumente conhecido que a atualidade do conceito biopolítico decorre dos estudos de Michel Foucault. Contudo, a origem do termo biopolítica é anterior a Foucault. Até onde temos conhecimento, foi o pensador sueco Rudolph Kjellen que cunhou o conceito de biopolítica, assim como o conceito de geopolítica, em 1916, na sua obra *Sta-*

ten som livsform. É sintomático que este segundo conceito, geopolítica, tenha se divulgado plenamente nos discursos sociais, enquanto o conceito biopolítica ainda permanece restrito aos debates acadêmicos.

Kjellen dá um sentido muito peculiar ao conceito biopolítica relacionando-o diretamente com o Estado e o modo de governar os indivíduos. Para Kjellen, o Estado é semelhante a um organismo vivo que necessita crescer para existir. Contrapondo-se às teorias jurídicas liberais, Kjellen não pensa o Estado com um produto artificial, fruto do contrato e das vontades livres dos sujeitos. Para ele, o Estado é uma “forma vivente” que tem pulsões e instintos naturais próprios que não podem reprimir-se sem negar a natureza do Estado. A geopolítica e a biopolítica propostas por Kjellen tem uma matriz naturalista e organicista que pensa a lógica do território como um organismo vivo que tem direito natural ao crescimento e expansão. Ou seja, na visão biopolítica de Kjellen haveria um direito natural, inerente à natureza do Estado, à expansão e conquista dos Estados mais fortes sobre os mais débeis.

A geopolítica e a biopolítica de Kjellen foram desenvolvidas numa leitura claramente racista, entre outros, por teóricos como Friedrich Ratzel e Karl Haushofer. Os estudos geopolíticos e biopolíticos desses autores desembocaram diretamente no conceito nazista de espaço vital (*lebensraum*).

A genealogia do conceito biopolítica nos remete diretamente a uma de suas consequências mais perversas: a destruição das vidas inúteis em nome do crescimento das vidas melhores. A biopolítica de Kjellen deriva imediatamente numa tanatopolítica. Essa, por sua vez, se justifica como uma política de mortes seletivas com objetivo de “cuidar” a vida dos cidadãos melhores ou mais importantes. Já na sua origem, a biopolítica mostrou que seu lado mais obscuro desemboca inevitavelmente numa tanatopolítica. Ela não se legitima como um poder despótico arbitrário, mas como uma política eugenista para o bem da maioria dos cidadãos. O objetivo

biopolítico da tanatopolítica é defender a sociedade de “vidas indignas de ser vividas” (termo utilizado nas obras da época) e de “vidas perigosas”.

Tanatopolítica e patologia social

A genealogia da biopolítica nos conduz à tanatopolítica, que teve um impulso significativo nos estudos do eminente biólogo, Jacob von Uexküll, em sua obra, entre outras, *Staatsbiologie. Anatomie, Physiologie, Pathologie des Staates* (Berlim, 1920). Uexküll faz referência direta ao Estado alemão e compara os problemas do Estado com as patologias do corpo. Uexküll incorpora na biopolítica a lógica patológica. A perspectiva biopolítica da patologia possibilitou a Uexküll identificar no Estado agentes patológicos que ameaçam o conjunto do corpo social, de igual forma que ameaçam o corpo dos indivíduos. Uexküll traça um paralelo biopolítico entre corpo biológico e sociedade. Assim como o corpo para sobreviver tem que eliminar os agentes patológicos que ameaçam sua existência, o Estado deve extirpar as ameaças internas que desafiam seu crescimento ou até sua existência. Uexküll ainda especifica que patologias como a greve ou a democracia são formações cancerosas que têm que se extirpar junto daqueles que as promovem. Para Uexküll, o Estado é um ente orgânico que se organiza hierarquicamente, e não democraticamente. Não são os tecidos que decidem o que se deve fazer, mas é o cérebro que tem o privilégio exclusivo de comandar o corpo. No corpo não há democracia, mas hierarquia funcional. Algo que o Estado deveria imitar para ser fiel à sua natureza orgânica.

Além disso, Uexküll desenvolve biopoliticamente o conceito de parasita. Os parasitas vivem no corpo sugando sua energia e debilitando-o. O Estado é um corpo social que deve identificar suas parasitas e, como faz qualquer médico para defender o corpo, extirpá-los mediante a eliminação física.

Ainda no rasto genealógico do conceito biopolítica, encontramos a

obra do inglês Morley Roberts, *Biopolitics. An essay in the physiology, pathology and politics of social and somatic organism*, 1938. Escrita um ano antes do começo da guerra contra o nazismo e fascismo na Europa, regimes de governo que levariam a suas últimas consequências as teses biopolíticas e as práticas tanatopolíticas anteriormente descritas. Nessa obra o autor dá sequência à lógica biopolítica dos anteriores estudos afirmando a identificação, no Estado, de uma dimensão biológica proveniente do seu caráter naturalista.

Para Morley Roberts, a biologia permeia todas as categorias sociais e se constitui na raiz explicativa do comportamento humano e do funcionamento das sociedades. Esse autor acentua a relação entre política e medicina. Por isso, para ele os problemas sociais têm que ser tratados como enfermidades de um corpo. Morley Roberts ainda contribui para a legitimação da tanatopolítica quando compara o aparato defensivo do Estado com o sistema imunológico de um organismo. O organismo não só elimina seus parasitas e agentes patológicos, mas também deve criar mecanismos de prevenção de futuros ataques desenvolvendo formas imunológicas. Morley Roberts chega a afirmar que “o estudante de biologia política deveria estudar os comportamentos nacionais das massas e seus resultados como se fosse secreções e excrescências em desenvolvimento”.

Filosofia crítica e biopolítica

Vários pensadores contemporâneos ao desenvolvimento conceitual da biopolítica como tanatopolítica foram conscientes da perversão filosófica e a barbárie política que estava a caminho. Um dos textos, embora não muito conhecido, que denunciava a filosofia biopolítica inerente ao nazismo foi o artigo que Emmanuel Lévinas publicou, em 1934, na revista *Sprit*, n. 26, intitulado *Algumas reflexões sobre a filosofia do hitlerismo*. Nesse texto, Lévinas não utiliza o conceito de biopolítica para fazer a sua crítica, porém centra sua análise do nazismo em algo mais que uma mera ideológica política de moda. O

potencial perigo do nazismo está no marco filosófico que exalta o corpo, o sangue, a raça como componentes (biopolíticos) do ser. Lévinas afirma: “o biológico, com toda a fatalidade que leva consigo, converte-se em algo a mais que num mero objeto espiritual, converte-se em seu coração. As misteriosas vozes do sangue, as misteriosas chamadas da herança e do passado a que o corpo serve de veículo enigmático perdem sua natureza de problemas submetidos à solução de um Eu soberanamente livre”.

Walter Benjamin, que também não utiliza o conceito de biopolítica, confronta em muitos de seus escritos a nova prática discursiva emergente. Em seu ensaio, de 1922, *Por uma crítica da violência*, desenvolve a categoria de vida nua para designar a vida humana que, suspensa dos direitos e submetida ao estado de exceção, sobrevive como pura vida biológica. Esse ensaio e a categoria de vida nua pretendem mostrar o paradoxo da relação do direito com a vida humana. Ela encontra-se refém do direito que a normatiza dentro da ordem, ordenando-a para preservar a ordem. Quando por algum motivo a vida humana for uma ameaça para a ordem, o direito se tornará para ela violência. O direito, entendido por Benjamin como força que preserva a ordem, ameaça a vida que não se submete. Para Benjamin, o direito está prescrito para preservar a ordem, e não a vida, utilizando a vida como meio para garantir a ordem. Nessa perspectiva, por trás do direito surge a ameaça da violência. Contudo, Benjamin mostra que na exceção jurídica a suspensão do direito reduz a vida humana à mera vida natural, a vida nua.

Em Benjamin, embora não utilize a categoria, a biopolítica opera através do dispositivo do direito como forma de capturar a vida para ordená-la, ou a ameaça pela suspensão da exceção. As questões biopolíticas sinalizadas por Benjamin foram amplamente desenvolvidas por Giorgio Agamben em diversas obras.

Outros autores como T. Adorno e H. Marcuse, embora não utilizas-

sem o conceito de biopolítica, perceberam as implicações biopolíticas do capitalismo. Adorno desenvolveu o conceito de sociedade administrada para mostrar que, na lógica do capitalismo, tudo se reduz a uma administração eficiente e lucrativa, incluída a vida humana. As decisões dos sujeitos, as deliberações aparentemente livres, estão perpassadas por mediações objetivantes que conseguem induzir e administrar a vida dos sujeitos. Marcuse desenvolveu o conceito de homem unidimensional mostrando também que a lógica do capitalismo não é permitir o crescimento de subjetividades livres, mas a padronização unidimensional dos desejos, gostos e condutas. A sociedade administrada, de Adorno, e o homem unidimensional, de Marcuse, são categorias críticas do que Foucault denominará com toda a precisão de governamentalidade biopolítica das populações.

A biopolítica produtiva da vida humana

Outros estudos posteriores mostraram que a versatilidade da biopolítica não se esgota na tanatopolítica. Entre eles se destacam os de Hannah Arendt e Michel Foucault. Esses autores desenvolvem pesquisas mostrando que a biopolítica não se preocupa tanto em destruir a vida inútil, mas em tornar produtiva a vida útil. A biopolítica tem um lado produtivo.

Uma derivação crítica da biopolítica foi desenvolvida por Hannah Arendt em várias obras. Embora essa autora também não utilizasse o conceito de biopolítica, sua pesquisa sobre o conceito moderno de sociedade costurou uma linha de conexão com o governo biopolítico da vida humana. Arendt correlaciona o conceito moderno de sociedade com o conceito antigo de oikos. Ambos os conceitos estão vinculados entre si pela prática biopolítica que reduz a política à administração ou governo da vida humana. A ágora é o espaço da deliberação livre, política dos sujeitos. A oikos, grega, ou no lar, romano, são espaços da administração e governo da vida humana como vida natural (zoe). Na oikos e no lar as pessoas são obje-

tivadas sob a função que desempenham. Elas obedecem ao comando do chefe da casa, pater familias, com objetivo de garantir o bom funcionamento coletivo desse grupo. Na oikos e no lar não há deliberação dos sujeitos, senão administração de suas condutas.

Segundo Arendt, na sua obra *A condição humana*, a oikos e o lar são espaços que cuidam dos sujeitos como vida natural (zoe). Eles são cuidados e governados como seres vivos, mas não deliberam como sujeitos cidadãos. O espaço da vida cidadã (bios) é a pólis, o lugar da deliberação e autonomia é ágora. Na oikos grega e no lar romano prevalece o cuidado e governo da vida humana como vida natural (zoe), e não como vida cidadã (bios). Arendt mostra que a capacidade de deliberação política dos sujeitos está ausente da oikos e do lar; seu lugar é ocupado por uma lógica administrativa, a do pater famílias, que cuida e governa a vontade dos indivíduos. Na oikos o cuidado da vida natural exclui o exercício da autonomia dos sujeitos.

Arendt traça um paralelo entre a oikos, o lar e o conceito moderno de sociedade. A sociedade é um conceito e um espaço não conhecido na Antiguidade. A sociedade existe como espaço subtraído da deliberação política. A política, na Modernidade, ficou confinada no Estado. A sociedade foi constituída como espaço da administração privada e corporativa dos negócios, e não como espaço deliberativo da democracia. Na sociedade, como na oikos, não se delibera politicamente, mas se gerencia funcionalmente. Em ambos os espaços a autonomia dos sujeitos está subsumida no desenvolvimento de habilidades funcionais administradas por gerentes competentes. Sociedade e oikos não promovem a autonomia dos sujeitos, mas o governo de suas potencialidades. Ambos são espaços subtraídos à democracia. A deliberação democrática, própria da pólis, é substituída pela adaptação funcional eficiente à gestão competente das habilidades individuais. Na sociedade e na oikos, confirma Arendt, se administra a vida humana como

vida natural (zoe). Em palavras de Arendt: “essa funcionalização torna impossível perceber qualquer abismo relevante entre as duas esferas [...] No mundo moderno, os dois domínios se recobrem constantemente um ao outro, como ondas num pere-ne fluir do processo da vida”.

Foi Michel Foucault quem, no marco desses estudos críticos, percebeu a importância da categoria biopolítica como registro conceitual que denota com maior precisão a inserção estratégica da vida humana nos dispositivos de poder modernos. É de estranhar que em momento algum Foucault tenha feito menção à genealogia do conceito biopolítica utilizado por outros autores, assim como não tenha se reportado a um diálogo crítico com as pesquisas anteriormente descritas. Especificamente, coincidimos com a observação de Giorgio Agamben a respeito da dupla estranheza que supõe, de um lado, que as teses biopolíticas de Hannah Arendt expostas na sua obra *The human condition*, escrita 20 anos antes da obra de Foucault, *La volonté de savoir*, não tenham sido aprofundadas nem dado continuidade pela própria autora em obras posteriores, em especial *The origins of totalitarianism*. Por outro lado, é de estranhar que Michel Foucault tenha conseguido fazer suas pesquisas sem sequer mencionar os trabalhos da autora.

Foucault utilizou pela primeira vez o conceito de biopolítica numa conferência ministrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1974, *O nascimento da medicina social*. Posteriormente ampliou suas pesquisas sobre biopolítica no último capítulo da obra *História da sexualidade I. A vontade de saber*, de 1976, intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”. Ainda desenvolveu mais sistematicamente sua perspectiva da biopolítica nos três cursos que ministrou no *College de France*, entre os anos 1975-1979: *Em defesa de sociedade* (1975-1976); *Segurança, território e população* (1976-1977); *Nascimento da biopolítica* (1977-1978).

Foucault teve o mérito de haver resgatado o conceito biopolítica para, através dele, fazer uma arque-

ologia das práticas e dos saberes modernos que fizeram da vida humana um objeto útil de governo. As pesquisas de Foucault ressaltam a funcionalidade utilitarista que alimenta a lógica biopolítica das instituições modernas, em especial o Estado e o mercado.

Para Foucault, a política moderna teve como foco um progressivo descobrimento da importância da vida humana como recurso natural que potencia as instituições, Estado e mercado. Saberes modernos como a estatística, a demografia, a medicina social, etc., mostraram para o Estado e para o mercado que a vida humana natural dos indivíduos afeta a potência de seus resultados e a eficiência de seus processos. Alimentada por essa lógica, a política tem se voltado cada vez mais para o “cuidado” da vida humana como recurso natural (zoe), visando torná-la uma vida produtiva ao extremo. Daí que a política moderna cada vez mais vai se tornando uma biopolítica. Áreas como a segurança, a medicina e em especial a economia política continuam a se desenvolver como saberes biopolíticos cujo objeto principal é tornar a vida humana produtiva ao máximo. O paradoxo incutido nesse “cuidado” pela vida humana natural revela as contradições da biopolítica moderna. Cuida-se da vida enquanto é útil, e abandona-se a vida quando se torna inútil. O conceito de utilidade, na lógica moderna, está associado à produtividade e eficiência.

Ecoss críticos da biopolítica na contemporaneidade

Na atualidade os debates sobre a biopolítica estão abertos e têm sido desenvolvidas pesquisas em diversas áreas. Um grande leque de autores e trabalhos se destacam a respeito dos desdobramentos contemporâneos da biopolítica. Entre eles podemos mencionar a obra de Giorgio Agamben. Esse autor desenvolveu a tese de que a biopolítica é originária da política porque, desde suas origens, a política se preocupou em capturar a vida humana para governá-la sob a figura jurídico-política da exceção.

Agamben defende que a antiga

categoria jurídico-política do homo sacer é um indício de como, desde seus primórdios, a política e o direito tiveram como objeto a captura da vida humana para um governo submetido à ordem. Agamben promoveu um diálogo entre as teses de Benjamin, Arendt e Foucault. A conjugação dessas perspectivas abre novos campos epistemológicos para pensar a lógica biopolítica da exceção jurídica.

Agamben desenvolve pesquisas biopolíticas num campo pouco explorado anteriormente: a relação entre economia e teologia. Saberes aparentemente díspares são conectados pelas pesquisas genealógicas de Agamben. Ele mostra como o conceito de economia, antes que se denote o sentido moderno de governo das riquezas, teve um significado teológico. O termo economia origina-se do governo da oikos grega, porém ele adquiriu uma especial importância nos debates teológicos cristãos dos séculos II e III d.C. Economia era o termo utilizado pela teologia para designar o governo de Deus sobre o mundo e o tipo de relações internas das três pessoas da Trindade. Agamben mostra que a biopolítica, inerente à economia política moderna, deriva muito diretamente dos tratados teológicos sobre o governo econômico de Deus sobre o mundo. A questão de como Deus pode governar o mundo respeitando sua natureza e a pergunta da teológica como a economia divina governa a natureza respeitando a sua autonomia constitui a questão que os economistas modernos se fizeram ao formular os primeiros tratados da economia política. Coincidentemente, Adam Smith tinha formação teológica e era professor de filosofia moral.

Roberto Esposito e a imunização biopolítica

Roberto Esposito é outro pensador que tem desenvolvido e continua a publicar importantes estudos sobre biopolítica. Esse autor defende a tese de que a biopolítica moderna se articulou em torno da categoria da imunidade. A imunização é um processo biológico que defende o corpo inoculando em doses apro-

piadas o mesmo veneno do qual pretende defender-se. A imunização defende o organismo introduzindo nele como antídoto aquilo contra o que se defende. Esposito mostra, entre outros aspectos, que as sociedades modernas são sociedades imunitárias porque inocularam nas relações sociais o princípio próprio, a propriedade e o direito de apropriação como defesa contra o outro. A apropriação e o próprio funcionam nas sociedades modernas como antídoto biopolítico contra o perigo do outro. Esse é visto pelo liberalismo, desde suas origens, como um perigo potencial do meu. A questão que o liberalismo se colocou desde seus primórdios é: como defender os direitos do eu frente aos interesses do outro?

Um ponto crítico, segundo Esposito, em que se manifesta a biopolítica imunitária é o esvaziamento da dimensão comunitária nas sociedades modernas. A *communitas* se constitui por aquilo que há de comum entre os sujeitos. O comum da *communitas*, segundo Esposito, não está na propriedade comum, mas no *múnus*, entendido como dever para com o outro. O *múnus* é um dever que me vincula ao outro de forma imediata e estabelece um hiato comum pela relação de reconhecimento devido ao outro. A prática do *múnus* produz a relação comunitária. A *communitas* não deriva da deliberação racional dos sujeitos, como preconiza o contratualismo liberal a respeito da sociedade, mas se constitui pela prática consolidada do *múnus* como exercício de reconhecimento de meu dever para com o outro. Sem *múnus* não existe *communitas*; até pode até existir sociedade mas não com-unicidade.

As sociedades modernas substituíram o *múnus* que me obriga ao respeito e dever para com o outro, pelo *bônus* que estimula a procura do benefício próprio. Sociedades esvaziadas de *múnus* conduzem inexoravelmente a uma dinâmica autodestrutiva provocada pela procura generalizada do benefício próprio, *bônus*. Para evitar sua autodestruição, as sociedades modernas imunizaram os indivíduos uns contra os outros através do direito.

O direito é um dispositivo imunitário inoculado na sociedade como antídoto que combate com aquilo que ameaça. Cada indivíduo defende seus direitos contra os direitos do outro e o direito se comporta como dispositivo imunitário. A consequência inevitável da imunização contra o outro é que a única garantia do direito é a violência. A violência do direito torna-se o dispositivo imunitário que defende com o mesmo que ameaça. A violência com a nos defendemos dos indivíduos modernos é a mesma que invocamos para que nos defenda. Uma sociedade sem múnus está destinada a ser tornar uma sociedade imunitária e, conseqüentemente, violenta.

Os desdobramentos das atuais pesquisas críticas sobre biopolítica abrangem diversos campos, autores e obras de grande importância, o

que é impossível de se assinalar todas neste breve texto. Sirvam esses destaques como amostra das possibilidades e desafios que a biopolítica contém para com nossa contemporaneidade. Assinalamos, porém, um dos estudos a serem feitos no marco da biopolítica: correlacionar esta com aqueles que são objetivados pelos dispositivos de poder e suas técnicas violentas, as vítimas.

A biopolítica é o marco em que hão de se desenvolver estudos sobre justiça e memória das vítimas, uma vez que a justiça que se preconiza a partir das vítimas excede o marco dos princípios formais para questionar a necessária reparação histórica da injustiça cometida. Biopolítica, justiça e memória das vítimas são categorias ainda a serem conjugadas na potencialidade epistêmica que elas contêm.

Leia mais...

>> Confira os artigos de Castor Bartolomé Ruiz sobre o evento Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana"

* Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>;

* O campo como paradigma biopolítico moderno. Revista IHU On-Line, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>;

* O estado de exceção como paradigma de governo. Revista IHU On-Line, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>;

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Entrevistas de Eventos

Malick, Scorsese e Lars von Trier em debate

Cinema de Martin Scorsese e Terrence Malick como outra forma de perceber o mundo

A última tentação de Cristo e Cinzas do Paraíso são filmes que convidam a não apenas ter emoção, mas também a pensá-las em relação a formas de percepção de mundo, colocando certas determinações morais, estéticas e religiosas sob novas perspectivas e possibilidades, afirma Joe Marçal Gonçalves dos Santos

Ficha técnica

Nome: A última tentação de Cristo

Nome original: The Last Temptation of Christ

Origem: EUA

Ano de produção: 1988

Gênero: Drama

Duração: 163 min

Direção: Martin Scorsese

Elenco: Willem Dafoe, Harvey Keitel, Paul Greco, Steve Shill, David Bowie, Verna Bloom, Barbara Hershey, Harry Dean Stanton

Ficha técnica

Nome: Cinzas do Paraíso

Nome original: Days of Heaven

Origem: EUA

Ano de produção: 1978

Gênero: Drama

Duração: 95 min

Direção: Terrence Malick

Elenco: Sam Shepard, Richard Gere, Brooke Adams, Linda Manz

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Os longas *A última tentação de Cristo*, na direção de Martin Scorsese, e *Cinzas do Paraíso*, de Terrence Malick são obras de referência, porém, cada qual a seu modo, segundo Joe Marçal Gonçalves dos Santos. Segundo ele, Scorsese tornou-se um mestre do cinema clássico americano, narrativo, que seduz pela forma como uma história é contada ou recontada, direcionando expectativas e emoções. “Terrence Malick traz outra proposta, mais poética e menos determinada por uma história que se tem a contar. Por isso são filmes que exigem uma postura mais reflexiva e uma parcela de criatividade do espectador”, diz à **IHU On-Line**. “A relevância de ambos, entendo assim, está no que possibilitam viver a experiência do cinema tal como um deslocamento de um olhar comum e pronto acerca das coisas”.

As análises acima antecipam aspectos

do debate que será dirigido pelo referido professor, após a exibição de *Cinzas do Paraíso*, que acontece em 19-03-2012, na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, dentro da Programação da Páscoa 2012.

Joe Marçal Gonçalves dos Santos é graduado em Teologia pela Faculdade Luterana de Teologia, mestre e doutor em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Professor na Faculdade de Teologia – Fateo, da PUCRS, e pesquisador do Núcleo de Pesquisa Teologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação desta mesma instituição. Suas áreas de interesse são: teologia contemporânea; teologia da cultura; hermenêutica e teorias da arte; estética do cinema; Andrei Tarkovski. É membro da Sociedade de Teologia e Ciência da Religião – Soter e da Associação Paul Tillich do Brasil. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a relevância das obras de Martin Scorsese e de Malick para o cinema?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos – São obras de referência, porém, cada qual a seu modo. Scorsese tornou-se um mestre do cinema clássico americano, narrativo, que seduz pela forma como uma história é contada ou recontada, direcionando expectativas e emoções. Terrence Malick¹ traz outra proposta, mais poética e menos determinada por uma história que se tem a contar. Por isso são filmes que exigem uma postura mais reflexiva e uma parcela de criatividade do espectador. A relevância de ambos, entendo assim, está no que possibilitam viver a experiência do cinema tal como um deslocamento de um olhar comum e pronto acerca das coisas. De uma forma ou de outra, são filmes que convidam a não apenas ter emoção, mas também pensá-las em relação a formas de percepção de mundo, colocando certas determinações morais, estéticas e mesmo religiosas sob novas perspectivas e possibilidades.

IHU On-Line – Como se dá o diálogo entre teologia e cinema nas obras de Malick e Tarkovski?

¹ **Terrence Malick:** diretor, roteirista e produtor de cinema americano. Com uma carreira de mais de quarenta anos, Malick dirigiu apenas seis filmes. (Nota da IHU On-Line)

vski?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos

– O cinema, por ser ele mesmo uma forma de representação e interpretação criativa da vida, convida ao diálogo com a teologia, na medida em que esta toma como seu objeto as formas como o ser humano traduz suas experiências de sentido último. Malick e Tarkovski são cineastas que, de modo especial, promovem esse diálogo, pela forma como se interessam pela condição humana face àquelas experiências em que o ser humano se vê tocado por questões absolutas e incondicionais. Além desse repertório, contudo, teologicamente significativo, em minha opinião, é não apenas o que cada um deles fala ou deixa de falar sobre essas questões, mas a forma com que o fazem. Quer dizer, são filmes muito pouco discursivos, diretivos ou dogmáticos. Em vez disso, encontramos neles poesia, o que proporciona uma mediação afetiva e reverente aos temas que são abordados em seus filmes. Na medida em que investem na duração da imagem, na construção de estados de espírito, no silêncio e numa música comedida, bem como nos envolvem com um olhar contemplativo acerca do mundo, esses filmes dão lugar preponderante à subjetividade. A sensação primeira pode ser

² **Andrei Tarkovski:** cineasta russo. (Nota da IHU On-Line)

de estranhamento, mas na medida em que nos entregamos e consentimos a esse cinema poético, experimentamos algo de iniciático, ou mesmo, como diz Deleuze acerca dos filmes de Tarkovski, algo litúrgico.

IHU On-Line – Como a teopoiética aparece nas obras de Malick? E nas de Scorsese?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos

– A noção de teopoiética pede definição. No meu entender, trata-se de um critério que zela por vincular a análise e interpretação teológica da obra de arte à sua adequada recepção, que é antes de tudo estética. A partir desse pressuposto, o aspecto teopoiético da arte contemporânea, arriscando generalizar, parece-me relacionado à indeterminação de representações de valores absolutos e, ao mesmo tempo, a um esvaziamento (o que em linguagem teológica diz-se *kenosis*, fazendo referência ao esvaziamento *crístico* de Deus quando assume forma humana) de representações tradicionais desses valores. Esse duplo movimento cria situações inusitadas, críticas e ao mesmo tempo criativas, na medida em que cria uma demanda incondicional para qual a resposta terá de ser necessariamente humana, histórica, provisória. Scorsese, em *A última tentação de Cristo*, faz disso o motivo do enredo, colocando a narrativa dos evangelhos sob uma

ótica de inversão do aspecto humano e divino em Jesus. Por sua vez, Malick, em *Cinzas do Paraíso*, por exemplo, promove esse mesmo movimento, de desencantamento em relação ao idílico, sustentado por metáforas bíblicas e um ordenamento moral pretensamente seguro no ambiente rural, para mergulhar nas condições trágicas de um mundo em transformação.

IHU On-Line – De que forma é acentuado o caráter filosófico e metafísico no longa *Cinzas do Paraíso*?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos – O filme ganha um contexto social e histórico e está dialogando abertamente com ele: trata-se de uma interpretação bastante crítica do início da sociedade industrial, nos Estados Unidos da América, nas primeiras décadas do século XX. Essa relação, por si mesma, evidencia um caráter filosófico importante. E, na medida em que o filme cria esse enredo, de um relato de uma adolescente acerca dos dias vividos tal como num paraíso, com as relações que lhe representam sua família, no cenário idílico de uma fazenda em meio ao campo e à natureza abundante – tudo isso convida à reflexão filosófica acerca de um sistema de crenças, mitos e ideologias que se perpetuam ainda hoje. O caráter metafísico, por sua vez, creio que se possa explorar tanto pelo que o filme sugere acerca da relação ser humano e natureza como por sua estrutura narrativa, dando-se como uma memória da personagem narradora.

IHU On-Line – Por que a mudança no Brasil do título original da obra *Days of Heaven* para *Cinzas do Paraíso*?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos – Boa pergunta, para um filme que encerra afirmando desejo e esperança, ainda que de modo bastante modesto, colocá-lo sob as cinzas que destruíram a fazenda soa regressivo e um tanto moralista...

IHU On-Line – Há influência de Martin Heidegger nos filmes de Malick, uma vez que o cineasta era leitor e tradutor do filósofo alemão?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos – Creio que ambos são côm-

plices no interesse pelo humano. Além disso, considerando como Heidegger³ toma a história e a existência humana como palco definitivo do real bem como rompe com uma metafísica transcendental positiva e objetiva, condecorando a linguagem e a expressão humana como a morada do ser, acho muito provável que seu pensamento seja no mínimo inspirador.

IHU On-Line – Os diálogos de *Cinzas do Paraíso* estão recheados de citações bíblicas, frases não terminadas, praticamente declamadas pelo elenco (principal ou não) de forma estilizada e muitas vezes sem nenhum sentido, trazendo alusões apenas indiretas à história. Nesse sentido, há, nos filmes de Malick, características filmicas pós-modernas?

Joe Marçal Gonçalves dos Santos – Isso depende de como definiríamos essas características filmicas pós-modernas. Considerando o modo como Malick investe no silêncio, privilegia o tempo em sua duração, não em sua superação em velocidade, aborda o humano como criatura feita de relações, parece-me que tudo isso o distancia de algo assim, “pós-moderno”. Nessas citações bíblicas e literárias associadas à indeterminação de significado vejo antes um estilo de cinema poético, a maneira de mestres como Tarkovski, Bergman⁴, Kurosawa⁵, Pasolini⁶, entre

³ **Martin Heidegger**: filósofo alemão, faleceu em 1976. Foi um dos mais influentes pensadores do século XX. Abandonando a teologia, mergulhou nos gregos para tentar encontrar neles a substância que de alguma forma amparasse o homem contemporâneo num mundo desesperançado de Deus. Erguendo-se contra a tradição metafísica, voltou-se para o ser (ontologia), procurando encontrar um norte num cenário onde os valores da religião e da metafísica haviam sido abalados até as suas raízes. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Ernst Ingmar Bergman**: foi um dramaturgo e cineasta sueco. Seus trabalhos lidam geralmente com questões existenciais, como a mortalidade, a solidão e a fé. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Akira Kurosawa**: foi um dos cineastas mais importantes do Japão, e seus filmes influenciam uma grande geração de diretores do mundo todo. Com uma carreira de cinquenta anos, Kurosawa dirigiu 30 filmes. É amplamente considerado como um dos cineastas mais importantes e influentes da história do cinema. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Pier Paolo Pasolini**: foi um cineasta ita-

outros. Paradoxalmente, são cineastas que entenderam o cinema como arte da observação da vida e não tanto uma arte narrativa. Por isso são poetas de imagens em movimento, beirando algo documental, cujo interesse é a dar visibilidade ao invisível, isto é, aos suspiros humanos em suas faltas e desejos mais profundos. Se, a partir disso, compreendermos esses artistas como precursores de aspectos que hoje se acentuam, e que alguns caracterizam como pós-moderno, então teríamos relações mais a fazer e, o melhor de tudo, mais motivos para assisti-los sempre de novo.

liano. Pasolini tem uma das mais contundentes, chocantes e polêmicas carreiras da história do cinema. Como outros tantos cineastas italianos, começou como assistente de célebres nomes do neo-realismo. Nos anos 60, se notabilizou como um dos grandes do cinema italiano, criando obras antológicas como *O Evangelho Segundo São Mateus*, *Teorema* e *Pocilga*. (Nota da IHU On-Line)

Leia mais...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Joe Marçal Gonçalves dos Santos e publicadas na IHU On-Line:

* Da ingenuidade ao cinismo: o Brasil de Sérgio Bianchi. Entrevista publicada na edição 249 da Revista IHU On-Line, de 03-03-2008, disponível em <http://migre.me/8j0Qi>;

* “O Cristianismo tem por vocação atender as demandas de forma plural e diversa.” Entrevista publicada em 21-08-2009, disponível em <http://migre.me/8j1aa>;

* Um olhar teopoético. Teologia e cinema em *O Sacrifício*, de Andrei Tarkovski. *Cader nos Teologia Pública*, nº 26, disponível em <http://migre.me/8j1t9>.

Entrevistas de Eventos

Malick, Scorsese e Lars von Trier em debate

Um grave mal entendido contemporâneo: a inversão do tempo e do saber

“Neurose de destino” na qual a depressão prevalece, a melancolia surge quando perdemos nossa ingenuidade, observa Alfredo Jerusalinsky. Para aplacarmos a angústia de nossa ignorância, vivenciamos a morte antecipadamente a fim de darmos sentido à vida

Ficha técnica

Nome: Melancolia

Nome original: Melancholia

Cor filmagem: Colorida

Origem: Dinamarca

Ano de produção: 2011

Gênero: Drama

Duração: 130 min

Classificação: 14 anos

Direção: Lars von Trier

Elenco: Kirsten Dunst, Charlotte Gainsbourg, Kiefer Sutherland, Charlotte Rampling, John Hurt, Stellan Skarsgard, Rudolf Klein-Rogge, Udo Kier

POR MÁRCIA JUNGES

Um mal epidêmico, produto de nossa perda de ingenuidade e da garantia que as crenças religiosas outorgavam, além da perda da fé na razão da ciência. Esses são os pilares atuais da melancolia coletiva, assinala o psicanalista argentino Alfredo Jerusalinsky, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Nada nos garante o que irá aparecer no horizonte no próximo amanhecer. Trata-se, então, de um horizonte tomado pela melancolia: uma neurose de destino onde prevalece a depressão”. A discussão antecipa aspectos do debate que será con-

duzido por Jerusalinsky após a exibição de Melancolia, filme de Lars von Trier, cuja exibição acontece em 21-03-2012, na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, dentro da programação da Páscoa 2012.

“Efetivamente é um filme sobre o ‘mal de hoje’: a depressão causada pela ciência, que não é qualquer depressão”, explica o psicanalista. “O sujeito contemporâneo padece pela captura de sua subjetividade numa inversão do tempo e do saber: supõe que sabe antecipadamente o que só saberá depois; supõe que as coisas acon-

IHU On-Line – Em que aspectos *Melancolia* é um filme sobre o “mal de hoje”, a depressão?

Alfredo Jerusalinsky – Efetivamente é um filme sobre o “mal de hoje”: **a depressão causada pela ciência**, que não é qualquer depressão. Esse é um ponto em que Nietzsche¹, Lars von Trier² e eu, tal-

vez, possamos coincidir. Embora a Lars von Trier seguramente lhe importe um rábano minha coincidência e, certamente, Nietzsche ficaria tentado de me oferecer um sorriso “Colgate” diante da hipótese de eu não coincidir. Como disse Justine no filme: “Mas não estou me comportando bem? Estou sorrindo para vocês o tempo todo”.

IHU On-Line – O que essa produção revela sobre a subjetividade do sujeito em nosso tempo?

Alfredo Jerusalinsky – Eu não sei até que ponto se aplica legitimamente, no caso, o termo “revelar”, porque não sei qual é o nível de consciência do diretor, e ao mesmo tempo escritor, do que ele colocou em ato no seu filme. De qualquer modo, nietzscheanamente falando, que ali houvesse pouca consciência até poderia ser anotado como mais um mérito. Inclinar-me-ia mais a falar de um desvelamento do que de uma revelação.

O que a meu ver fica desvelado é **a inversão do tempo e do saber**: é pelo que se sabe depois que os acontecimentos anteriores se ordenam, e não pelo que se sabe antes (como a ciência moderna pretende). Mas também é pelo que acontece depois que o saber se constitui como sendo anterior e não porque efetivamente se saiba antes (como as religiões propõem).

Dialética esta, do tempo e do saber, que a ciência popperiana e a razão cartesiana tentam ainda con-

tecerão de acordo com seu saber, sendo que só saberá depois de acontecerem. Eis aí seu fracasso cotidiano”.

Doutor em Educação e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo – USP e mestre em Psicologia Clínica, Alfredo Jerusalinsky lecionou na Universidade de Buenos Aires e atualmen-

te é psicanalista Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA, da Association Lacanienne Internationale – ALI e colaborador do Grupo de Estudos Sigmund Freud – SIG. É também professor convidado na Universidade de Fortaleza – Unifor. Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que essa produção revela sobre a subjetividade do sujeito em nosso tempo?

Alfredo Jerusalinsky – Eu não sei até que ponto se aplica legitimamente, no caso, o termo “revelar”, porque não sei qual é o nível de consciência do diretor, e ao mesmo tempo escritor, do que ele colocou em ato no seu filme. De qualquer modo, nietzscheanamente falando, que ali houvesse pouca consciência até poderia ser anotado como mais um mérito. Inclinar-me-ia mais a falar de um desvelamento do que de uma revelação.

O que a meu ver fica desvelado é **a inversão do tempo e do saber**: é pelo que se sabe depois que os acontecimentos anteriores se ordenam, e não pelo que se sabe antes (como a ciência moderna pretende). Mas também é pelo que acontece depois que o saber se constitui como sendo anterior e não porque efetivamente se saiba antes (como as religiões propõem).

Dialética esta, do tempo e do saber, que a ciência popperiana e a razão cartesiana tentam ainda con-

gelar numa causalidade linear. É por isso que, se a versão religiosa entre pela via do racionalismo (“Deus é um grande matemático”, como diria Nicolau de Cusa³ em curiosa coincidência com Stephen W. Hawking⁴), ciência e religião passam a compartilhar, na pós-modernidade, um ponto essencial de convergência nas suas suposições: saber e tempo correm sincronizados e paralelos, respondendo a uma lógica similar e, portanto, funcionando como aliados num vetor de progresso e sempre previsíveis. Mas, sobretudo, as verdades são sempre anteriores, portanto, elas já estão ali, é só descobri-las, ou decifrá-las, ou atuar em consonância com elas. Quanto mais, tempo e saber somente podem sofrer a nuance de pequenos atrasos, seguramente não mais dos poucos segundos de impontualidade que se atreveria a cometer um lorde britânico.

O sujeito contemporâneo padece pela captura de sua subjetividade numa inversão do tempo e do saber:

3 Nicolau de Cusa (1401-1464): teólogo alemão. Secundou a ação dos papas na Alemanha. Estudou na Universidade de Heidelberg, foco do nominalismo, e na de Pádua, onde aprendeu Matemática, Direito e Astronomia. Ordenado padre, teve parte notável no concílio de Basileia (1432). A seguir, foi legado pontifício, cardeal, bispo. Viveu seus últimos anos na Itália. As obras fundamentais de Nicolau de Cusa são três: *De docta ignorantia*, *De conjecturis*, *Apologia doctae ignorantiae*. (Nota da IHU On-Line)

4 Stephen William Hawking (1942): físico teórico e cosmólogo britânico e um dos mais consagrados cientistas da atualidade. Doutor em cosmologia, foi professor de matemática na Universidade de Cambridge (posto que foi ocupado por Isaac Newton). Depois de atingir a idade limite para o cargo, tornou-se professor emérito daquela universidade. Atualmente, Hawking encontra-se incapacitado em razão de uma esclerose lateral amiotrófica, que o impede de manter suas atividades científicas. Sua condição se agravou ao longo dos anos, e ele está quase que completamente paralisado. (Nota da IHU On-Line)

câmera de ombro etc. Seu único filme que segue essas regras é *Os Idiotas*, de 1998. Trabalha em um projeto pessoal em que roda 3 minutos de filme todo dia em diferentes locações da Europa. Sua intenção é realizar este trabalho durante 33 anos e, como ele teve início em 1991, a previsão é que o filme seja lançado apenas em 2024. (Nota da IHU On-Line)

SÃO LEOPOLDO, 19 DE MARÇO DE 2012 | EDIÇÃO 386

supõe que sabe antecipadamente o que só saberá depois; supõe que as coisas acontecerão de acordo com seu saber, sendo que só saberá depois de acontecerem.

Eis aí seu fracasso cotidiano. Ele, então, para acalmar a angústia de sua ignorância (a ciência erra, a religião não oferece garantias) vivencia antecipadamente a morte para dar sentido à vida (experiências radicais), e vivencia intensamente a vida para dar sentido a morte (overdose de gozo).

IHU On-Line – Por outro lado, pode-se perceber essa produção de von Trier através de uma leitura “pessimista” da existência, algo como o mito de Sileno?

Alfredo Jerusalinsky – Que a melancolia seja epidêmica é produto de termos perdido a ingenuidade. E quando a ingenuidade se perde, perde-se para sempre. Temos perdido a garantia que as crenças religiosas outorgavam, temos perdido a fé na razão da ciência. Nada nos garante o que irá aparecer no horizonte no próximo amanhecer. Trata-se, então, de um horizonte tomado pela melancolia: uma neurose de destino onde prevalece a depressão. Gozamos da vida sob a ameaça de virarmos nada. Justine, certamente, é a versão feminina do sátiro Sileno⁵, pai adotivo de Dionísio e seu mestre na arte de beber, sabedor do nada ser, aquele que no mesmo gesto dá ao rei Midas a fortuna e a morte: lembre-se de que por gratidão Sileno outorga a Midas o dom de transformar em ouro tudo o que toca, o que acaba matando-o de fome. É o cunhado de Justine quem metaforiza Midas (a quem sua fortuna não poupa), assim como pode suspeitar-se uma sombra dionisíaca no seu devasso pai (que vive na prática incessante do bacanal).

IHU On-Line – No filme, melancolia não é apenas o nome de uma doença, como o de um planeta em rota de colisão com

⁵ Sileno: na mitologia grega, e posteriormente na mitologia romana, era um dos seguidores de Dionísio, seu professor e companheiro fiel. (Nota da IHU On-Line)

a Terra. Em que medida a sabedoria de Justine é uma espécie de “profecia” sobre a vida?

Alfredo Jerusalinsky – Justine-Sileno é nomeada diretora de arte: precisamente no polo em que Nietzsche a colocaria para fazer oposição à razão, ou, como disse seu cunhado: “em coisas tão delicadas é necessário levar em conta que a ciência pode errar”. Razão não é da ordem da *poiese*. Arte, tal como o desvelam as instalações contemporâneas, é para mostrar com que facilidade vira-se de ser pouco a nada. Então, qual é a verdade que a *poiese* sustenta segundo Nietzsche e Lars von Trier? Será que entre razão eterna de um lado, e niilismo do outro, não há nada mais do que vazio?

Pela minha parte gostei mais do profeta: o Abraham, belo potro negro, nobre e primário nos seus afetos, fiel aos limites de sua compreensão, capaz de sentir quando tudo ameaça a acabar. Gosto de seu alarme e respeito sua inquietação e ansiedade, de sua negativa a entrar na zona de risco, de sua poética pastagem perto do buraco que fica além da conta: o buraco 19.

IHU On-Line – O fato de apontar a vida ou a Terra como maus, e que nossa existência é um eterno sofrer, não seria uma tentativa de antropologizar algo que não tem, em sua essência, esse caráter?

Alfredo Jerusalinsky – A propósito de Abraham, precisamos lembrar que foi graças a ele e seus magos que Moisés conseguiu tirar a seu povo de Egito logrando o faraó e encaminhando-o para a “Terra Prometida”, e sem o qual certamente nem Jesus Cristo teríamos. A metáfora surrealista de von Trier coloca sobre a mesa que a pós-modernidade acaba até com a “terra prometida”, a das doces maçãs “à sombra de cujas macieiras, quando elas crescerem, daqui a 10 anos, poderás te sentar quando estiver triste, e assim poderás te sentir protegida e confortada”. Justine esquece da pequena foto dessa terra que constitui o melhor poema de amor que ela recebeu: ela substitui a poesia pelos lemas (*slogans*), ou seja, significantes carregados de doces maçãs por

signos cheios de nada. É essa, sua escolha, a que determina que seus pés tenham afundado pesadamente na grama, e se enredem na “lã cinzenta”.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar alguma questão não perguntada?

Alfredo Jerusalinsky – Que tenhamos descoberto nossa radical solidão, que conhecimento não é sinônimo de saber, que nada garante o que irá aparecer no nosso horizonte, que a terra que habitamos tem limites, que toda antecipação é fictícia, são descobertas que não permitem concluir que o real é malvado. Definitivamente, somos nós que inventamos os objetos e as realidades que acreditamos perder.

Leia mais...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Alfredo Jerusalinsky e publicadas na IHU On-Line:

* Mãe e mulher não são sinônimos. Entrevista publicada na edição 359 da Revista IHU On-Line, de 02-05-2011, disponível em <http://bit.ly/irlbdL>

* Doze perguntas sobre o inferno. Entrevista publicada na edição 323 da Revista IHU On-Line, 29-03-2010 nas Notícias do Dia, disponível em <http://migre.me/4mlto>;

* A impunidade alenta o retorno da barbárie. Entrevista publicada em 17-08-2008 nas Notícias do Dia, disponível em <http://migre.me/4mlwD>;

* Borat, Babel e A Rainha e suas relações. Entrevista publicada em 09-03-2007 nas Notícias do Dia, disponível em <http://migre.me/4mlIAS>.

Entrevistas de Eventos

“Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias”

Tensionamentos entre o uso das tecnologias acriticamente e a autonomia do estudante e do professor do Ensino a Distância – EAD são discutidos por Bruno Pucci, utilizando ideias da Teoria Crítica da Sociedade

POR MÁRCIA JUNGES

“As tecnologias digitais, como uma ferramenta contemporânea, como um instrumento de pesquisa e de informações, são fundamentais para a educação das pessoas dos dias de hoje; o potencial presente, por exemplo, na internet é fantástico e fecundo para a experiência formativa; mas quando os aparelhinhos tecnológicos atuais se tornam um fim em si mesmo, quando são fetichizados, absolutizados, tornam-se extremamente perigosos e prejudiciais à formação dos indivíduos”. A constatação é de Bruno Pucci, docente na Universidade Metodista de Piracicaba em entrevista exclusiva, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. A questão da autonomia em relação ao uso das novas tecnologias da informação também é tema da conversa: “Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias, os aparelhos; é ter a capacidade de elaborar juízos analíticos e críticos sobre a própria tecnologia e suas conseqüências no mundo de hoje”. Pucci reitera que as tecnologias não são neutras: “elas conduzem em seu interior a racionalidade instrumental e ideológica de onde provêm e para que foram feitas. O computador, com sua intencionalidade, suas características de precisão, rapidez, sistematização, nos impõe um ritmo de trabalho e uma maneira de agir à sua imagem e semelhança. É preciso ter consciência disso e, no processo formativo, desenvol-

ver outros elementos que confrontem com essas características. Caso contrário, nos tornamos escravos das máquinas”.

Bruno Pucci é graduado em Teologia, pela Pontifícia Universidade de San Tomás de Aquino, em Roma, em Filosofia, pela Organização Mogiana de Ensino e Cultura, em Mogi das Cruzes, São Paulo, e em Letras Português e Literatura pela Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep, onde também cursou mestrado em Educação. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP concluiu doutorado em Educação com a tese Por uma praxis educacional da Igreja 1968-1979. É livre docente pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. É autor de Adorno: o poder educativo do pensamento crítico (Petrópolis: Vozes, 2000) e de A pedagogia radical de Henry Giroux: uma crítica imanente (Piracicaba: Editora Unimep, 1999), entre outros. O pesquisador estará no IHU em 22-03-2012 participando de duas atividades. Na primeira delas fala sobre Questões e problemas sobre EAD nos cursos de formação inicial de docentes da Educação Básica. Na segunda, fala sobre Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais, dentro da programação do Ciclo Filosofias da Inter-subjetividade. Acompanhe a programação completa em <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/agenda/272>. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os principais problemas sobre Educação a distância – EAD que surgem em cursos de formação inicial de docentes de Educação Básica?

Bruno Pucci – São muitos. Em meu projeto de pesquisa pretendo analisar três tipos: 1) Problemas sobre a EAD em geral; 2) Problemas sobre a EAD nas Instituições de Ensino Superior – IES públicas, vinculadas à Universidade Aberta do Brasil – UAB; 3) Problemas sobre a EAD nas Instituições Privadas de Ensino. Em relação ao primeiro tipo, destaco: a) qualidade da formação na EAD; b) autonomia do educando de EAD; c) o trabalho docente na EAD. Em relação ao segundo, destaco: a) a racionalidade administrativa se sobrepõe à racionalidade pedagógica; b) Conferência Nacional de Educação - Conae versus Universidade Aberta do Brasil - UAB; a primeira não aceita a formação inicial em EAD; a segunda prioriza essa opção; c) A UAB como modelo de EAD. Em relação ao terceiro tipo, destaco: a) a educação como serviço a ser cobrado, e não como direito; b) a lógica privatista nos cursos de EAD; c) A EAD ultrapassou em matrículas a Educação presencial nos cursos de Pedagogia.

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios da EAD nesse tipo de educação?

Bruno Pucci – Para mim continua sendo a questão da qualidade do ensino, que, aliás, é também o grande problema da educação presencial. Mas na EAD, essa questão se faz mais premente, porque, majoritariamente, o curso é ofertado a pessoas que — ou por razão de pertencimento às classes sociais inferiores, ou por habitar em lugares distantes com difícil acesso à univer-

“O computador, com sua intencionalidade, suas características de precisão, rapidez, sistematização, nos impõe um ritmo de trabalho e uma maneira de agir à sua imagem e semelhança”

sidade, ou por trabalhar muito para sobreviver e não dispor de tempo útil para estudos, ou por não possuir afinidades motoras com os ágeis aparatos tecnológicos, ou, muitas vezes, por todos esses motivos — não tiveram condições de ingressar na academia. Portanto, o curso é ofertado a pessoas que apresentam dificuldades enormes de aprendizagem e precisam mais ainda do contato, do relacionamento com o professor e com os colegas, do diálogo. Elementos tais que a EAD, de modo geral, não privilegia.

IHU On-Line – Em que aspectos a Teoria Crítica da So-

cidade e o legado de Adorno¹, especificamente, são parâmetros para a formação de educadores através da EAD?

Bruno Pucci – De um lado os escritos de Adorno e dos teóricos da Escola de Frankfurt sobre dialética negativa, racionalidade instrumental, ambiguidade da técnica, vinculação da técnica ao capital desde as origens da burguesia, nos ajudam a examinar os elementos negativos presentes nas experiências de EAD. Por outro lado, os conceitos de formação (Bildung), semiformação, experiência estética e outros nos auxiliam a questionar e, ao mesmo tempo, a ressaltar os elementos pedagógicos e formativos presentes nas experiências de EAD.

IHU On-Line – Como se dá o diálogo entre Adorno e os teóricos da Teoria Crítica com autores contemporâneos como Bauman², Türcke³, Kurz, Santos, Dupas, Sevckenko dentro da sua pesquisa sobre a EAD?

Bruno Pucci – Bauman, Türcke, Kurz, Santos, Dupas e Se-

1 Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de idéias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

2 Zygmunt Bauman: sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do IHU On-Line, de 30-08-2004. Publicamos um entrevista exclusiva com Bauman na revista IHU On-Line edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/agTfsn>. (Nota da IHU On-Line)

3 Christoph Türcke (1948): filósofo alemão, autor de, entre outros *Der tolle Mensch. Nietzsche und der Wahnsinn der Vernunft* (Frankfurt 1989). (Nota da IHU On-Line)

vchenko são autores contemporâneos que adoto em meu projeto de pesquisa para dialogar com as reflexões de Adorno, elaboradas na era da Revolução Mecânica, nos anos 1940 a 1970, sobre os benefícios e os malefícios da tecnologia. Alguns deles, como Türcke, Bauman e Kurz, em seus escritos, dialogam diretamente com os frankfurtianos.

IHU On-Line – De que forma as novas tecnologias digitais, com sua ambivalência, que tem atuação na formação de educadores fazem avançar a educação brasileira?

Bruno Pucci – A resposta a essa questão é parte de minha pesquisa em desenvolvimento. Minha hipótese é que as tecnologias digitais, como uma ferramenta contemporânea, como um instrumento de pesquisa e de informações, são fundamentais para a educação das pessoas dos dias de hoje. O potencial presente, por exemplo, na internet é fantástico e fecundo para a experiência formativa. Mas quando os aparelhos tecnológicos atuais se tornam um fim em si mesmo, quando são fetichizados, absolutizados, tornam-se extremamente perigosos e prejudiciais à formação dos indivíduos.

IHU On-Line – Tomando em consideração a racionalidade instrumental de suportes técnicos como a EAD, é possível so-

“As tecnologias não são neutras; elas conduzem em seu interior a racionalidade instrumental e ideológica de onde provêm e para que foram feitas”

bressair a autonomia do indivíduo, seja ele professor ou aluno?

Bruno Pucci – A questão da autonomia, sobretudo do aluno, um dos jargões mais utilizados pelos defensores acrílicos da EAD, é problemática. Eles carregam por demais a perspectiva técnica da autonomia e não a perspectiva crítica. Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias, os aparelhos; é ter a capacidade de elaborar juízos analíticos e críticos sobre a própria tecnologia e suas consequências no mundo de hoje.

IHU On-Line – Como analisa a não neutralidade da tecnologia e a sua presença media-

dora nas ações educativas?

Bruno Pucci – As tecnologias não são neutras; elas conduzem em seu interior a racionalidade instrumental e ideológica de onde provêm e para que foram feitas. O computador, com sua intencionalidade, suas características de precisão, rapidez, sistematização, nos impõe um ritmo de trabalho e uma maneira de agir à sua imagem e semelhança. É preciso ter consciência disso e, no processo formativo, desenvolver outros elementos que confrontem com essas características. Caso contrário, nos tornamos escravos das máquinas.

IHU On-Line – O que entende pela frieza burguesa a partir de Adorno em tempos de tecnologias digitais?

Bruno Pucci – É o tema que irei desenvolver em minha palestra. Vou partir da seguinte citação de Adorno: “Se os homens não fossem (...) profundamente indiferentes ao que acontece com todos os demais (...) então Auschwitz não teria sido possível”. O objetivo dessa minha intervenção é observar, a partir dos escritos de Theodor Adorno, particularmente de sua dialética negativa, como o pensador analisa o fenômeno da anti-intersubjetividade dominante nas relações entre os homens e como sua análise se faz contemporânea da civilização tecnológica digital.

Acesse a página do IHU no Facebook em
www.facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos



Entrevistas de Eventos

Rosenzweig e uma nova compreensão da ideia de sujeito

Obra de envergadura teórica não tem viés piedoso, mas precisa ser compreendida em sua inovação filosófica, pontua Ricardo Timm. Seus escritos figuram como uma das últimas oportunidades para um mundo em busca de paz

POR MÁRCIA JUNGES

Em *A estrela da redenção*, obra fundamental de sua filosofia, Franz Rosenzweig antecipa temas que anos depois seriam discutidos por Heidegger e a ele atribuídos. Considerada grandiosa em termos de inovação filosófica e erudição, *A estrela* traz uma “grande ‘oferta de paz’ a um mundo intrinsecamente beligerante, talvez a última oferta séria e altamente elaborada até que a Shoah, Hiroshima e a II Guerra em geral reduzissem tudo a cinzas”. A ponderação é do filósofo Ricardo Timm em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Rosenzweig prova que a obsessão pela alternativa ‘ou’ conduz necessariamente à guerra”, destaca. Verdadeiro tesouro a ser descoberto, o pensamento de Rosenzweig não deve ser considerado como piedoso, mas como “sistemas narrativos de pensamento, nos quais a linguagem é primordial”. Indiscutivelmente revela-se uma tradição kantiana no sistema rosenzweigiano, expresso pela tríade Mundo/Ser humano/Deus, já que seus professores Meinecke e Cohen eram neokantianos, aponta Timm. A ruptura com a categoria de totalidade traz consigo novos modos de compreensão da ideia de sujeito, que precisa ser pensado intersubjetivamente, algo que Emmanuel Lévinas desenvolveu mais tarde em sua filosofia.

Ricardo Timm é o conferencista que inaugura as atividades do Ciclo de Pa-

lestras: *Filosofias da Intersubjetividade*. A temática é Rosenzweig: multiplicidade, singularidade, temporalidade do real, a ser explorada nesta quarta-feira, dia 14-03-2012. Confira a programação completa do evento em <http://bit.ly/xfWkV2>.

Timm é graduado em Instrumentos, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e em Estudos Sociais e Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Também cursou o mestrado em Filosofia, pela mesma universidade, e doutorado em Filosofia, pela Universität Freiburg (Albert-Ludwigs) com a tese *Wenn das Unendliche in die Welt des Subjekts und der Geschichte einfällt – Ein metaphänomenologischer Versuch über das ethische Unendliche bei Emmanuel Lévinas*. Escreveu inúmeros livros, entre eles, *Sujeito, Ética e História – Lévinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999), *A condição humana no pensamento filosófico contemporâneo* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004) e *Em torno à diferença – Aventuras da alteridade na complexidade da cultura contemporânea* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007). É também um dos organizadores de *Alteridade e Ética – Obra comemorativa dos 100 anos do nascimento de Emmanuel Lévinas* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o contexto da produção intelectual de Rosenzweig ?

Ricardo Timm – Franz Rosenzweig era oriundo de uma família bem estabelecida em Kassel, típica da situação de muitos judeus contemporâneos assimilados na Alemanha. Recebeu a melhor educação possível na época, interagiu com várias ciências, estudando em diversas universidades (Freiburg im Breisgau, Berlim), interessou-se profundamente por literatura, filosofia, história (na qual se doutorou) além de haver estudado também medicina e línguas diversas (entre as quais o árabe). O contexto de sua produção intelectual pode ser descrito por um conjunto complexo de fatores, entre os quais, e um dos mais relevantes, está o pressentimento que a assimilação judaica na Alemanha estava prestes a sofrer um baque de consequências inimagináveis. Boa parte de sua produção tem como objetivo justamente oferecer respostas a esse imenso desafio que se anuncia.

A influência de Hermann Cohen em Berlim condicionará, entre outros fatores, a sua aproximação amistosa porém tensa com o universo cristão em geral e especialmente com seus parentes e amigos convertidos ao cristianismo, já que demarca um campo de ação em que finalmente se autoafirmará como judeu voltado à amizade com o mundo cristão. Por outro lado, as rápidas mudanças históricas da época condicionam a concentração de energias em poucas obras, das quais, sem dúvida, A estrela da redenção – na qual antecipa claramente muitos temas posteriormente desenvolvidos por Heidegger e até hoje a ele atribuídos – é a principal, pela grandiosidade que significa em termos de inovação filosófica e ímpar erudição.

IHU On-Line – Como a participação de Rosenzweig na I Guerra influenciou em

“A obra de Rosenzweig é um tesouro a ser descoberto”

sua percepção sobre a filosofia da história de Hegel ? E até que ponto “Hegel e o Estado” é uma reação do autor ao edifício teórico construído por Hegel?

Ricardo Timm – A participação no front – aproximadamente na mesma época e não muito longe de Wittgenstein – teve como consequência principal não apenas a redação de boa parte da Estrela (escrita em cartões postais enviados ao lar), como principalmente a percepção cabal da derrocada de um mundo que então tinha lugar. Rosenzweig teve a percepção clara de que, doravante, ofertas racionais de conciliação, por mais sofisticadas que fossem, não teriam efeito algum na geopolítica. É a época de rompimento com sua crença anterior em modelos político-racionais expressos principalmente em sua tese doutoral Hegel e o Estado.

IHU On-Line – Em que sentido o pensamento de Franz Rosenzweig tem na intersubjetividade uma de suas características fundantes?

Ricardo Timm – Rosenzweig desenvolve, em um sentido algo diferente, a ideia de “correlação”, exposta por Cohen em Religion der Vernunft aus der Quellen des Judentums (Religião da razão desde as fontes do judaísmo), sua obra capital. O desenvolvimento da categoria de “totalidade” e de sua ruptura, paralelamente à proposta de um sistema narrativo de filosofia em oposição a modelos descritivos de sistemas, como era

usual na tradição, subsidiam novas formas de compreender a própria ideia de sujeito, em profundo questionamento por esta época. Trata-se agora – e ficará mais claro em Lévinas – de um sujeito que não pode ser pensado senão intersubjetivamente – uma ruptura com a ideia de uma mônada psíquica autoconsciente e autorreferente que se relaciona com outras mônadas de mesmo formato ideal.

IHU On-Line – Em que aspectos essa intersubjetividade contribui para repensar a capacidade humana atual da relação com a realidade?

Ricardo Timm – O essencial é perceber que a própria ideia de intersubjetividade é falaciosa, pois não existe sujeito que não se constitua inter-relacionalmente, portanto todo sujeito já é desde sempre intersujeito. A subjetividade é uma posição social em meio ao diverso e na relação ao Outro, e não uma invariante blindada ao mundo, com o qual pode, ao seu bel-prazer, se relacionar ou não.

IHU On-Line – Qual é o lugar ocupado pela alteridade, pelo Outro, na obra desse autor?

Ricardo Timm – Rosenzweig prepara com sua obra o terreno para o desenvolvimento dessa categoria, por exemplo, em Lévinas (autor que não pode ser, por sua vez, compreendido sem a compreensão de algumas categorias centrais do próprio Rosenzweig), no sentido que, na Estrela – entre outros locais – ao defender a palavra “e” em lugar do termo alternativo “ou”, aproxima diferentes e os convida à convivência pacífica. Tal é especialmente claro a partir do exemplo que utiliza, quando se trata de culturas e civilizações. Rosenzweig prova que a obsessão pela alternativa “ou” conduz necessariamente à guerra.

IHU On-Line – Como se relacionam a unicidade do ser humano, a realidade do mundo e a transcendência em Deus na obra “A estrela da redenção”, colocando em xeque a ideia de totalidade?

Ricardo Timm – Deus, mundo e ser humano não são redutíveis, como disse, um ao outro pela palavra “ou”, mas estabelecem relações com a “palavrinha” (Wörtchen) “e” (und). Não se trata, portanto, de saber se Deus e Ser humano são frutos do Mundo, ou o Mundo função de Deus, etc, mas de pensar uma multiplicidade de origem, um múltiplo original, no qual Mundo E Ser Humano E Deus com-vivam. Com isso duas consequências são claras: a ruptura definitiva com a ideia parmenídica de coincidência entre ser e pensar e a valorização eminente do singular frente ao universal.

IHU On-Line – Sob quais aspectos “A estrela da redenção” é uma obra importante para compreendermos a perplexidade e a barbárie, característicos de nosso tempo?

Ricardo Timm – Trata-se de uma grande “oferta de paz”, como analisei em vários textos, oferecida a um mundo intrinsecamente beligerante; talvez a última oferta séria e altamente elaborada até que a Shoah, Hiroshima e a II Guerra em geral reduzissem tudo a cinzas.

IHU On-Line – Como se dá a influência de Franz Rosenzweig nas obras de Benjamin e Lévinas? Ele influenciou outros autores também?

Ricardo Timm – Para a compreensão da obra de ambos os autores, a obra de Rosenzweig é imprescindível, por inúmeras razões que não podem ser desenvolvidas aqui. Benjamin considerava em 1929 – ano da morte de Rosenzweig – a Estrela como “uma das pouquís-

simas obras que ainda valiam a pena serem lidas”; Lévinas explica logo ao início de Totalité et infini que Rosenzweig está ali excessivamente presente para poder ser citado.

IHU On-Line – De que forma o pensamento desse autor pode auxiliar numa sustentabilidade ética frente às novas relações que o mundo atual exige?

Ricardo Timm – A obra de Rosenzweig é um tesouro a ser descoberto. A ideia de uma sustentabilidade ética passa pela compreensão da já referida multiplicidade de origem. Enquanto tal não for compreendido, a própria ideia de sustentabilidade ética permanece um ideal inalcançável.

IHU On-Line – Quais são os maiores pontos de aproximação entre filosofia e teologia em seu pensamento?

Ricardo Timm – Ele não se preocupava demais com esse tipo de distinção na feitura do pensamento; aliás como costuma acontecer com os filósofos alemães (basta ver que a maioria dos clássicos da filosofia, de Kant e Hegel a autores do século XX, foram também, em maior ou menor medida, teólogos). Todavia, faz questão de dizer que obras como a Estrela não são obras piedosas, mas sistemas narrativos de pensamento nos quais a linguagem é primordial, que procuram se relacionar com a infinidade de singulares que compõe o real. Naturalmente, a tríade Mundo/Ser humano/Deus remete a Kant, entre outros, pois é a essa tradição que se filia (seu professor Meinecke tinha origem neokantiana, assim como H. Cohen).

IHU On-Line – Por que seu pensamento é pouco conhecido no Brasil? Quais são os movimentos que têm sido feitos em direção contrária?

Ricardo Timm – Entre outras razões pela funesta e quase absoluta preponderância do pensamento de Heidegger que, como já dito, repete em 1927, em Ser e tempo,

ideias que Rosenzweig tinha publicado na Estrela, em 1921. Também pela dificuldade intrínseca da obra. Tenho feito esforço para reverter esse quadro, havendo publicado, pela Editora Perspectiva, um livro de introdução ao pensamento de Rosenzweig – Existência em Decisão – uma introdução ao pensamento de Franz Rosenzweig – bem como traduzi Hegel e o Estado, publicado pela mesma editora. Porém, esse fenômeno não é só brasileiro. Pode-se dizer que o renascimento de Rosenzweig inicia apenas em 1986, em Kassel, com o I Congresso Internacional Rosenzweig, por ocasião do centenário do nascimento do autor. Em 2004, na mesma cidade, foi fundada a Associação Internacional Rosenzweig (Internationale-Rosenzweig-Gesellschaft), que tem inclusive uma seccional no Brasil. O mérito do renascimento de Rosenzweig se deve em enorme proporção aos esforços do professor Wolfdietrich Schmied-Kowarzik, Professor Emérito da Universidade de Kassel e atualmente em Viena.

Leia mais...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Ricardo Timm e publicadas na IHU On-Line:

* A Filosofia mudou muito depois de Auschwitz. Edição 265, revista IHU On-Line, de 21-07-2008, disponível em <http://bit.ly/9lQLfC>;

* A contribuição de Lévinas à humanização da sociedade. Edição 277, revista IHU On-Line, 14-10-2008, disponível em <http://bit.ly/b0lGAw>;

* O juízo absoluto e a paralisia da linguagem. Edição 344, revista IHU On-Line, 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/dugtaS>.

Entrevistas de Eventos

Franz Rosenzweig. Um pensador para ajudar o Ocidente a se curar de sua esquizofrenia

Contestador ferrenho da leitura totalizante da História por Hegel, Rosenzweig influenciou pensadores fundamentais para a discussão da alteridade e para a crítica da sociedade contemporânea, como Lévinas e Benjamin, observa Luiz Carlos Susin

POR MÁRCIA JUNGES

Conhecedor tanto das tradições do judaísmo como das do cristianismo, o filósofo alemão Franz Rosenzweig (1886-1929) “exercitou uma leitura positiva e discernidora de diferentes tradições religiosas”. A declaração é do teólogo Luiz Carlos Susin, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Rosenzweig mostra um bom conhecimento de ambas as tradições, pois de certa forma viveu na fronteira entre elas. Não pretendeu nem opor uma à outra e nem amalgamar uma na outra”, destaca. E complementa: “Rosenzweig pode ser colocado junto dos pensadores que contestaram a leitura totalizante da História feita por Hegel. Portanto, ao lado de Kierkegaard, Schopenhauer, Nietzsche.

Rosenzweig influenciou profundamente a obra de Emmanuel Lévinas, e de acordo com Susin, “em ambos podemos reconhecer a força de algumas categorias que permitiram uma reação à tendência totalizante de marca hegeliana na filosofia europeia dos últimos

dois séculos”. De acordo com o pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Rosenzweig pode “ajudar o Ocidente a se curar de sua esquizofrenia e se preparar para um diálogo mais justo com as culturas não ocidentais”. Franz Rosenzweig: multiplicidade, singularidade, temporalidade do real é o tema da primeira conferência do Ciclo de Palestras: Filosofias da Intersubjetividade, iniciado dia 14-03-2012. O palestrante foi Ricardo Timm de Souza, docente na PUCRS. Confira a programação completa do evento em <http://bit.ly/xfWkV2>.

Luiz Carlos Susin é frei capuchinho, mestre e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Leciona na PUCRS e na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – Estef, em Porto Alegre. É também secretário-geral do Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Dentre suas obras, destacamos *Teologia para outro mundo possível* (Paulinas, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida Franz Rosenzweig antecipa o diálogo entre diferentes tradições religiosas?

Luiz Carlos Susin – Franz Rosenzweig, em sua grande obra *A estrela da redenção* – grande em tamanho e em qualidade – percorre diacrônica e sincronicamente as tradições religiosas do Ocidente, sobretudo o judaísmo e o cristianismo, mas também suas origens

helênicas, pagãs, e busca captar seu ensinamento singular e sua contribuição. Portanto, em meio ao positivismo científico que dominava a cena intelectual da época, ele exercitou uma leitura positiva e discernidora de diferentes tradições religiosas.

IHU On-Line – O que essa ideia traz como contribuição para o diálogo inter-religioso no século XXI?

Luiz Carlos Susin – Do ponto de vista religioso Franz Rosenzweig pode ser considerado um “místico”. Em sua obra ele cruza fronteiras e respeita a imensidão de um panorama inalcançável no seu todo. Isso é ao mesmo tempo abertura ao outro e respeito para com a realidade maior do que o próprio entendimento dela, portanto, a realidade aceita como “mistério”. Ele não pretende uma sistematização das

tradições religiosas numa generalidade sem singularidades. Pelo contrário, sua fidelidade à sua tradição judaica e seu pensamento sobre as religiões são coerentes: somente desde dentro e não por cima das tradições é possível compreender, de tal forma que somente no diálogo sem preconceitos é possível aprender das diferentes tradições.

IHU On-Line – Como ele percebia a relação entre judaísmo e cristianismo, especificamente?

Luiz Carlos Susin – Rosenzweig mostra um bom conhecimento de ambas as tradições, pois de certa forma viveu na fronteira entre elas. Não pretendeu nem opor uma à outra e nem amalgamar uma na outra. Buscou um significado específico para cada uma. A dimensão messiânica do cristianismo (permito-me aqui uma tautologia, já que messianismo e cristianismo dizem o mesmo) é um caminho missionário pelo mundo, um caminho cujo desígnio histórico se direciona ao horizonte escatológico de uma criação redimida no Reino de Deus. Já o judaísmo é testemunho da fonte e guia da redenção porque dele escorreu a revelação. Daí a imagem de “caminho” para o cristianismo e de “estrela” para o judaísmo.

IHU On-Line – Em que aspectos sua crítica a Hegel e à historicização da filosofia se conectam com seu pensamento teológico?

Luiz Carlos Susin – Rosenzweig pode ser colocado junto dos pensadores que contestaram a leitura totalizante da História feita por Hegel. Portanto, ao lado de Kierkegaard, Schopenhauer e Nietzsche. Mas ele se caracterizou por uma busca de visão mais sistemática, ainda que começando pela contestação de que se pode encerrar o “todo” num sistema inclusive de conhecimento que, afinal, seria totalitário. É o pensamento de um “sistema aberto”, de tal forma que, em sua radicalidade, tem uma dimensão claramente teológica, embora não lhe falte substância e interpretação filosóficas.

IHU On-Line – Como podemos compreender o período do “renascimento judaico”, do qual Rosenzweig foi um dos maiores incentivadores?

Luiz Carlos Susin – Creio que há duas contribuições fundantes desse

“É o pensamento de um ‘sistema aberto’, de tal forma que, em sua radicalidade, tem uma dimensão claramente teológica”

renascimento. 1) A contestação da totalidade e, portanto, de todo totalitarismo, seja político, científico ou religioso ou mesmo tecnológico. 2) A sensibilidade para com a alteridade, que obriga qualquer sistema a perseverar na abertura e na relação ao outro inabarcável. Na edição francesa de A estrela da redenção há um comentário de capa que remete a Emmanuel Lévinas como um dos raros filósofos que intuíram a importância dos fundamentos colocados por Rosenzweig em sua “fulgurante orquestração conceitual”. De fato, no final do prefácio de um dos seus mais importantes livros, Totalidade e infinito, Lévinas afirma que não citará Rosenzweig porque seria necessário citá-lo a cada página. Hoje conhecemos melhor Lévinas, mas em ambos podemos reconhecer a força de algumas categorias que permitiram uma reação à tendência totalizante de marca hegeliana na filosofia europeia dos últimos dois séculos.

IHU On-Line – Como ficaram os frutos desse renascimento judaico com o advento do nacional socialismo e a II Guerra?

Luiz Carlos Susin – Pensar eticamente aquele tempo de totalitarismo e violência inominável foi mérito desse renascimento durante e depois dos acontecimentos. Basta pensar em nomes como Walter Benjamin, influenciado mais diretamente pelo místico judeu Gershom Gerhard Scholem, e em seguida Theodor Adorno e Max Horkheimer, nomes do pensamento crítico do

chamado Círculo de Frankfurt depois da II Guerra, mas também Martin Buber, André Neher, Wladimir Jankélévitch. Deve-se a alguns deles também o interesse pela hermenêutica do hassidismo, corrente espiritual judaica de caráter narrativo e místico.

IHU On-Line – Como se dá o tensionamento entre a formação idealista clássica desse filósofo e a tradição judaica da qual era originário?

Luiz Carlos Susin – De fato, entre o idealismo alemão, especialmente o “sistema” hegeliano, que culmina um caminho típico do Ocidente de origem helênica, e a tradição judaica, cujas origens e cuja plenitude remontam sempre para além de si numa história que irrompe antes, sem começo controlável, e escorre para um horizonte escatológico também sem controle, portanto uma tradição que transcende todo sistema de totalidade, há mais do que uma tensão, há também uma confrontação inconciliável. Lévinas exemplificou tal situação no confronto entre dois paradigmas, o de Ulisses, cuja viagem é de retorno para si carregando gloriosamente a totalidade de sua experiência, e a viagem de Abraão, que a cada passo muda até de nome numa humilde e atenta viagem sem retorno. O interessante em Rosenzweig, mais do que em Lévinas, foi sua fidelidade à sistematização até onde ela ajudou a abraçar a realidade, mas reconhecendo que ela não é a última realidade, apenas um método que se mantém aberto.

IHU On-Line – Na obra de Rosenzweig há uma busca simultânea de valores laicos e religiosos. Como dialogam esses dois campos em seu pensamento?

Luiz Carlos Susin – Ele não trata separadamente e nem sobrepõe valores laicos e religiosos como se fossem duas realidades. Essa é uma questão estimulante para o Ocidente que separou a realidade secular e a realidade religiosa. Nesse sentido, ele é também uma ajuda no diálogo com culturas como a muçulmana ou indiana, em que essa esquizofrenia não existe. Ele pode ajudar o Ocidente a se curar de sua esquizofrenia e se preparar para um diálogo mais justo com as culturas não ocidentais.

REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A **C**ampanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de **reduzir** em 10% o **C**onsumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto **10:10 Unisinos**, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de **carbono** na universidade. **CO₂**

A **Agência Experimental de Comunicação** da Unisinos colaborou com essa campanha através da criação do logotipo.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

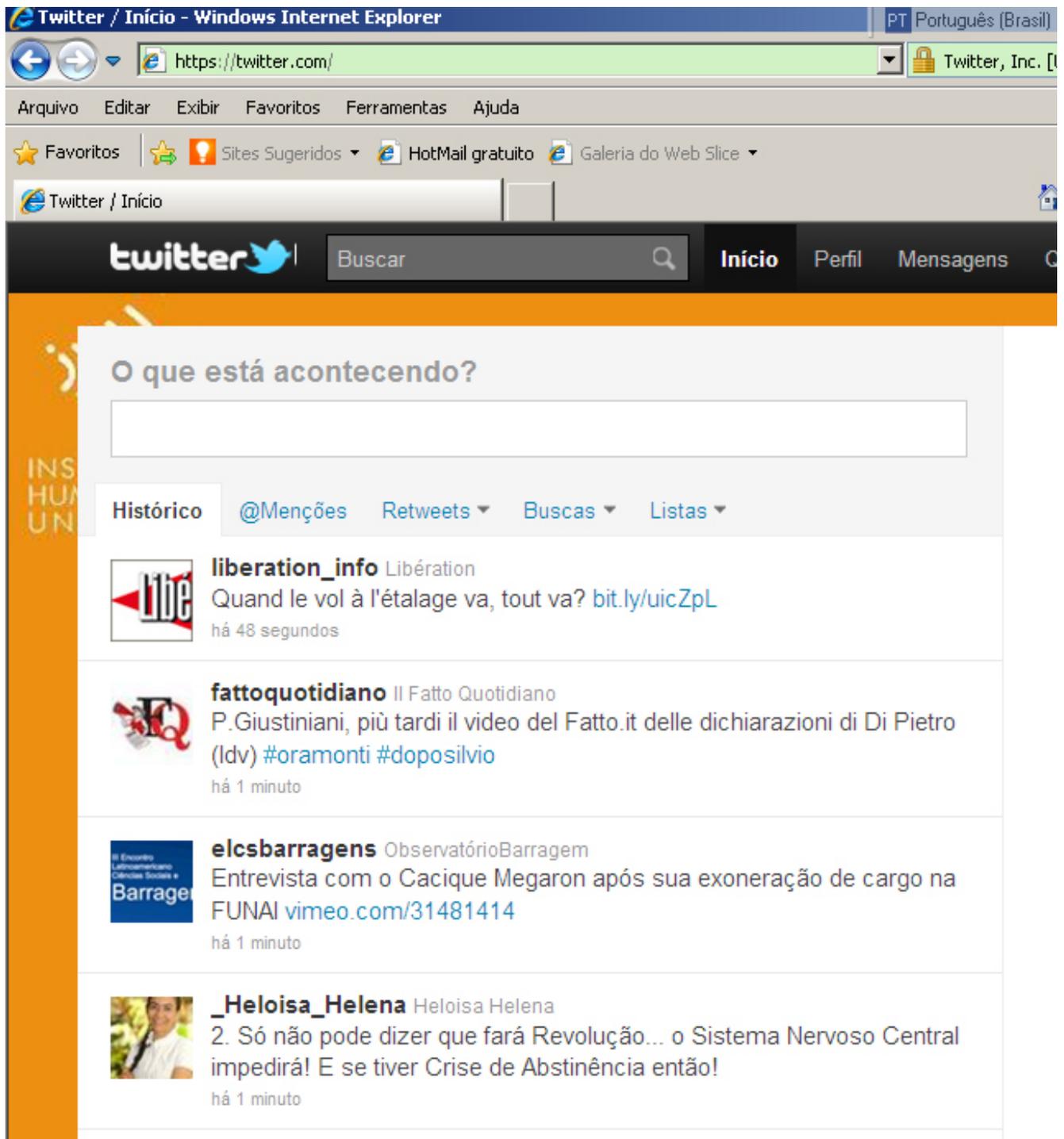
ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br; a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.



SIGA O IHU NO TWITTER: _IHU



Twitter / Início - Windows Internet Explorer PT Português (Brasil)

https://twitter.com/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos HotMail gratuito Galeria do Web Slice

Twitter / Início

twitter | Buscar Início Perfil Mensagens

O que está acontecendo?

Histórico @Mencões Retweets Buscas Listas

 **liberation_info** Libération
Quand le vol à l'étalage va, tout va? bit.ly/uicZpL
há 48 segundos

 **fattoquotidiano** Il Fatto Quotidiano
P.Giustiniani, più tardi il video del Fatto.it delle dichiarazioni di Di Pietro (Idv) #oramonti #doposilvio
há 1 minuto

 **elcsbarragens** ObservatórioBarragem
Entrevista com o Cacique Megaron após sua exoneração de cargo na FUNAI vimeo.com/31481414
há 1 minuto

 **_Heloisa_Helena** Heloisa Helena
2. Só não pode dizer que fará Revolução... o Sistema Nervoso Central impedirá! E se tiver Crise de Abstinência então!
há 1 minuto

Antonio Brasil Medeiros Silva

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“A vida é um eco. Se você não gosta do que está ouvindo, cuide para ver o que você está emitindo”. Com esta frase, o professor do curso de Administração da Unisinos Antonio Brasil Medeiros Silva inicia a entrevista que concedeu pessoalmente à **IHU On-Line**. Há 35 anos trabalhando na instituição, o docente afirma que foi

nela que viveu a fase madura de sua vida. Natural de Santiago-RS, admite ter um coração mole e ser, muitas vezes, facilmente influenciado pelo emocional. “Sou um sentimental por natureza. Tenho um apego muito grande às pessoas, à família; uma ligação muito forte com os seres humanos”. Conheça um pouco mais da sua história.

Autodefinição – Sempre fui muito esforçado e dedicado às coisas que faço. Então, eu diria que sou um homem persistente. O meu maior defeito, talvez, seja ter um coração mole. Às vezes eu sou uma pessoa facilmente influenciável pelo coração. Sou um sentimental por natureza. Tenho um apego muito grande às pessoas, à família; uma ligação muito forte com os seres humanos.

Frase – “A vida é um eco. Se você não gosta do que está ouvindo, cuide para ver o que você está emitindo”. Ou seja, tudo o que você emite, retorna em formato de eco. E, às vezes, de forma ampliada. E a vida eu acho que é isso mesmo: tu recibes de volta aquilo que tu mandaste.

Origem – Nasci no dia 29 de janeiro de 1944. Sou natural de Santiago-RS. Vim para Porto Alegre com nove anos de idade. Tenho dois irmãos. Uma irmã, a Marta Ione, quatro anos mais velha do que eu; e um irmão, nove anos mais novo. Meu pai, Brasil Silva, figura de uma sabedoria incrível, teve uma passagem por esse mundo, a meu ver, curta. Faleceu aos 65 anos de idade. Ele era um homem de uma envergadura moral invejável. E minha mãe, Jaci, também natural de Santiago, era uma pessoa fantástica. Viveu muitos anos na fazenda

dos meus avós, onde aprendeu a ler e escrever em casa, já que naquele tempo era assim. Ela faleceu em 2007, tendo nascido em 1923. Ou seja, foi longe... Creio que meu pai também poderia ter ido.

Família - Sou casado há 41 anos, com Sandra Elisabete Silva. Temos quatro filhos. O mais velho, Brasil Silva Neto (tem o nome do meu pai), é médico urologista e também professor na UFRGS, na disciplina de urologia. O meu segundo filho, Tiago Brasil, é formado em Administração pela Unisinos, e trabalha na Liquigás. O terceiro filho é o Guilherme Brasil, fez jornalismo também aqui e trabalha no Kazuka. E a minha caçula, Luciana, é formada em Biologia Marinha e está fazendo o mestrado na UFRGS. Tenho dois netos. Uma netinha, de um ano e meio e um neto, com dois anos. Eles começaram a chegar e espero que venham mais!

Formação – Sou bacharel em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e bacharel em Administração Pública, também pela mesma universidade. Em 1975, comecei o mestrado em Administração na UFRGS. Fiz quase todos os créditos, mas a minha atividade profissional fora do ambiente acadêmico me

exigia muito. Foi quando comecei a viajar bastante, fui abandonando o mestrado e acabei não fazendo a dissertação. E isso é interessante, porque a Unisinos me chamou para trabalhar aqui, em 1977, justamente porque eu era mestrando. Depois acabei saindo de licença da Unisinos e, quando retornei, perguntaram-me do mestrado e me cobraram o certificado. Disse que não tinha, que havia feito os créditos e não a dissertação. Pediram para eu ver o que era possível ser feito e que valor tinha o meu curso. E descobri, como já tinha passado muito tempo, que o valor era zero. Então, fui fazer de novo o mestrado. Fiz, em 1998, no convênio da Unisinos com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Trabalho - Eu era executivo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul. Trabalhei em diversas áreas. A minha primeira atividade relacionada com a profissão de administrador foi a de analista de organização e métodos. Na época era uma profissão nova. Depois, ainda dentro da área de organização e métodos, era técnico responsável pela estrutura organizacional do banco. Posteriormente, até pelo meu vínculo com a universidade, acabei na área de treinamento e desenvolvimento de

Recursos Humanos. Foi nessa área que tive a grande experiência, que hoje é uma das coisas que mais me credencia para a disciplina que eu leciono na Unisinos, que é negociação. Fui negociador do banco junto ao Sindicato dos Bancários durante uns quatro anos, representando a instituição patronal, antes do sindicato dos bancos. Então, eu tinha uma responsabilidade muito grande, porque o que acontecesse nessa minha negociação de certa forma balizaria o que iria acontecer mais adiante. Essa minha experiência foi muito forte. E até hoje eu ainda consigo passar para meus alunos muita coisa que vi, presenciei, vivenciei e aprendi nesse período. Terminada essa fase em RH, atuei na área de produtividade mercadológica de agências, acompanhando o modelo que foi instituído anteriormente, por uma consultoria externa em que eu participei. Posteriormente, meu último trabalho foi a montagem do cartão de crédito bandeira Visa, que até hoje está no ar. Em dois anos, minha equipe e eu montamos a estrutura do cartão. Quando ele funcionou, resolvi então que minha carreira como executivo estava concluída. Logo, pedi para me aposentar em 1994. E passei a me dedicar mais à universidade.

Academia - Em 1977, comecei a lecionar. Em agosto de 2012 completei 35 anos de vínculo com a Unisinos. Quando entrei aqui existia outro modelo de constituição do quadro de professores. A grande maioria deles era profissional que lecionava. Hoje, temos o contrário: professores profissionais. Existem professores que nunca trabalharam em uma empresa como gestores ou coisa assim. Eles são acadêmicos. Ademais, já leciono em cursos de especialização na PUCRS; no Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (IBGEN) e na Faculdade Porto-Alegrense (Fapa), também na pós-graduação. E uma das coisas que me deixa muito contente é o fato de eu já ter sido inúmeras vezes professor homenageado e paraninfo de turma. Isso é muito importante para mim e reflete o retorno positivo do trabalho que faço.



Cargo - Fui chefe de departamento na Unisinos. Eu era bem novo na instituição quando fui chefe do Departamento de Administração. Foi quando iniciei uma mudança importante na constituição do quadro de professores. Cada vez que eu precisava de um professor novo, buscava no grupo de mestrandos da UFRGS. Recentemente fui membro do Consun e da Câmara de Graduação, como representante dos professores. Hoje, além da docência, sou diretor administrativo de uma cooperativa de crédito, que se chama Barricoop, que tem praticamente seis mil associados. E esse meu trabalho é muito gratificante, uma vez que trago muitas experiências de lá para conversar com os meus alunos.

Disciplina - A disciplina que leciono na instituição, que é Negociação, é obrigatória para o curso de Administração e optativa para os demais cursos da área 5, sendo também optativa para as engenharias. Leciono ainda para a pós-graduação e para os MBAs sempre que possível. Às vezes, as coincidências de horário não permitem.

Lazer - Já tive diferentes hobbies. Embora eu não seja muito competente, adoro carpintaria. Como eu moro atualmente em apartamento, esse meu hobby desapareceu. Ainda adoro pescar na beira do mar.

Livro - Estou lendo um livro maravilhoso. O autor se chama Michael J. Sandel. É um professor norte-americano, da Universidade de Harvard. E o assunto dele é ética. O título do livro é: Justiça – o que é

fazer a coisa certa. Então, ele discute a ética pregada pelos filósofos. O autor não tem respostas, mas muitas perguntas. O tema central são as questões éticas da sociedade. Além desse, existem outros vários livros que li e gostei muito. Na minha juventude, por exemplo, li muita ficção científica. Gostei muito dos livros do Noah Gordon, principalmente O Último Judeu e O Físico. Dois livros interessantíssimos. Ensaio sobre a cegueira, de José Saramago, também é um livro marcante.

Filme - Gosto muito do filme O Quarto Poder, de Costa Gravas. Outro que me marcou foi o Muito além do Jardim, de Hal Ashby.

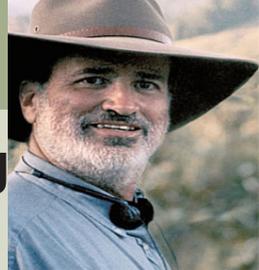
Religião - Sou oficialmente católico, batizado na Igreja Católica. Eventualmente vou à missa, cumprio com os rituais próprios da religião, mas não sou um grande frequentador. Acredito muito em Deus, até converso com Ele de vez em quando. Mas não sou muito religioso.

Sonho - Meu sonho é ter uma velhice tranquila, curtindo os meus netinhos, sem maiores ambições. Creio que o que eu conquisei em termos materiais é o suficiente.

Viagens - Já viajei para a Europa várias vezes. Conheço boa parte do mundo, mas também não tenho sonhos mirabolantes de ir para este ou aquele lugar. Tinha vontade de conhecer Jerusalém, por todo o significado que tem, mas a minha mulher não compartilha dessa vontade. E viajar sozinho não tem graça. Talvez eu ainda viaje para o Chile ou Peru, já que conheço muito pouco do nosso continente. Da América do Sul conheço apenas Buenos Aires.

Unisinos - Tem uma grande representatividade para mim. Eu dediquei a minha juventude praticamente toda a uma instituição, que foi o Banco. Mas na minha fase madura, que eu considero após os 30 anos, passei uma boa parcela dentro desta instituição. Tenho um respeito muito grande pela Unisinos, por tudo o que ela representa. Posso dizer que tenho um laço afetivo importante com ela.

Filmografia de Terrence Malick em exibição no IHU



Participe deste momento de cinema e debate que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

13 de março - Filme: Terra de Ninguém
Horário: 19h30min às 22h

19 de março - Filme: Cinzas do Paraíso
Horário: 19h30min às 22h

24 de março - Filme: Além da Linha Vermelha
Horário: 8h30min às 12h

02 de abril - Filme: O Novo Mundo
Horário: 19h30min às 22h

10 de abril - Filme: A árvore da Vida
Horário: 19h30min às 22h

Local das exposições: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Filosofias da intersubjetividade

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU em parceria com Curso de Graduação em Filosofia - Unisinos e com o Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Unisinos convidam para o evento: Ciclo de Palestras: Filosofias da Intersubjetividade

De 14 de março a 31 de maio de 2012

Temas abordados:

14 de março - Franz Rosenzweig: multiplicidade, singularidade, temporalidade do real

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

22 de março - Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais

Prof. Dr. Bruno Pucci - Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

8 de maio - Da mônada ao social: a intersubjetividade segundo Levinas

Prof. Dr. Marcelo Fabri - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

17 de maio - A desconstrução de Derrida como um pensamento da alteridade

Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

31 de maio - Giorgio Agamben: a exceção jurídica e o controle biopolítico da vida humana

Prof. Dr. Castor M. M. Bartolomé Ruiz - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Saiba mais: www.ihu.unisinos.br

Das 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Rio+20. Desafios e perspectivas



O Instituto Humanitas Unisinos – IHU convida para o evento:

Ciclo de Palestras: Rio+20. Desafios e perspectivas

A ser realizado de 3 de abril a 13 de junho

Convidados já confirmados:

Profa. Dra. Ilza Girardi – UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Abramovay – USP
Telma Monteiro – Associação de Defesa Etnoambiental Kaninté

Prof. Dr Carlos Eduardo Young – UFRG

Encontros sempre das 19h30min às 22h. na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Saiba mais em: www.ihu.unisinos.br

